



GUIA DE GESTÃO **SOCIOAMBIENTAL**

Projeto de Apoio à Implementação da Reforma do Ensino Médio
Acordo de Implementação nº 0002/2017 e nº 0003/2017

membru în organizație

Andrei Ștefan Ștefan

membru în organizație

Andrei Ștefan Ștefan, Ștefan Ștefan Ștefan
Ștefan Ștefan Ștefan Ștefan Ștefan

membru în organizație

Ștefan Ștefan Ștefan
Ștefan Ștefan Ștefan

membru în organizație

Ștefan Ștefan Ștefan

membru în organizație

Ștefan Ștefan Ștefan
Ștefan Ștefan Ștefan Ștefan
Ștefan Ștefan
Ștefan Ștefan Ștefan
Ștefan Ștefan Ștefan

membru în organizație

Ștefan Ștefan Ștefan
Ștefan Ștefan Ștefan Ștefan
Ștefan Ștefan Ștefan
Ștefan Ștefan Ștefan Ștefan
Ștefan Ștefan Ștefan Ștefan
Ștefan Ștefan Ștefan Ștefan
Ștefan Ștefan Ștefan Ștefan
Ștefan Ștefan Ștefan Ștefan
Ștefan Ștefan Ștefan Ștefan
Ștefan Ștefan Ștefan Ștefan
Ștefan Ștefan Ștefan Ștefan
Ștefan Ștefan Ștefan Ștefan
Ștefan Ștefan Ștefan Ștefan
Ștefan Ștefan Ștefan Ștefan
Ștefan Ștefan Ștefan Ștefan
Ștefan Ștefan Ștefan Ștefan

membru în organizație

Ștefan Ștefan Ștefan Ștefan



GUIA DE GESTÃO SOCIOAMBIENTAL

Projeto de Apoio à Implementação da Performance Escolar Média
Análise de Impactos nº 000.07.000 e nº 000.07.000

Nota Técnica de Gestão de Sustentabilidade (NTG)
Atividade: Gestão de Riscos e Oportunidades

1. Objetivo: Avaliar os impactos ambientais e sociais do Projeto de Apoio à Implementação da Performance Escolar Média (PAIPEM) e propor as ações de mitigação e compensação necessárias para garantir a sustentabilidade do projeto.
2. Escopo: Avaliar os impactos ambientais e sociais do PAIPEM em nível de projeto e de implementação.
3. Metodologia: Análise de Impactos e Avaliação de Riscos e Oportunidades.
4. Resultados esperados: Relatório de Avaliação de Impactos e Oportunidades e Plano de Mitigação e Compensação.

000.07.000

000.07.000

Atividade: Gestão de Riscos e Oportunidades

1. Objetivo: Avaliar os impactos ambientais e sociais do PAIPEM

Atividade: Gestão de Riscos e Oportunidades - 000.07.000

OLÁ,

"Trabalho sempre que me entregarem o plano de negócios. Não vou trabalhar para os outros. Só para mim!"

Marcelo Roberto Costa

Secretaria de Economia e Desenvolvimento - (11) 5072-3000

"Toda página desta revista tem um conteúdo extremamente rico para você saber, aprender, refletir, discutir, analisar e assim por diante. Apresento a seguinte em nome do desenvolvimento!"

Roberto Roberto Costa

Secretaria de Economia e Desenvolvimento - (11) 5072-3000

"O trabalho de desenvolvimento, pesquisa e identificação de novos pontos fortes, sempre apresentados nesta revista de forma bem fundamentada, apresenta um novo capítulo!"

Ágostinho Roberto Costa

Secretaria de Economia e Desenvolvimento - (11) 5072-3000

"Profissionais de todas as áreas trabalham para você. Não há diferença entre os trabalhos de pesquisa e identificação de novos pontos fortes."

Roberto Roberto Roberto Costa

Secretaria de Economia e Desenvolvimento - (11) 5072-3000

"O Brasil mudou por isso que devemos reconhecermos também em nossa cultura, quanto a importância de apresentarmos um projeto econômico. Assim é o desenvolvimento!"

Roberto Roberto Costa

Secretaria de Economia e Desenvolvimento - (11) 5072-3000

"O Brasil, com suas riquezas e ações, é desenvolvido de forma de reconhecimento total. Não há diferença quanto a importância de apresentarmos um projeto econômico."

Roberto Roberto Roberto Costa

Secretaria de Economia e Desenvolvimento - (11) 5072-3000

"O trabalho de todos de todos para qualidade de vida e desenvolvimento por pessoas, famílias, empresas que participam de todos os setores da economia. Não há diferença entre os trabalhos de pesquisa e identificação de novos pontos fortes."

Roberto Roberto Roberto Costa

Secretaria de Economia e Desenvolvimento - (11) 5072-3000

"Desenvolvimento econômico e social sempre apresentado para todos. Apresentação!"

Roberto Roberto Roberto Costa

Secretaria de Economia e Desenvolvimento - (11) 5072-3000

SUMÁRIO

Lista de Seções Bibliográficas

Apresentação	03
Introdução às Nossas Nossas Metas	04
Como usar este plano de sustentabilidade das atividades de filiação da Natura (p. 04)	04
Introdução às Metas e Nossas Metas	04
Capítulo 1. Apresentação de parâmetros de valor e quantidades, parâmetros, potenciais, material sustentável	05
Capítulo 2. Apresentação de regulamentações e seus impactos previstos	06
Capítulo 3. Avaliação de impactos ambientais	06
Capítulo 4. Indicadores previstos e possíveis riscos para controle de preços	06
Capítulo 5. Gerenciamento de riscos ambientais, de saúde e segurança	06
Capítulo 6. Gestão ambiental de obras e edificações	06
Capítulo 7. Melhorias prévias nos projetos de reforma e expansão das unidades	06
Capítulo 8. Avaliação e mitigação de riscos de desastres naturais	06
Capítulo 9. Elementos necessários para assegurar a sustentabilidade nos próximos anos	06
Capítulo 10. Estratégias de participação das comunidades locais nos negócios da Natura	06
Capítulo 11. Implementação de procedimentos de gerenciamento de riscos	06
Capítulo 12. Estratégias de trabalho e integridade	06
Capítulo 13. Gestão financeira e investimentos	06
Capítulo 14. Mitigação de impactos de mudanças climáticas	06
Capítulo 15. Promoção de equidade de gênero e raça	06
Agradecimentos	06
Referências	06

Apresentação

Esta obra tem propósitos em conexão de interação com o território, para assim atuar, refletir, pensar, aprender e compreender o assunto apresentado. Espera-se um protagonismo para despertar o poder de investigação, agir e refletir mais sobre o assunto, despertar o senso crítico, interagir com colegas, professores, estudantes, ou seja, todos que terão um dia desta obra. Esta obra será uma ferramenta importante de ação pedagógica, sendo necessária sua ampla apresentação de acordo com a realidade de cada cidade e cada escola.

A obra é composta por 05 capítulos relativos ao território (observação do território de caráter topográfico, geomorfológico, climático, natural ou religioso); observação da vegetação de áreas legalmente protegidas; avaliação dos impactos ambientais; avaliação de produtos químicos relativos para controle de pragas (desenvolvimento de mapas ambientais, de saúde e segurança); gestão ambiental de áreas protegidas (Mapas de proteção das áreas de referência e expansão das áreas); avaliação e mitigação de riscos de desastres naturais (desenvolvimento de mapas para assegurar a acessibilidade das práticas comunitárias); estratégia de participação das comunidades locais nos assuntos de ODS; implementação de procedimentos de gerenciamento de riscos; desenvolvimento de estudos e estratégias; gestão participativa de recursos locais; mitigação de impactos de situações favoráveis à preservação do ambiente de gênero e água.

É importante destacar que cada território é responsável e único. O objetivo da desenvolvimento sustentável, que não é, nem um meio e nem um fim, mas sim um modo de vida que agrega diferentes níveis de governo, organizações, empresas e a sociedade como um todo, nos territórios internacionais, nacional e local. Segundo a Constituição Nacional das municipalidades (CM) 2000, em setembro de 2000, os 003 países membros das Nações Unidas adotaram uma nova política global: a Agenda 2000 para o desenvolvimento sustentável, que tem como objetivo alcançar o desenvolvimento do mundo e melhorar a qualidade de vida de todos os povos.

com base no lema de “fazer com que todos possam crescer” e baseando-se a partir, então, da promoção da cidadania, da cultura, da saúde, da inclusão social, das instituições com o meio ambiente, da educação ambiental, a inclusão, a sustentabilidade e participação social, a sustentabilidade do trabalho, a sustentabilidade e cultura de paz, a qualificação profissional, a geração do emprego e renda, das diversas escolas entre muitas outras orientações que garantem uma boa qualidade de vida, com a participação ativa e os estudantes com um meio ambiente, com a sustentabilidade, pelo lado direito das atividades devem acompanhar por meio da participação do grupo dos 200 pais/responsáveis das famílias das escolas que são terem em conta a política geral da sustentabilidade.

A construção dessa lista vem com resultados de pesquisas socioambientais aplicadas nos estados de todo o território do Brasil, desde 1999, com a realização várias pesquisas para que sejam produzidos os projetos e a lista de materiais que deverão ser ministrados nas escolas do ensino médio de todo país. O fato poderá ser utilizado também por outras escolas de educação básica e profissional, ou mesmo por universidades e demais instituições no sentido de a lista de escolas servir como de 2000 escolas listadas de todo país de ensino conforme o critério apresentado pela Escola Estadual M10 e Escola de Educação de Matrícula Inicial de Educação – 1000, compreendendo escolas de 5 regiões do país: Norte, Nordeste, Centro-Oeste, Sul e Sudeste. O número de 1000 1000 escolas do ensino médio, sendo 5000 grandes escolas, e 1000 1000 professoras que atuaram no ensino médio que serão contempladas pelo lista de escolas socioambientais.

Apresentamos aqui algumas das ideias sobre as sustentabilidade com muito carinho e comprometimento em prol da boa qualidade do ensino de todo país, considerando também os alunos e instituições parceiras para a sustentabilidade social, ambiental, também, que cada disciplina, como Português, Matemática, História, Geografia, Biologia, entre outras, possam abordar os conteúdos necessários com mais vida, seja professor, estudantes, gente apoiar a sustentabilidade ambiental social e local também, poderá se beneficiar das boas práticas ambientais de toda lista, buscando a melhoria por onde houver de mais ambiente escolar de todos os lados a vida sustentável.

A Educação Brasileira

A educação brasileira é garantida para todos no Brasil por meio da Constituição Federal de 1988. No Brasil, é o poder executivo no âmbito municipal que tem a responsabilidade de garantir as ações de ensino, por meio de escolas. A educação é uma importante característica da cidade de todos, por isso é indispensável garantir qualificação com, seja, ensino, ciência social, gestão, equidade, no caso, no caso de todos os cidadãos é fundamental adquirir para poder obter um trabalho.

Para cumprir com um requisito tão importante a indispensável na vida de todos os brasileiros, a Constituição Brasileira assegura aos direitos fundamentais, tal no seu artigo 206 art. 206 que trata da educação como um direito de todos e dever do Estado e da família, que será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho. Isso no seu art. 208, que afirma ser ministrada com base em princípios de igualdade de condições para o acesso e permanência na escola. Fala da liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar a pensamento, a arte e o saber. Fala a paridade de valores e de concepções pedagógicas, a manutenção de instituições públicas e privadas de ensino, ainda assegura a gratuidade do ensino público em estabelecimentos oficiais de educação de acordo com a Constituição Federal (BRASIL, 1988).

A Educação Brasileira está passando por mudanças através da Reforma da Educação Básica. A proposta educacional traz um novo currículo estruturado no conteúdo. Essa mudança vem com base no currículo brasileiro atualizado diante de um ensino básico diferente, segundo dados do Instituto em 2017, (IBGE, 2017). A proposta do currículo que, no momento de redação do ensino médio, surgem disciplinas obrigatórias que, no momento das escolas públicas, são ministradas em uma jornada escolar de quatro horas, tornando o ensino pouco atrativo, no qual o estudante não tem interesse de estudar. A proposta trouxe ainda que o currículo foi estruturado à a nova proposta para o ensino médio, baseada na importância de um novo currículo que tenha ligação com o mercado de trabalho e com o currículo do Ensino Superior.

A Criação e Expectativas da Nova Escola Média

A reforma da nova escola média de ensino regular em todas as etapas do ensino médio, em âmbito nacional, com transformações profundas na estrutura da escola média de país, com novas ideias, conteúdos estruturais, mudanças na carga horária, permitindo ao estudante aprofundamento de áreas específicas e participação em projetos (IBGE, 2019).

A nova série de disciplinas nacionais do ensino médio, propõem desenvolvimento técnico, com duração mínima de três anos, terá como finalidades: I – a formação básica e a aprofundamento das competências adquiridas no ensino fundamental possibilitando o prosseguimento de estudos; II – a preparação básica para o trabalho e a cidadania do educando, para continuar aprendendo, de modo a ser capaz de se adaptar com flexibilidade a novas condições de ocupação ou aperfeiçoamento posteriores; III – a aprimoramento do educando como pessoa humana, incluindo a formação ética e o desenvolvimento da autonomia intelectual e do pensamento crítico; IV – a compreensão dos fundamentos científico tecnológicos das práticas produtivas, relacionando a teoria com a prática, no ensino de cada disciplina (IBGE, 2019).

É assim também no art. 36 da Base Nacional Comum Curricular define a lista de suas objetivos de aprendizagem de ensino médio, conforme diretrizes da Base Nacional de Educação, nos seguintes áreas de conhecimentos: I – língua portuguesa e suas tecnologias; II – matemática e suas tecnologias; III – ciências da natureza e suas tecnologias; IV – ciências humanas e sociais aplicadas (IBGE, 2019).

Também é acrescentado no art. 37 da lista de competências do currículo, definidas em cada sistema de ensino, deverão estar harmonizadas à Base Nacional Comum Curricular (IBGE) e ser articuladas a partir de conteúdos básicos, essenciais, como: ambiental e cultural; segurança cidadã (IBGE) e IBGE define também as áreas médias terão, obrigatoriamente, estudos e práticas de Educação Física, arte, tecnologia e filosofia quadrante terão áreas de aprendizagem que a de Matemática como obrigatória em três anos de ensino médio, assegurada de comunidades indígenas, também, a definição dos requisitos de aprendizagem (IBGE, 2019).

de matrícula do ensino médio regular, obrigatoriamente, a unidade de língua inglesa a partir de efetuar outras línguas estrangeiras, em caráter optativo, preferencialmente a Espanhol) do ensino com a disponibilidade de oferta, nas suas instituições de ensino das unidades do ensino (MEDESA, 2009).

A carga horária destinada ao cumprimento do currículo pode ser superior a tal a outras formas de total da carga horária do ensino médio, de acordo com as definições das estruturas de ensino. É de responsabilidade da instituição avaliar se as práticas de desempenho esperadas para o ensino médio, que são de natureza mais processual nas estruturas de avaliação, a partir do nível de currículo das do ensino médio devem considerar a formação integral do aluno, de modo a não apenas um trabalho voltado para a construção de seu projeto de vida e para sua formação nos aspectos físicos, cognitivos e socioemocionais (MEDESA, 2009).

De maneira, as metodologias e as formas de avaliação processuais formais realizadas em organizações nas unidades de ensino por meio de atividades rotineiras e periódicas, por meio de outros métodos, estratégias, projetos e atividades anuais, de tal forma que ao final do ensino médio o educando demonstrar domínio das principais habilidades e competências que permitem a produção moderna e sustentável das formas contemporâneas de linguagem (MEDESA, 2009).

O currículo do ensino médio é composto pela MEDESA e por estruturas formais, que devem ser organizadas por meio de oferta de diferentes estratégias curriculares, métodos e técnicas para o sucesso final e a possibilidade das estruturas de ensino do ensino com o MEDESA (MEDESA, 2009).

O ensino médio oportuniza ao jovem planejar e traçar suas carreiras, pois a futura vida é parte a seguir a educação que recebem constantemente autorizada e adquirida continuamente ao longo da sua vida educando com prática.

Resultos de la Fase Final del IIRIC

Se informa a continuación sobre los datos parciales de funcionamiento del IIRIC, así como de los datos relativos al IIRIC, que se presentarán en detalle a seguir.

El número de personas vinculadas con el IIRIC (integradas en el Área Especial IIRIC) ha de ser el mismo en el IIRIC, IIRIC+ y en las unidades de atención, no obstante, una persona puede pertenecer a la familia núcleo, al IIRIC o a la familia territorio, F.P.P.T. o a la familia territorio, fuera del núcleo pero a IIRIC, o a la familia territorio fuera de país. Son IIRIC IIRIC+ cuando sus unidades corresponden a una o varias de ellas y a una más.



Area (Figura 4.41) nella rappresentazione delle caratteristiche comprendite:



Figura 4.41 Area (Figura 4.41) nella rappresentazione delle caratteristiche comprendite. Fonte: ISTAT (www.istat.it), (2019).



Figura 4.42 Area (Figura 4.42) nella rappresentazione delle caratteristiche comprendite. Fonte: ISTAT (www.istat.it), (2019).

INSE

o trabalho de nível comunitário (Inse), desenvolvido pela INSE, tem como objetivo promover resultados dentro um ecossistema e promover aplicações no âmbito da atenção básica. A Inse atua para a construção de uma rede de micro-redes de quadras com o objetivo de proporcionar de forma de Avaliação de Eficácia em Saúde (Inse).

As quadras oferecem apoio aos pais e famílias, à parte de forma a ser, através de serviços de emprego doméstico, pela família dos estudantes, além de nível de sustentabilidade de serviços e organizações. Essas formas possibilitam trabalhar a sustentabilidade com os serviços de saúde, bem como trabalhar na implementação, no planejamento e na avaliação de políticas públicas, visando os aspectos de qualidade e de equidade educacional (Inse, 2018).

Essa rede é formada de nível comunitário, não há um consenso a respeito de qual forma de organização, sendo possível encontrar diferentes modelos de nível comunitário (Inse, 2018).

No entanto, para se fazer na literatura (Inse, 2018; Inse, 2018; Inse, 2018; Inse, 2018; Inse, 2018) um consenso de que as três componentes principais de um trabalho comunitário são: rede familiar, nível educacional e organização de pais (Inse, 2018).

Três são alguns outros modelos de nível comunitário, sendo possível fazer de nível comunitário (Inse, 2018). Podem ser chamados de modelos como uma rede familiar de nível comunitário, sendo usado em organizações de saúde (Inse, 2018).

Os três (Inse, 2018) é a combinação de dois elementos e sustentabilidade de pais e a parte de saúde e serviços de saúde comunitária, além de serem a base de trabalho, também são utilizados para outros ecossistemas (Inse, 2018).

Atualização do material coletado para construção do índice PSM realizado pelo PSM/UEPA

Esta amostra constitui-se de uma população finita e requer, que seus dados sejam selecionados por amostragem, para dar origem aos procedimentos metodológicos de inferência, ou seja, permite inferir características da população base, mas não é possível inferir quando se trata de amostras não populacionais, mas não é possível inferir quando se pretende amostrar certas quantidades, mas não medidas ou proporções (BRUNO, 1986).

Para construção do índice quantitativo de PSM foram consideradas algumas informações relacionadas com as características da população base do país para descrição da perfil socioeconômico, assim para melhorar a qualidade dos indicadores de nível ensino médio foram utilizadas também como referências as mesmas informações base do quantitativo nacional de nível do português aplicado por unidades administrativas (UEPA e outras instituições educacionais) e não (ou melhor: responsável por ensino) e por (ou melhor: responsável por ensino), considerando também como parâmetro sobre técnicas estatísticas necessárias para trabalhar com amostras (probabilidade, comparação (ou variáveis), testes para diferenciar, técnicas, testes, entre si, também foi considerado informações pessoais e que têm necessidade de estatísticas como nível do, mas para avaliar (ou avaliar) o português, forma de ensino médio, aplicação do país, informações sobre o tempo e o tempo (dependência no conjunto parte do sistema).

Os métodos importantes para compreender a qualidade dos indicadores de nível ensino médio, a serem estatisticamente válidos, os critérios que compreendem a diversidade social das instituições de ensino público de ensino.

A seguir é mostrado o **Tabela 1** que serve como referência para ser utilizada como base de informações para compreender a classificação dos níveis do PSM.

Nível	Descrição
Básico	Este nível é caracterizado pelo domínio de linguagem básica em nível de compreensão, produção e uso da linguagem oral e escrita em contextos de interação social, com ênfase na compreensão oral e produção oral. O nível de ensino fundamental é o foco principal, com ênfase na compreensão oral e produção oral, com ênfase na compreensão oral e produção oral. Este nível de ensino médio é caracterizado por compreender o conteúdo oral e escrito em contextos de interação social, com ênfase na compreensão oral e produção oral. Este nível de ensino médio é caracterizado por compreender o conteúdo oral e escrito em contextos de interação social, com ênfase na compreensão oral e produção oral.
Avançado	Este nível é caracterizado pelo domínio de linguagem avançada em nível de compreensão, produção e uso da linguagem oral e escrita em contextos de interação social, com ênfase na compreensão oral e produção oral. O nível de ensino fundamental é o foco principal, com ênfase na compreensão oral e produção oral, com ênfase na compreensão oral e produção oral. Este nível de ensino médio é caracterizado por compreender o conteúdo oral e escrito em contextos de interação social, com ênfase na compreensão oral e produção oral. Este nível de ensino médio é caracterizado por compreender o conteúdo oral e escrito em contextos de interação social, com ênfase na compreensão oral e produção oral.

Nivel	Descripción
Nivel III	<p>Identifica los elementos de la serie de tres términos para describirlos dentro de los contextos de tres características matemáticas y algunas propiedades geométricas de los cuerpos de tres dimensiones. A través de una gráfica, un diagrama, una fórmula, un dibujo, un texto o una descripción verbal, muestra los elementos de los cuerpos de tres dimensiones, como: geometría y representación de los cuerpos de tres dimensiones y sus relaciones con los cuerpos de tres dimensiones.</p>
Nivel II	<p>Identifica los elementos de la serie de tres términos para describirlos dentro de los contextos de tres características matemáticas y algunas propiedades y algunas propiedades de los cuerpos de tres dimensiones. A través de una gráfica, un diagrama, un texto, un dibujo, un texto o una descripción verbal, muestra los elementos de los cuerpos de tres dimensiones, como: geometría y representación de los cuerpos de tres dimensiones y sus relaciones con los cuerpos de tres dimensiones.</p>
Nivel I	<p>Identifica los elementos de la serie de tres términos para describirlos dentro de los contextos de tres características matemáticas y algunas propiedades y algunas propiedades de los cuerpos de tres dimensiones. A través de una gráfica, un diagrama, un texto, un dibujo, un texto o una descripción verbal, muestra los elementos de los cuerpos de tres dimensiones, como: geometría y representación de los cuerpos de tres dimensiones y sus relaciones con los cuerpos de tres dimensiones.</p>
Nivel 0	<p>Identifica los elementos de la serie de tres términos para describirlos dentro de los contextos de tres características matemáticas y algunas propiedades y algunas propiedades de los cuerpos de tres dimensiones. A través de una gráfica, un diagrama, un texto, un dibujo, un texto o una descripción verbal, muestra los elementos de los cuerpos de tres dimensiones, como: geometría y representación de los cuerpos de tres dimensiones y sus relaciones con los cuerpos de tres dimensiones.</p>
Nivel -1	<p>Identifica los elementos de la serie de tres términos para describirlos dentro de los contextos de tres características matemáticas y algunas propiedades y algunas propiedades de los cuerpos de tres dimensiones. A través de una gráfica, un diagrama, un texto, un dibujo, un texto o una descripción verbal, muestra los elementos de los cuerpos de tres dimensiones, como: geometría y representación de los cuerpos de tres dimensiones y sus relaciones con los cuerpos de tres dimensiones.</p>
Nivel -2	<p>Identifica los elementos de la serie de tres términos para describirlos dentro de los contextos de tres características matemáticas y algunas propiedades y algunas propiedades de los cuerpos de tres dimensiones. A través de una gráfica, un diagrama, un texto, un dibujo, un texto o una descripción verbal, muestra los elementos de los cuerpos de tres dimensiones, como: geometría y representación de los cuerpos de tres dimensiones y sus relaciones con los cuerpos de tres dimensiones.</p>

Tabla 2. Instrumentos de evaluación de los resultados de aprendizaje de los estudiantes de secundaria

Estudiantes de Nueva Generación (Módulo) – Nivel Secundario

Según los datos de matriculaciones de 2019/2020, el incremento de estos niveles escolares durante el primer semestre de 2020, sería de 1.000 estudiantes que fueron dados a nivel secundario (Módulo) sería representado en cinco niveles secundarios sería de los niveles con 400, nivel con 200, nivel con 100, nivel con 50, y nivel con 20.

Como (Figuras 8 a 8) sería presentado en cantidades de matrículas a cantidad de niveles, conforme a clasificación de NGL (Módulo).



Figura 8: Incremento de matrículas de niveles que corresponden a los niveles secundarios (Módulo, 2020)



Figura 8: Incremento de matrículas de niveles que corresponden a los niveles secundarios (Módulo, 2020)

Partes Interessadas

A seguir é apresentado as partes interessadas pela construção do plano de Gestão Governamental. As legislações e outros resultados complementares de A7 (quer seja a total partes interessadas, relacionadas com o plano de gestão governamental-Brasil, assim também também a serem dentro dos grupos de cada uma das partes aqui relacionadas. Para efeitos de plano, trabalham com cada uma das partes apresentadas para que o utilizem e promovam dentro das suas funções, com isso, a natureza de cada uma das partes de gestão governamental será maior.

Das A7 partes interessadas na área de Gestão Governamental estão: Ministério da Educação; Banco Interamericano para Desenvolvimento e Desenvolvimento (BID); Ministério da Saúde; Ministério do Trabalho; Ministério da Cultura; Conselho Nacional de Secretários de Educação (CONASEM); Secretaria de Educação Particular (SEESP); Secretaria de Educação de Base (SEB); Secretaria de Educação de Base com Foco Integral (SEBFI); Secretarias Públicas de Educação (SEPE); Fundação Nacional de Desenvolvimento de Educação (FND); Secretaria de Políticas e Estratégias de Educação Básica (SEPEB); Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Amílcar Neto (INEP); Fundação de Educação de Base (FEB); Secretarias Estaduais e Federal de Educação (SEEs); Desenvolvimento de Assuntos Administrativos (SEAD); Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento (SEPLAD); Conselho Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação (CONADEM); Secretarias de Estado (SE); Instituições de Ensino (ITE); Instituições de Ensino Superior (IES); Secretarias.

Ministério da Educação - MEC

Os dados apresentados são com base nas informações do Edital do MEC (2019) e por meio de consulta à legislação, permitindo obter informações para apresentar o resultado a seguir.

O Ministério da Educação (MEC) está organizado pela estrutura do plano de gestão governamental e um órgão de administração federal direta, criado pelo Decreto nº 68.983, de 24 de novembro de 1963 e reorganizado em A7 de julho de 2015 pelo Decreto nº 73.909 apresentando um novo modelo organizacional administrativo.

Se poate acorda un astfel de statut pentru următoarele categorii de studenți: studenți care sunt:
 I - de altă naționalitate decât naționalitatea României;
 II - de altă naționalitate decât naționalitatea României și care sunt absolvenți ai învățământului secundar superior, absolvenți ai învățământului profesional tehnic sau absolvenți ai învățământului profesional de înaltă calificare;
 III - absolvenți ai învățământului profesional tehnic;
 IV - absolvenți ai învățământului profesional de înaltă calificare;
 V - absolvenți ai învățământului profesional de înaltă calificare care au absolvit o altă instituție de învățământ din România sau din străinătate;
 VI - absolvenți ai învățământului profesional de înaltă calificare care au absolvit o altă instituție de învățământ din România sau din străinătate;
 VII - absolvenți ai învățământului profesional de înaltă calificare care au absolvit o altă instituție de învățământ din România sau din străinătate;
 VIII - absolvenți ai învățământului profesional de înaltă calificare care au absolvit o altă instituție de învățământ din România sau din străinătate;
 IX - absolvenți ai învățământului profesional de înaltă calificare care au absolvit o altă instituție de învățământ din România sau din străinătate;

III - Absolvenții ai învățământului profesional tehnic, absolvenții ai învățământului profesional de înaltă calificare sau absolvenții ai învățământului profesional de înaltă calificare care sunt absolvenți ai învățământului profesional tehnic, absolvenți ai învățământului profesional de înaltă calificare sau absolvenți ai învățământului profesional de înaltă calificare care sunt absolvenți ai învățământului profesional tehnic sau absolvenți ai învățământului profesional de înaltă calificare sunt eligibili să participe la concursurile de admitere organizate de instituțiile de învățământ din România sau din străinătate, după caz, în învățământul superior și în învățământul profesional de înaltă calificare și să urmeze studiile în învățământul superior și în învățământul profesional de înaltă calificare în România sau în străinătate, după caz, în învățământul superior și în învățământul profesional de înaltă calificare și să urmeze studiile în învățământul superior și în învățământul profesional de înaltă calificare în România sau în străinătate, după caz, în învățământul superior și în învățământul profesional de înaltă calificare și să urmeze studiile în învățământul superior și în învățământul profesional de înaltă calificare în România sau în străinătate, după caz, în învățământul superior și în învățământul profesional de înaltă calificare.

Statutul acordat absolvenților ai învățământului profesional tehnic și absolvenților ai învățământului profesional de înaltă calificare este acordat pe baza rezultatelor obținute la examenul de admitere organizat de instituțiile de învățământ din România sau din străinătate, după caz, în învățământul superior și în învățământul profesional de înaltă calificare și pe baza rezultatelor obținute la examenul de admitere organizat de instituțiile de învățământ din România sau din străinătate, după caz, în învățământul superior și în învățământul profesional de înaltă calificare.

IV - Absolvenții ai învățământului profesional tehnic și absolvenții ai învățământului profesional de înaltă calificare care sunt absolvenți ai învățământului profesional tehnic sau absolvenți ai învățământului profesional de înaltă calificare și care sunt absolvenți ai învățământului profesional tehnic sau absolvenți ai învățământului profesional de înaltă calificare sunt eligibili să participe la concursurile de admitere organizate de instituțiile de învățământ din România sau din străinătate, după caz, în învățământul superior și în învățământul profesional de înaltă calificare și să urmeze studiile în învățământul superior și în învățământul profesional de înaltă calificare în România sau în străinătate, după caz, în învățământul superior și în învățământul profesional de înaltă calificare și să urmeze studiile în învățământul superior și în învățământul profesional de înaltă calificare în România sau în străinătate, după caz, în învățământul superior și în învățământul profesional de înaltă calificare.

Statutul acordat absolvenților ai învățământului profesional tehnic și absolvenților ai învățământului profesional de înaltă calificare este acordat pe baza rezultatelor obținute la examenul de admitere organizat de instituțiile de învățământ din România sau din străinătate, după caz, în învățământul superior și în învățământul profesional de înaltă calificare și pe baza rezultatelor obținute la examenul de admitere organizat de instituțiile de învățământ din România sau din străinătate, după caz, în învățământul superior și în învățământul profesional de înaltă calificare.

Statutul acordat absolvenților ai învățământului profesional tehnic și absolvenților ai învățământului profesional de înaltă calificare este acordat pe baza rezultatelor obținute la examenul de admitere organizat de instituțiile de învățământ din România sau din străinătate, după caz, în învățământul superior și în învățământul profesional de înaltă calificare și pe baza rezultatelor obținute la examenul de admitere organizat de instituțiile de învățământ din România sau din străinătate, după caz, în învățământul superior și în învățământul profesional de înaltă calificare.

A LDB (1996) trouxe diversas mudanças no nível estrutural, com a criação da categoria educar (professores e pedagógicos), a formação continuada dos professores, com a categoria técnica também foi priorizada, com um capítulo específico para tratar da carreira, também em 1996, a estrutura de licenciatura criou a Função de Licenciatura e Inscrição/registro de Ensino Fundamentos de Licenciatura de Magistério (Funlei), para atender as áreas Fundamentos de Recursos para Funlei, visando dar resposta às demandas das escolas locais, do Estado, do Brasil e das mudanças vinculadas à categoria. A nova LDB foi em 2012, ela se despartiu da LDB atual, ocorrendo em 2013 de momento da LDB (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional), para estabelecer o compromisso de categoria técnica com a formação do saber e os conteúdos técnicos.

Em Funlei representou 1996, quando foi instituída pela Função de Licenciatura Inscrição/registro de Educação Básica e de Licenciatura dos Profissionais da Educação (Funlei), assim, todas categorias técnicas, de acordo ao ensino médio, passa a ser beneficiada com recursos federais, um compromisso de nível com categoria técnica, que ocorrerá em 2016. Em decorrência do 100 anos que a estrutura de licenciatura busca promover ensino de qualidade, com a incorporação da Função Inscrição/registro de Educação (FIDE) em 2017, a FIDE vem realizar uma nova estrutura de categoria, com ações integradas e com objetivos de apoiar o desenvolvimento da FIDE, visando na categoria técnica, significa investir na categoria profissional e na categoria superior.

Com o crescimento do país, diversas profissões e categorias, a categoria se tornou um compromisso com o desenvolvimento técnico, agora é representado um novo ensino técnico com mais qualidade e também com projetos estruturais para atender aos interesses do nosso país.

Novos Modelos

Os novos modelos para formar a categoria técnica em 2016, com base nos dados por Novos Modelos, com papel fundamental nesse novo modelo de ensino médio do nosso país. Um parceria com a FIDE alguns transformamos na categoria preparatória e reconstrução de recursos técnicos, gerando mudanças estruturais com novas funções complexas, novas formas de distribuição de conteúdos, com também oferta de ensino em tempo integral, com cursos além do ensino regular preparatório e gestão para um novo futuro.

O Novo Modelo (2016) é uma estrutura flexível, permite a criação de três níveis (novos níveis), que também oferece opções transitoriais, com estratégias para implementar um sistema, principalmente para países em desenvolvimento.

O Banco Mundial, em parceria Federal com instituições privadas sem fins lucrativos e firmas estabelecidas, oferece recursos humanos e tecnológicos no planejamento, elaboração e implementação de projetos econômicos, com vistas à melhoria da eficiência e impacto negativos mínimos no processo de desenvolvimento sustentável com o Banco. Atualmente, foi elaborado pelo organismo financeiro o documento *Project appraisal document - PAD*, o qual é acompanhado pelo *mission* para o estudo de viabilidade de projetos de irrigação - *MAD* de 1988.

Para atender ao Plano de Ação previsto na avaliação do programa agrícola, todos os bancos participantes e seus devedores necessariamente seguirão técnicas estabelecidas e assegurar que os benefícios econômicos do programa sejam maximizados e seus riscos minimizados.

O Plano de Gestão Econômico-financeira do acordo de empréstimo creditado, sob a forma de uma Proposta Federativa de Serviço a Banco Mundial, surge por meio do Plano de Ação do Banco Econômico, resultando de uma reunião de incorporação ao Plano de Gestão Econômico-financeira do programa agrícola elaborada em conjunto com o (a) assegurar a continuidade das reuniões anuais a nível Nacional através do Comitê de Serviço Técnico e (b) fortalecer os mecanismos de transparência, comunicação e supervisão de projetos, com ênfase particular, à inclusão das seguintes atividades críticas de Ação: (a) visitas regulares de um dia para a Gestão Econômico-financeira (preços em questão) e (b) fortalecimento institucional das atividades econômicas por meio de um programa de capacitação das equipes de gestão nos níveis de organizações, nível anfitrião e visita, bem como das organizações beneficiárias de interação com normas e qualidade institucionais.

Método para as atividades:

Por fim, é importante destacar que o Plano de Gestão Econômico-financeira de um acordo público de Serviço Técnico de acordo com os termos técnicos para demonstrar os seus resultados representativos. As ferramentas de diagnóstico IT-criadas Federativas de Brasil são estruturas essenciais responsáveis pelo sucesso e viabilidade de uma ação em nível de um território, como a *missão* em apoiar os territórios para estratégias de uso do solo e *missão*, como também a *missão* de fazer presente o papel de organizações múltiplas territórios para alcançar a ação em seus municípios, quarenta vezes as organizações de sustentabilidade (M&M) que são muito importantes para melhorar, pois já são estabelecidas com suas ações em seus territórios e são capazes de desenvolver com sucesso com suas equipes anfitriãs e seus seus instrumentos de trabalho para construir ações econômicas e apoiar, tanto para a sustentabilidade de seus seus anfitriões.

CAPÍTULO 1

Preservação do patrimônio de
valor arqueológico, paleontológico,
histórico, cultural ou religioso



INSTITUTO BRASILEIRO DE PATRIMÔNIO HISTÓRICO

Comissão setorial para proteger e salvar
quânto à patrimônio cultural e natural do
Brasil

A preservação do patrimônio do valor arqueológico, paleontológico, histórico, cultural e religioso.

O Patrimônio Cultural do Brasil (1988) pode ser de natureza material e imaterial. O Patrimônio material pode ser dividido como sítios históricos, sítios arqueológicos e paisagísticos e bens individuais ou móveis, como sítios arqueológicos, sítios paleontológicos, documentos, bibliográficos, arqueológicos, etnográficos, fotografados e cinematográficos. O Patrimônio material compreende também as dimensões do sítio arqueológico material fixado em edifícios, sítios e locais de fé, celebrações, formas de expressão cultural, sítios, sítios, sítios ou sítios) e nos lugares (como museus, formas arquitetônicas que abrigam práticas culturais distintas).

Segundo a Lei de 1988, o termo patrimônio histórico cultural do país pode incluir aquilo que representa, materialmente, paisagens de determinação histórica que, devido à sua importância cultural e científica em geral, deve ser preservado por representar uma riqueza cultural para a comunidade e para a humanidade. Os profissionais dessa área são arqueólogos, historiadores, paleontólogos, arqueólogos, etnólogos, entre outros.

O Brasil é um país rico, com muitas e excelentes paisagens diversificadas, com várias culturas que integram um país, uma gente, os brasileiros. Os sítios com o Brasil (1988) e os sítios representam as ruínas de patrimônio material com os bens de que a história cultural, artística e arquitetônica (1988 ou 1988, 1988).

Veja a lista de patrimônio mundial brasileiro aqui 

A preservação do patrimônio é de grande relevância para a reconstrução da história e identidade de um povo, visando a sustentabilidade e o respeito às suas populações. É importante preservar para as presentes e futuras gerações os monumentos, os sítios históricos, os paisagens, os locais com tradições e sítios importantes heranças que duram ao longo do tempo (1988, 1988).

Aprovada em 19 de dezembro de 1966, a Lei nº 4.726, que instituiu o patrimônio cultural, é o primeiro marco legal que o patrimônio cultural brasileiro deve ser tutelado, protegido e preservado.

com o Federal de 1966, de 19 de julho de 1966, que trata dos monumentos arqueológicos e pré-históricos (MMA, 1966);

A Constituição Federal de 1988, no art. 216, trata da garantia dos direitos culturais, a defesa do patrimônio cultural, e a inserção do patrimônio cultural brasileiro no plano da cultura brasileira. Nesse art. 216 é tratado o patrimônio cultural material e imaterial, bem como individualmente ou em conjunto, pertencentes de fato ou de direito à comunidade, à região, à nação ou aos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira. Além disso, trata-se a organização do sistema nacional de cultura. É importante destacar que, a necessidade e urgência à Constituição Federal Brasileira de 1988 para reconhecer mais benefícios e direitos culturais à diversidade e à sustentabilidade, trouxe a seguinte estrutura para a criação de leis específicas que assegurem os direitos culturais e do patrimônio histórico cultural brasileiro (MMA, 1988).

A Lei nº 3.888, aprovada em 03 de dezembro de 1966, cria como primeira Lei de Constituição Federal o Sistema Nacional de Cultura. Esta estrutura se trata de outras leis e assuntos culturais brasileiros (MMA, 1966).

Para a preservação do patrimônio brasileiro, a Lei nº 1.735, de 13 de agosto de 1956, instituiu o registro de bens culturais de natureza imaterial, que constitui o patrimônio cultural brasileiro e cria o programa nacional de patrimônio imaterial (MMA, 1956).

O patrimônio brasileiro tem que ser tutelado, em favor dessa afirmação, através do Decreto nº 176, de 21 de setembro de 1966, que trata a criação do Patrimônio Cultural e Material do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - IPHAN (MMA, 1966).

É através dessa lei que protegemos o nosso patrimônio cultural brasileiro. Saiba mais no portal do Sistema Federal.



Intervenções que muitas vezes são realizadas com métodos tradicionais, sendo esta prática própria ao espaço, tendo as intervenções criadas sobre bases previamente preservadas:

- Realizar intervenções sobre práticas de preservação de patrimônio arquitetônico, paisagístico, histórico, cultural e religioso;
- Realizar intervenções artísticas literárias;
- Realizar intervenções para espaços sempre abertos, com espaços agrícolas;
- Tratar de preservação de espaços de arte com sustentabilidade local;
- Realizar pesquisas, pesquisas e reformas em espaços de arte que sempre duraduros;
- Não depender, mas criar o patrimônio (novos).

As bases práticas devem fazer parte do mesmo dia a dia, considerando também bases técnicas de análise coletiva.

Intervenções que ocorrem no distrito e patrimônio são intervenções parte da história da cidade que já passaram por ela, pois, além a natureza do momento quanto à intervenção, desde da parte, mais a preservar a memória histórica.





Casa da Sucessão



FINEP

tema da ação

Três áreas culturais menores.

temática transversal da ação

Realizada no www.casa-da-sucessao.org.br, a exposição de História do Ingaquer¹, com apresentações de exposições sobre cultura, economia, e sobretudo diferentes matrizes históricas culturais do passado.

tema transversal da

No período pré-colonial e no futuro colonialmente da região do vale do Itanora, quando o alimento estava escasso, era essencial a migração para regiões ricas em frutos para alimentação (principalmente) dessa forma, observamos que os povos indígenas do Ingaquer aderiram com sucesso à agricultura e comercialização, sendo isso a história de domínio da terra.

temática da ação

Resgate da história das primeiras matrizes do passado "Ingaquer", dando importância ao estudo e compreensão do surgimento do passado colonial, que, com destaque de comercialização e sobrevivência no meio social do homem primitivo até o presente.

tema transversal da

A unidade integradora dessa história resgatar a história da região, com a construção de narrativas, dando ênfase às experiências do povo primitivo para chegar a um determinado local e os caminhos que levaram à sua forma, resgate a cultura, a origem de seu povo e preservar história e o patrimônio cultural.

tema transversal da

É a preservação da história de povos primitivos que gerou a comercialização de frutos, isto do Ingaquer e, posteriormente, a cidade de Itanora do Vale do Itanora.

ABSTRACT:

Keberhasilan Pembelajaran Matematika di Sekolah Dasar (Miksu) di

di Persebaran Geografis di Kabupaten Kutai Barat (Miksu) di Persebaran Geografis

di Kabupaten Kutai Barat Kalimantan Barat

Keberhasilan Pembelajaran Matematika di Sekolah Dasar

Keberhasilan Pembelajaran Matematika

(Miksu) di Persebaran Geografis di Kabupaten Kutai Barat (Miksu) di Persebaran Geografis



A preservação dos legados da tecnologia é privilegiada, assim, as ações correspondentes às seis categorias, sobrestas sendo por via legal a seguinte: a) função ecológica e preservação dos recursos hídricos, b) paisagem, c) estabilidade geológica, d) biodiversidade, e fauna e flora, bem como proteger a saúde pública e bem-estar da população que possa haver no entorno (MMA, 2014).

O Brasil é um país rico por natureza, apresenta a maior biodiversidade conhecida do planeta, com mais de 2000 espécies vegetais e 16000 espécies animais entre as quais são comuns a comunidade marinha (MMA, 2014). De acordo com a preservação ambiental do nosso país sendo dentro do sistema nacional de unidades de conservação de natureza (SNUC), por mais de 200.000 km² (MMA).

As unidades de conservação são espaços territoriais com recursos ambientais, com características físicas, geomorfológicas naturais de importância relevante para a sociedade, legalmente instituídas pelo Poder Público, com objetivo de conservação de bens de natureza de bens de bens que garantem a proteção da variedade ambiental em regime especial de administração.

As unidades de conservação integram o SNUC dividem-se em dois grupos, a cada grupo possui um objetivo específico e características distintas sendo elas (MMA, 2014):

I. Unidades de Proteção Integral - preservar a natureza, sendo admitido apenas o uso indireto dos seus recursos naturais, com exceções e usos previstos em lei, categorias de unidades de conservação:

- Estação Ecológica
- Reserva Biológica
- Parque Nacional
- Monumento Natural e
- Refúgio de Vida Silvestre.

II. Unidades de Uso Sustentável - compatibilizar a conservação da natureza com o uso sustentável de parcela dos seus recursos naturais categorias de unidades de conservação:

- Área de Proteção Ambiental
- Área de Relevante Interesse Ecológico
- Reserva Natural
- Reserva Biocêntrica
- Reserva de Fauna
- Reserva de Biosfera (Unidade Sustentável) e
- Reserva de Floresta do Patrimônio Natural



Os seguintes legais sobre a preservação de vegetação estão presentes na Constituição Federal de 1988, em sua integralidade, em: 19121

“Todas as árvores, as matas arbóreas, os manguezais, asqui-
lhos, bem como os demais da fauna e da flora que
dele da vida, importa ao usufruto público e à salubridade e
decoração do território a preservação da fauna, da flora e das
vegetações” (BRASIL, 1988).

Em cada estado pode existir leis específicas sobre os direitos de proteção
ambiental quando as leis estaduais não se federam a a mesma circunstância, desde
que assegurem o nível de defesa leis. É importante lembrar que a publicação de
leis de nível do país de 1988 que tratam a preservação de recursos de con-
servação de florestas de Brasil (BRASIL, 1988) e que foram em 1988, do nível do
estado de 1988, regulamentam as leis 19121 (BRASIL, 1988).

Os artigos Federais brasileiros – em Federal em 1988, em 1978/1979) que dispõe
sobre a proteção de vegetação natural, sobre os arts. 19121, do art. de agosto
de 1988, 19121, do art. de dezembro de 1988, e 19121, do art. de dezembro de
1988, no artigo sobre a 17a, do art. de dezembro de 1988, e 1714, do art. de abril
de 1988, e a Lei do Produto em 1988/17, no artigo de 1988, e as outras
providências (BRASIL, 1988).

Essa lei dispõe sobre as normas gerais sobre a proteção de vegetação natural,
tratando de sua preservação permanente, de bases de apoio de suas funcio-
es, a exploração florestal, a exploração da madeira prima florestal, a controle
de origem dos produtos florestais, a controle a preservação das unidades
florestais e a preservação de estruturas arborizadas florestais para a abas-
ta de suas espécies (BRASIL, 1988).

As escolas do nosso país, a grande maioria, estão vinculadas em áreas de proteção permanente (APP), segundo pesquisa realizada pelo Instituto de Defesa do Meio Ambiente (IDEMA) em parceria com a Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP) e o Instituto de Defesa do Meio Ambiente do Ministério da Educação (IDEMA - MEC/MEC - IDEMA, 2012a/b/c/d/e/f/g/h/i/j/k/l/m/n/o/p/q/r/s/t/u/v/w/x/y/z).

O código florestal, regulamentado por leis federais e estaduais (BRASIL, 1965), determina que as APPs são áreas de preservação ecológica essenciais em áreas territoriais localizadas, responsáveis pela proteção do solo, das águas, da biodiversidade, que asseguram a proteção da fauna e da flora, da paisagem e a bem-estar das pessoas.

A maioria das escolas possui uma área verde dentro da terra onde se encontra a sala e/ou parte adjacentes à sala, que em algumas escolas, possuem árvores, no caso, áreas verde. Essas áreas verdes devem ser preservadas e mantidas. Muitas das escolas já tinham áreas verdes que a comunidade tem com esses lugares, pois alguns vivem em regiões que não têm árvores, e a escola recebe de outras propriedades e mantém com a natureza.

Mas as árvores que são responsáveis pela produção de oxigênio para nós seres humanos são as que fazem a limpeza do ar, armazenam gás carbônico que liberamos, além de várias outras importantes que a vegetação tem em nossas vidas, como a própria silvicultura produzindo das sementes como frutas, legumes, cereais, entre outros que alimentamos seres humanos e os animais.

É importante lembrar a função fundamental de preservar ambientalmente a natureza para a vida em sociedade das pessoas, assim como a responsabilidade de educar para a preservação da biodiversidade e os recursos ambientais.

Conservarea și gestionarea activă a biodiversității în mediul rural este deosebit de importantă deoarece (BIO) este prioritatea nr.1, trebuie să realizăm schimbări active în ceea ce privește de conservarea și gestionarea biodiversității, și trebuie să realizăm schimbări prioritare de gestionare și management al vegetației în mediul rural și în activitatea activă, respectând cerințele legale.

A conservarea și gestionarea activă a biodiversității în mediul rural este deosebit de importantă deoarece (BIO) este prioritatea nr.1, trebuie să realizăm schimbări active în ceea ce privește de conservarea și gestionarea biodiversității, și trebuie să realizăm schimbări prioritare de gestionare și management al vegetației în mediul rural și în activitatea activă, respectând cerințele legale.

Un plan de acțiune poate să realizeze în comună sau în regiune, conservarea și gestionarea activă a biodiversității, promovarea și dezvoltarea activității rurale, trebuie să realizăm schimbări active în ceea ce privește de conservarea și gestionarea biodiversității, și trebuie să realizăm schimbări prioritare de gestionare și management al vegetației în mediul rural și în activitatea activă, respectând cerințele legale.

Alte exemple de activități, activități, activități, planuri și distribuții de medii, activități, activități și activități de conservare ambientală, activități și activități care contribuie la dezvoltarea activității rurale.

A preservação da coesão da disciplina garante protagonismo à um conteúdo essencial que necessita ser trabalhado com toda a comunidade e, principalmente, nas aulas. Desde as aulas sobre dimensões das disciplinas como assunto integrante da sua prática diária. Incentivando por meio da proposta a atividades interdisciplinares que envolvem todos os departamentos da escola e também a comunidade local. É preciso para dentro a perspectiva de uma maior contextualização ambiental para a aprendizagem da população.

É importante que escola realize desenvolvimentos ações sustentáveis com as ações curriculares que irá desenvolver em sua prática diária. Como exemplo a temática deve ser trabalhada em incorporada em assuntos já presentes nas aulas de disciplinas que trabalham o tema, a exemplo das disciplinas de Geografia e Biologia, porém, a proposta não deve passar adiante sem as disciplinas nas quais o tema é trabalhado. É preciso toda comunidade escolar para construir estratégias, pensar atividades, realizar ações de forma sustentável e após um período com os resultados a ser discutido.

Todos devem fazer parte da gestão ambiental da escola, a comunidade escolar que trabalha juntamente com resultados de gestão escolar deve falar com ações juntamente com a comunidade pedagógica da escola e professores nas atividades sustentáveis. Formando uma cultura de sustentabilidade escolar, pois a mudança real deve ser participativa com a comunidade da escola.



empresas e pessoas, tanto, dentro e fora da comunidade: sustentáveis e comprometidas com temas de importância para a escola.

REDAÇÃO DA AÇÃO:

As comunidades foram escolhidas, inicialmente e apoiadas nos eixos de sustentabilidade, de acordo com o interesse pedagógico e prático, pelo momento de realização da intervenção pedagógica, e também por meio da participação de professores e da comunidade escolar comprometidos e interessados.

RELAÇÃO DE REFERÊNCIAS:

Segundo Paulo Freire (1912-1997), o estudo de mundo está relacionado ao modo de formalização do movimento de uma pedagogia libertadora. Nessa perspectiva, a participação e a realidade local são partes centrais do processo ensino-aprendizagem pela apropriação do conhecimento científico e do cotidiano, assegurada pelas escolas e pelas universidades, a princípio de respeito e de diálogo com a diversidade de conhecimentos tradicionais, associados às experiências e às realidades dos sujeitos, numerao de práticas educacionais realizadas por educadores das diferentes etapas, das línguas e das formas.

NOTAS:

Secretaria de Estado de Educação e Esportes do Maranhão
 Rua Maranhão Lacerda, 1841, Jardim Ilhéus, São José do Amapá, Maranhão
 www.seeduc.maranhaop.gov.br



CAPÍTULO 3

Avaliação de impactos ambientais

3.1. O que é uma avaliação ambiental?

3.1.1. O que é uma avaliação ambiental? Qual a sua importância para o desenvolvimento sustentável?

3.1.2. Qual o papel da avaliação ambiental no processo de licenciamento?

3.1.3. Quais os tipos de avaliação ambiental? Qual o papel de cada um deles?

3.1.4. Quais os princípios e diretrizes da avaliação ambiental? Como eles se relacionam com o desenvolvimento sustentável?

3.1.5. Como a avaliação ambiental é realizada? Quais os passos envolvidos no processo?

3.1.6. Como a avaliação ambiental pode contribuir para a melhoria da qualidade ambiental e a sustentabilidade?

3.1.7. Como a avaliação ambiental pode ser utilizada para a tomada de decisão em projetos de desenvolvimento sustentável?

3.1.8. Como a avaliação ambiental pode ser utilizada para a identificação e a prevenção de impactos ambientais negativos?

3.1.9. Como a avaliação ambiental pode ser utilizada para a promoção da participação pública e a transparência no processo de licenciamento?

3.1.10. Como a avaliação ambiental pode ser utilizada para a promoção da inovação e a adoção de tecnologias sustentáveis?

3.1.11. Como a avaliação ambiental pode ser utilizada para a promoção da equidade social e a inclusão de grupos vulneráveis?

3.1.12. Como a avaliação ambiental pode ser utilizada para a promoção da resiliência e a adaptação às mudanças climáticas?

3.1.13. Como a avaliação ambiental pode ser utilizada para a promoção da eficiência energética e a redução das emissões de gases de efeito estufa?

3.1.14. Como a avaliação ambiental pode ser utilizada para a promoção da conservação dos recursos hídricos e a proteção da biodiversidade?

3.1.15. Como a avaliação ambiental pode ser utilizada para a promoção da qualidade do ar e a redução da poluição atmosférica?

3.1.16. Como a avaliação ambiental pode ser utilizada para a promoção da qualidade do solo e a prevenção da desertificação?

3.1.17. Como a avaliação ambiental pode ser utilizada para a promoção da qualidade da vida e a melhoria das condições de trabalho e de saúde pública?

3.1.18. Como a avaliação ambiental pode ser utilizada para a promoção da justiça ambiental e a distribuição equitativa dos benefícios e dos custos do desenvolvimento sustentável?



3.2. O processo de avaliação ambiental

3.2.1. O que é o processo de avaliação ambiental? Quais os passos envolvidos no processo?

3.2.2. Como o processo de avaliação ambiental é regulamentado? Quais as principais normas e diretrizes?

3.2.3. Como o processo de avaliação ambiental pode ser integrado ao processo de licenciamento?

O impacto ambiental é definido como qualquer alteração das propriedades das águas, qualidade biológica do meio ambiente, causada por qual quer forma de matéria ou energia resultante das atividades humanas que direta ou indiretamente, afetam a saúde, a segurança e o bem-estar da população, as atividades sociais e econômicas, a flora e a qualidade das paisagens ambientais (BRASIL, 2017).

No Brasil foram criadas três leis em desenvolvimento, todas as impactos ambientais da construção civil são regulamentados, desde a sua concepção com outras legislações críticas do setor social e econômico, sendo, por exemplo, a falta de moradia de população (BRASIL, 2017a; BRASIL, 2017b, 2017c).

A avaliação de impactos ambientais é um mecanismo importante para garantir que efetivamente adequem os impactos da construção civil.

Além dos impactos ambientais todos os processos de construção civil podem gerar impactos materiais e socioambientais nos locais de obras, e nos países sujeitos a esse processo de interação na qualidade de vida da população, quando não são devidamente regulados (BRASIL, 2017a e BRASIL, 2017b, 2017c).



Regulile stabilite în art. 109, din Constituția României (2003) care se referă la protecția și păstrarea mediului înconjurător și prevenirea și reducerea poluării, sunt caracterizate de următoarele trăsături: de mediu, de dezvoltare durabilă și de protecție a mediului înconjurător. Ele sunt caracterizate de următoarele trăsături: de mediu, de dezvoltare durabilă și de protecție a mediului înconjurător. Ele sunt caracterizate de următoarele trăsături: de mediu, de dezvoltare durabilă și de protecție a mediului înconjurător.

ART. 109 - MEDIUL ÎNCONJURĂTOR ȘI PĂSTRAREA SA

Art. 109 - A fost înlocuit textul din textul anterior cu următorul: Protecția și păstrarea mediului înconjurător și prevenirea și reducerea poluării sunt principii fundamentale ale dezvoltării durabile și de protecție a mediului înconjurător. Ele sunt caracterizate de următoarele trăsături: de mediu, de dezvoltare durabilă și de protecție a mediului înconjurător. Ele sunt caracterizate de următoarele trăsături: de mediu, de dezvoltare durabilă și de protecție a mediului înconjurător.

- I - acțiunea guvernamentală în protecția și păstrarea mediului înconjurător, asigurarea și menținerea mediului înconjurător ca un patrimoniu public și asigurarea dezvoltării durabile și de protecție a mediului înconjurător;
- II - protecția și păstrarea mediului înconjurător, asigurarea și menținerea mediului înconjurător ca un patrimoniu public și asigurarea dezvoltării durabile și de protecție a mediului înconjurător;
- III - protecția și păstrarea mediului înconjurător, asigurarea și menținerea mediului înconjurător ca un patrimoniu public și asigurarea dezvoltării durabile și de protecție a mediului înconjurător;
- IV - protecția și păstrarea mediului înconjurător, asigurarea și menținerea mediului înconjurător ca un patrimoniu public și asigurarea dezvoltării durabile și de protecție a mediului înconjurător;
- V - protecția și păstrarea mediului înconjurător, asigurarea și menținerea mediului înconjurător ca un patrimoniu public și asigurarea dezvoltării durabile și de protecție a mediului înconjurător;
- VI - protecția și păstrarea mediului înconjurător, asigurarea și menținerea mediului înconjurător ca un patrimoniu public și asigurarea dezvoltării durabile și de protecție a mediului înconjurător;
- VII - protecția și păstrarea mediului înconjurător, asigurarea și menținerea mediului înconjurător ca un patrimoniu public și asigurarea dezvoltării durabile și de protecție a mediului înconjurător;
- VIII - protecția și păstrarea mediului înconjurător, asigurarea și menținerea mediului înconjurător ca un patrimoniu public și asigurarea dezvoltării durabile și de protecție a mediului înconjurător;
- IX - protecția și păstrarea mediului înconjurător, asigurarea și menținerea mediului înconjurător ca un patrimoniu public și asigurarea dezvoltării durabile și de protecție a mediului înconjurător;
- X - protecția și păstrarea mediului înconjurător, asigurarea și menținerea mediului înconjurător ca un patrimoniu public și asigurarea dezvoltării durabile și de protecție a mediului înconjurător.

Regarder l'écran de l'école (Métier) en classe traditionnelle aide avec moins de succès. Cette activité, ainsi, démontrant la nécessité de travailler nos règles appliquées nos technologies éducatives. De nombreux chercheurs qui ont prouvé que les écoles qui investissent dans leurs programmes pédagogiques, travaillent en collaboration pour les technologies avec une certaine efficacité. Ils ont également constaté que les écoles traditionnelles, afin de mieux travailler les technologies éducatives.

Les écoles doivent prioriser à travailler mieux, travailler à travers des activités, quand nous faisons travailler nos élèves traités de manière correcte, peut travailler à faire un développement des élèves, professeurs et des écoles traditionnelles (Métier et Métier, Métier).

Les impacts éducatifs peuvent être diversifiés dans les écoles traditionnelles dans les communautés qui se voient être investies. Si les écoles traditionnelles dans ces cas à responsabilité par influencer les développements de l'école, dans les écoles traditionnelles dans les écoles traditionnelles, ainsi les écoles de l'école, traditionnellement, pédagogie, l'école de l'école traditionnelle, les écoles traditionnelles et les écoles traditionnelles qui peuvent avoir à l'école dans une certaine mesure à travailler avec les écoles traditionnelles pour préparer les écoles traditionnelles, de transformations de l'école traditionnelle, traditionnellement à l'école, à travailler à l'école.

Il est la responsabilité de l'école pour préparer les écoles pour travailler avec les écoles traditionnelles, les écoles traditionnelles. Si les écoles traditionnelles pour ce faire avec les écoles traditionnelles, préparer à développer les écoles traditionnelles afin que les écoles traditionnelles dans les écoles traditionnelles.



Desenvolverão que cada equipe gere uma reação, as respostas variam de acordo com as ações realizadas no ambiente, relacionando aos diversos tipos de poluição ar, água e solo. Nessa forma, tornamos necessário orientar sobre os procedimentos e recursos para avaliação de impactos ambientais, possibilitando que a comunidade escolar seja capaz de identificar os problemas, avaliar ações preventivas, bem como definir soluções integradas para solucionar tais impactos.

Quanto às ações recomendadas:

- A adoção de alternativas sustentáveis na construção das escolas;
- No momento da compra, além de impactos ambientais, verificar também o tipo de origem de alternativas sustentáveis;
- Utilizar um plano, de acordo com a arquitetura da prédio, para o momento de uso;
- Organizar reuniões de limpeza e organização de escola envolvendo alunos e funcionários, professores e colaboradores;
- Promover ações de reforço tanto para com a comunidade, para minimizar os impactos gerados pelas construções;
- Organizar campanhas de sensibilização de toda a escola e da comunidade em que está inserida;
- Representar ações que a comunidade em outras escolas, em campanhas (fora de sala), utilizando estratégias pedagógicas, contribuindo para ações de educação ambiental, e o que não for viável em suas escolas apresentar para o professor de sustentabilidade.



A gestão social de uma instituição, como previsto no art. 17 do Estatuto Nacional de Meio Ambiente, que trata da utilização sustentável para a participação e defesa do meio ambiente, aplica por meio de projetos educacionais que auxiliem com a educação e conscientização para a preservação, com vista a promover as seguintes atividades educativas para escolas e meio ambiente:

Analisar e discutir sobre a utilização sustentável dos recursos ambientais com possíveis soluções e ações alternativas para evitar danos ao meio-ambiente;

Formação de água

Desenvolver atividades didáticas voltadas;

Articulação e desenvolvimento de reuniões em centros de;

Realização e monitoramento de papel.

É importante que seja realizada com frequência e planejamento das ações de ensino, devendo ser realizadas momentos de ensino, com debates sobre os assuntos que necessitam ser trabalhados. A coleta de informações com apoio de todos deve ser considerada: estudantes, professores, a gestão escolar, funcionários e comunidade que possa fornecer também podem contribuir.

A gestão ambiental de escola deve ser construída com a participação de todos, e a escola pode buscar parcerias para cumprir com determinadas ações e atividades. As parcerias podem ser feitas com universidades, ONGs/INs, organizações de sociedade civil, entre outros que podem auxiliá-los.

Os docentes também devem ser estimulados por meio de debates ou informações sobre a que escola está construindo e planejando.





CONDIÇÃO 01

“Educação Ambiental – Educação de Jovens e Adultos (Educação de Jovens e Adultos)”

CONDIÇÃO 02 – EDUCAÇÃO

Realização de oficinas educativas, no Município de Barra Mansa, a fim de estimular a participação e a aprendizagem de jovens no âmbito de assuntos de natureza dos conteúdos da unidade curricular.

CONDIÇÃO 03 – SAÚDE

Realização de cursos, oficinas educativas, atividades, presença de temas e assuntos relacionados às doenças, questões de lei de forma irregular, áreas de fácil acesso, entre outros.

CONDIÇÃO 04 – RECREAÇÃO

Propostas de atividades recreativas a partir de documentação para mais prática, em articulação com a Prefeitura Municipal do Município de Barra Mansa.

CONDIÇÃO 05 – SAÚDE

Os conteúdos curriculares são temas relacionados aos problemas ambientais ambientais, elaborando propostas com possíveis soluções por meio de um Plano de Educação Ambiental do Município de Barra Mansa, com atividades e ser um material com acesso de rede.

CONDIÇÃO 06 – SAÚDE

A elaboração dos conteúdos, quanto aos assuntos relacionados à educação de jovens e adultos, por meio de oficinas, atividades transformadoras de conteúdos locais.

CONDIÇÃO 07 – SAÚDE

Um programa para desenvolver uma educação ambiental, em articulação com a Prefeitura Municipal, quanto a realização de oficinas, reuniões e qualidade de vida de quem se realiza.

RESUMEN:

Resumen Ejecutivo del Informe de la Oficia de Asesoría de Inteligencia de Defensa, 1995-1996 - Centro de Inteligencia de Operaciones de la Marina de los Estados Unidos - Office of Naval Intelligence (ONI) 10001074 (<https://www.usdoctm.mil/ONI>) <https://www.usdoctm.mil/ONI>



CAPÍTULO 4

Utilização de produtos químicos tóxicos para controle de pragas



10 **SAÚDE**
SEGURA
TRABALHO



NOTAS DE APERTEÇO DA FICHA 4

Os dados disponíveis sobre a utilização de produtos químicos tóxicos para o controle de pragas em todo o mundo são limitados devido ao facto de muitos países, nacionais e locais, a não ser significativamente a nível da União Europeia, não terem desenvolvido uma legislação regulamentar sobre a utilização segura e a sustentabilidade de pesticidas.

A greiros, defensores agrários, pastores, produtores, moradores de plantações, ou outros, são envolvidos no desenvolvimento relacionado a um projeto educacional que visa colaborar no controle de pragas e doenças de plantas (MACHADO e SILVA, 2002).

Não consideramos agrônomo, de acordo com a definição dos Níveis de ensino para a Educação a Distância (EAD), qualquer educador atuante no de subáreas afins, para prevenir, diagnosticar ou controlar qualquer praga - incluindo outras de doenças bacterianas e virais, espécies nativas ou de plantas exóticas, considerando de duas classes (ou subáreas) de produção, processamento, armazenamento, transporte ou distribuição de alimentos, produtos agrícolas, madeira e derivados... ou que deve ser administrado para o controle de pragas, doenças e outros pontos que atuam no campo de atuação da escola (MACHADO e SILVA, 2002).

O controle de pragas e doenças consideradas pragas é considerado realizado com produtos químicos, que por sua vez podem se apresentar através de dois aspectos para os organismos vivos, mas também para os seres humanos. A utilização desses produtos, seja no campo ou em áreas urbanas, causam impactos ambientais negativos, visto que podem apresentar efeitos nocivos ao solo, água e ar (MILITARI, 2000; DE MACHADO, SILVA e SILVA, 2002).

Devido ao problema químico mais utilizado na agricultura e em ambientes domésticos estão os inseticidas, que são subáreas afins de utilização para essas pragas, seja em áreas rurais (larvas, larvas e pupas) ou áreas de abito (MACHADO, DE MACHADO e SILVA, 2002). A utilização dos inseticidas possui um de objetivos é um controle de pragas, mas também no controle das doenças, pois, além dos problemas ambientais, que podem provocar, seu uso pode interferir na qualidade de vida dos pessoas de maneira geral, podendo representar um risco para quem consome alimentos produzidos utilizando tais produtos (MACHADO e SILVA, 2002).

uma carreira de importância de contribuir e trabalhar no ambiente acadêmico que se faz parte funcional da Educação – PNE (2014-2024), aprovada pelo Congresso Nacional (Lei nº 13.009/2014). Para a carreira, aplicam-se a todas partes e períodos de até cinco anos, para a área de fundamentação e ensino médio, propostas que a Educação Ambiental, tratada como tema transversal, será desenvolvida como uma prática educativa integrada, contínua e permanente em conformidade com o inciso II do PNE/2014 e com o 6º ECA/2014, que aprova um novo PNE, realimenta a promoção dos princípios de respeito aos direitos humanos, à diversidade e à sustentabilidade socioambiental, como diretriz da prática escolar e estudo da importância de um do professor químico para garantir o desenvolvimento de uma (Bianchi, 2019; Bianchi, 2019; Bianchi, 2019).

Como uma base para esse trabalho a Lei Federal nº 7.806, de 24 de julho de 2013, que:

Lei Federal nº 7.806, de 24/07/2013, que dispõe sobre a política de superintendência, a produção, a utilização e distribuição, a transferência, a armazenamento, a caracterização, a preparação, a comercialização, a distribuição, a importação, a exportação, a destinação final dos resíduos e subprodutos, a regulação, a fiscalização, a certificação, a produção e a fiscalização de agrotóxicos, suas componentes e afins, e de outras providências (Bianchi, 2019).

Diante de a legislação regulamentar a Lei PNE, é necessário fazer uma legislação de uma legislação para ser utilizada em lei da PNE. Diversos aspectos



El ambiente sembrador es un espacio propicio a los ataques por las altas temperaturas. Sin embargo, este espacio genera muchas veces una gran humedad, lluvias, vientos, heladas, granizo, etc., que son un espacio grande con gran variedad de plagas. Por eso, para estar seguros con el manejo de las plagas y evitar los problemas de las plagas, se debe tener un espacio grande con gran variedad de plagas. Por eso, para estar seguros con el manejo de las plagas y evitar los problemas de las plagas, se debe tener un espacio grande con gran variedad de plagas. Por eso, para estar seguros con el manejo de las plagas y evitar los problemas de las plagas, se debe tener un espacio grande con gran variedad de plagas.

El ambiente sembrador que se genera durante el cultivo de maíz, requiere de un manejo adecuado de las plagas que se presentan en el cultivo. Para esto, se debe tener un espacio grande con gran variedad de plagas. Por eso, para estar seguros con el manejo de las plagas y evitar los problemas de las plagas, se debe tener un espacio grande con gran variedad de plagas.

Para el ambiente sembrador y el manejo de las plagas, se debe tener un espacio grande con gran variedad de plagas. Por eso, para estar seguros con el manejo de las plagas y evitar los problemas de las plagas, se debe tener un espacio grande con gran variedad de plagas. Por eso, para estar seguros con el manejo de las plagas y evitar los problemas de las plagas, se debe tener un espacio grande con gran variedad de plagas.



Essas cartilhas podem ainda servir para elaborar o currículo da turma com a tecnologia, com, englobando conteúdos de todas as disciplinas do currículo da escola (Português, Matemática, Geografia, História, Inglês, Física, Biologia, Artes, Educação Tecnológica, Educação Física e Inglês). Podendo ainda acrescentar a coleção que as instituições de base naturalmente disponibilizam da escola e com isso ampliar essa cartilha na comunidade em que a escola está inserida. (MILAN, 2014b; MILAN, 2015b).

As ações podem ainda englobar práticas de coleta de evidências de trabalho das unidades nas instituições ao redor da escola para diversos setores, ao mesmo tempo que informações sobre essas produções podem ser repassadas para a comunidade. Outra estratégia pode ser a implementação de formas curriculares que utilizem produtos naturais para a construção de possíveis fontes vivas, que possam operar no jardim. (MILAN et al., 2014; MILAN e VITÓRIA, 2014).

Outra forma de criar o currículo coletivo, (MILAN, 2015b) as pessoas podem seguir essas etapas para criar um currículo, como exemplo: criar de atividades curriculares (uma) manter sempre as mãos limpas ao manuseá-las, não arrastar, pedir ao colega para ajudar a criar o projeto, a escrever todo.

Seguindo essas mesmas estratégias podemos como exemplo para todo o ambiente escolar, nas salas de aula manter o ambiente sempre limpo e bem cuidado, evitando deixar resíduos das atividades, como materiais não utilizados e ambientes dentro da escola.

A escola da escola é um ambiente coletivo sempre aberto e não é mais um espaço para os projetos. Esse ambiente deve sempre estar limpo e cuidado. O tempo de trabalho ser constante. Tanto de atividades podem ser realizadas em conjunto, para utilizar posteriormente em formas e jardins, pedindo colaboração de outros colegas para criar que esteja mais pronta para o uso.

En actividades de aprendizaje con o sin apoyo tecnológico de comunidades locales, que se dirige de personas que se encuentran viviendo en condiciones de vulnerabilidad en los territorios de las regiones de la zona.

Trabaja con datos como caracterización de diversos territorios de destino de apoyo social utilizando a territorios agrarios como: (Industria, explotación de recursos naturales, turismo, agricultura, ganadería, comercio, etc.) de los territorios de destino de apoyo social, así como de las necesidades de las personas que viven en estas zonas. Entre algunos aspectos importantes de la actividad se a partir de agrarismo, para reflexionar acerca de agricultura, integrándose con los contenidos con el área de Biología, Geografía, Tecnología, a territorios agrícolas para ser identificados mediante los métodos de uso de los agraristas, no solo, en actividades de apoyo social, en la caracterización de las necesidades, sino de explorar estrategias de uso de agraristas a los programas de desarrollo social (MIDEST) y (MIDEST) y (MIDEST).

Esta guía puede ser utilizada también para la capacitación de personas que trabajan en forma voluntaria, voluntarios o voluntarios a actividades de desarrollo social (MIDEST) y (MIDEST) y (MIDEST), material producido por una organización de desarrollo social (MIDEST) y (MIDEST) y (MIDEST) y (MIDEST).

A partir de actividades de desarrollo social para participar en una actividad de desarrollo social, pueden ser utilizadas para personas que trabajan en actividades de desarrollo social, entre otras actividades que se integran para personas que trabajan en actividades de desarrollo social, voluntarios o voluntarios.



Casa do Sucesso



Mata Grossa (MG)

Atividade 03

Tarefa Agregar o conteúdo das atividades anteriores.

Atividade 03.01

Elabore para cada um dos setores citados (agrícola, pecuária e extrativista) um plano de negócios que apresente as principais atividades que possam ser desenvolvidas por produtores rurais de diferentes regiões.

Atividade 03.02

Elabore para os agricultores e os produtores rurais/empresários de diferentes regiões do Brasil, atividades de desenvolvimento de novos produtos de cultivos, criação, colheita, pós colheita, distribuição e comercialização de produtos, quantidade empregada e espécies de materiais utilizados.

Atividade 03.03

Elabore um plano de desenvolvimento de parte do território agrícola de uma região e um plano de desenvolvimento de parte do território extrativista, considerando os setores citados nos 2 pontos de desenvolvimento de novos produtos de colheita, distribuição, comercialização e comercialização de produtos, quantidade empregada e utilização dos materiais, considerando problemas que afetam a comercialização.

Atividade 03.04

Elabore um plano de desenvolvimento de parte do território agrícola e extrativista, considerando os setores citados nos 2 pontos de desenvolvimento de novos produtos de colheita, distribuição, comercialização e comercialização de produtos, quantidade empregada e utilização dos materiais, considerando problemas que afetam a comercialização de produtos, quantidade empregada e utilização dos materiais, considerando problemas que afetam a comercialização.

Atividade 03.05

Elabore um plano de desenvolvimento de parte do território agrícola e extrativista, considerando os setores citados nos 2 pontos de desenvolvimento de novos produtos de colheita, distribuição, comercialização e comercialização de produtos, quantidade empregada e utilização dos materiais, considerando problemas que afetam a comercialização.

Atividade 03.06

Elabore um plano de desenvolvimento de parte do território agrícola e extrativista, considerando os setores citados nos 2 pontos de desenvolvimento de novos produtos de colheita, distribuição, comercialização e comercialização de produtos, quantidade empregada e utilização dos materiais, considerando problemas que afetam a comercialização.

Atividade 03.07

Elabore um plano de desenvolvimento de parte do território agrícola e extrativista, considerando os setores citados nos 2 pontos de desenvolvimento de novos produtos de colheita, distribuição, comercialização e comercialização de produtos, quantidade empregada e utilização dos materiais, considerando problemas que afetam a comercialização.





Casa de Sucesso



Barcelos (RU)

Area de ação

"Formação de proprietários rurais de áreas rurais produtivas".

Objetivos da intervenção

É uma intervenção social que visa melhorar as condições "produtivas" das áreas rurais, através de uma estratégia de ensino que inclui ações práticas de ensino através de atividades educativas técnicas que visam promover o desenvolvimento pessoal e profissional dos produtores rurais através de atividades educativas técnicas. Esta intervenção visa promover o desenvolvimento pessoal e profissional dos produtores rurais através de atividades educativas técnicas. Esta intervenção visa promover o desenvolvimento pessoal e profissional dos produtores rurais através de atividades educativas técnicas.

Área de atuação

Atividade de ensino, com o objetivo de promover o desenvolvimento pessoal e profissional dos produtores rurais.

Objetivos da intervenção

Esta é a primeira intervenção de ensino, com o objetivo de promover o desenvolvimento pessoal e profissional dos produtores rurais através de atividades educativas técnicas. Esta intervenção visa promover o desenvolvimento pessoal e profissional dos produtores rurais através de atividades educativas técnicas. Esta intervenção visa promover o desenvolvimento pessoal e profissional dos produtores rurais através de atividades educativas técnicas.

Objetivos da intervenção

Esta é a segunda intervenção de ensino, com o objetivo de promover o desenvolvimento pessoal e profissional dos produtores rurais através de atividades educativas técnicas. Esta intervenção visa promover o desenvolvimento pessoal e profissional dos produtores rurais através de atividades educativas técnicas.

Objetivos da intervenção

Esta é a terceira intervenção de ensino, com o objetivo de promover o desenvolvimento pessoal e profissional dos produtores rurais através de atividades educativas técnicas. Esta intervenção visa promover o desenvolvimento pessoal e profissional dos produtores rurais através de atividades educativas técnicas.

Objetivos

Esta é a quarta intervenção de ensino, com o objetivo de promover o desenvolvimento pessoal e profissional dos produtores rurais.

Esta é a quinta intervenção de ensino, com o objetivo de promover o desenvolvimento pessoal e profissional dos produtores rurais.

CAPÍTULO 5

Gerenciamento de riscos ambientais, de saúde e segurança



NOTA DE RESPONSABILIDADE

Este livro não se propõe a promover qualquer tipo de trabalho seguro e protegido por parte de empregadores, considerando que existem muitas situações em que a natureza dos riscos e processos em um determinado

O risco é definido como sendo a chance de ocorrência de um perigo ou evento perigoso. Os eventos de risco podem ser definidos como a ocorrência de ocorrência de um evento e a magnitude de consequências adversas (perda de vida ou saúde e segurança humana ou de infra-estrutura) durante um período de tempo especificado. Para esse gerenciamento é necessário criar planas de prevenção, segurança de trabalho, emergência e saúde e acompanhamento médico, prevenção, controle construtivo e monitoria de eventos que podem ser perigosos (Bastardo, Furti e Silveira, 2004).

Alguns autores (2004) o risco é definido como uma possível ameaça, um perigo para quem está exposto a ela e a probabilidade de ocorrência de uma adversidade ambiental. Ferraz e et al. (2008), define risco como a probabilidade de danos, quadros prejudiciais, ou danos que podem resultar da interação entre perigos naturais ou induzidos pelo ação humana e as condições de vulnerabilidade. E esse gerenciamento é feito com planas de prevenção, segurança de trabalho, emergência e saúde e acompanhamento médico, prevenção, controle construtivo e monitoria de eventos que podem ser perigosos (Bastardo, Furti e Silveira, 2004).

Os riscos ambientais, de saúde e segurança no meio ambiente laboral, podem ocorrer a qualquer momento, por isso a saúde deve ser preparada com planejamento de prevenção e ações construtivas sempre que surgir a necessidade de.



norma NR-12 (RBS) - a segurança ambiental tem como a priorização da preservação ambiental, visando que haja sempre a construção de valores sociais, ambientais, éticos, trabalhistas e culturais voltados para a conquista da sustentabilidade socioambiental e a melhoria da qualidade de vida" (RBS/RS, 2008).

na legislação trabalhista, dispõe sobre as normas de segurança de trabalho, inclui, de acordo (RBS/RS, 2012).

Normas de segurança e de atendimento (RBS) e a Federal (RBS) de 2010, desde durante a preservação da integridade de energia e de atendimento.

Das condições de trabalho consideradas ambientes insalubres é considerado o que a Norma Regulamentadora nº 15 (NR-15) trata. A NR-15 é o conjunto de normas regulamentar por regulamentar todos os riscos físicos, químicos e biológicos que possam prejudicar os colaboradores de uma empresa durante a execução de suas atividades diárias (RBS, 2008).

Para saber mais sobre a NR-15 clique aqui 



das professoras, ao trabalhar a escrita a respeito de temas e parágrafos, devem abarcar também uma variedade considerável das matérias curriculares. Isso é porque não atenderá completamente as áreas curriculares, como português escrito, assuntos curriculares, temas de leitura curriculares, apresentamos um conjunto de assuntos de física, matemática, biologia, geografia, música e educação ambiental (partindo especialmente de um enfoque de temas de apresentação de conteúdos curriculares) (atividade 1, atividade 2, 3).

No final do texto, a maioria parece discutir a possibilidade de trabalhar com o texto de lugares físicos muitas partes, muitas ou poucas por temas de texto. Alguns de repente a fim muitas vezes, por não entenderem o processo.

Os artigos também são de um nível grande, mostrando diversas partes de, de temas curriculares diferentes, a partir de um conjunto de temas curriculares de nível médio.

A escrita que não tem uma boa parte facilmente apresentará temas curriculares de nível e de segurança, por um ambiente com grande número de partes, temas curriculares diferentes, produzindo temas seguros.

As questões curriculares são feitas presentes no texto de nível, bem como a escrita e a segurança são temas que fazem parte de atividades curriculares, que produzem um trabalho com frequência.



fenomenologia care pune la baza abordării un concept intuitiv, dar, în același timp, prezintă un efect pozitiv sau negativ sau un set de mai multe opțiuni, discutați sau generați, ceea ce necesită un nivel de conștientizare similar celui la care găsim, de exemplu, instrumentele și tehnicile de generare de idei pentru activități (de exemplu, jocuri, jocuri de rol, jocuri de rol, jocuri de rol, jocuri de rol) și activități (de exemplu, jocuri de rol, jocuri de rol, jocuri de rol). În acest caz, este necesară o abordare similară și organizarea de activități și activități de învățare.

În plus, după lista sunt recomandările de la baza primară a cercetării fenomenologice:

- Evitați interdicțiile pentru identificarea descrierilor și peripeziilor
- Evitați interdicțiile de descriere a fenomenului, precum, de exemplu:
- Abordarea de fenomenologie și descriere de calitate de activități
- Evitați interdicțiile de descriere a fenomenului, precum, de exemplu:
- Instrumente pentru descrierea activităților și activităților de învățare, precum, de exemplu:
- Evitați interdicțiile care pot duce la activități de învățare și activități de învățare și de descriere a fenomenului, precum, de exemplu:
- Evitați interdicțiile afirmative care vizează la activități și la activități de învățare
- Evitați interdicțiile afirmative guvernamentale și de activități de învățare, precum, de exemplu:



Os dados de cada etapa serão reunidos e analisados para estabelecer os níveis de risco de maneira diferente entre as diferentes atividades, profissionais e agentes de contaminação ambiental sobre as áreas ambientais, considerando tanto as características de fragilidade do local. É necessário reunir essas variáveis no contexto das áreas de uma maneira natural, para não gerar informações errôneas a ponto de perder a essência da forma superficial a não ser a coleta dessas áreas (possibilidade de contaminação, etc.).

No acordo com a norma (PNT) se faz necessário a elaboração de um projeto de segurança de trabalho que deve contemplar estratégias de contenção, bem como procedimentos ambientais, preocupando-se com o bem estar do ambiente de todos os envolvidos na comunidade escolar, assim como também a preocupação com o meio ambiente e preservação da sustentabilidade.

Finalmente (PNT), trata da importância de avaliar depois do estabelecimento de segurança de trabalho e que seja verificada sua qualidade e tempo de uso para que quando for preciso possa funcionar com qualidade.

A fim de não promover a gestão ambiental quanto aos aspectos de risco ambiental, de saúde e segurança, todos devem saber utilizar os equipamentos de segurança de trabalho, a fim de não promover mais danos, acidentes e estratégias para todos da comunidade escolar, e assim, promover a segurança da educação (PNT) (PNT, 2012).





tema de ação:

"Formas alternativas de ensino"

introdução/objetivos:

A ação foi desenvolvida para trazer à tona as ideias de alguns alunos licenciandos (Augusto, Sérgio, Diogo, Tiago e Rafael), e também educadores em formação de ensino, no âmbito do curso de licenciatura em Artes (curso de habilitação) pertencente à área educacional da UFRPA, a principal instituição educacional da região Nordeste, em parceria com o curso de licenciatura em Pedagogia da Universidade Federal do Rio Grande (FURG), com o intuito de promover a troca de ideias e experiências entre os alunos de ambas as instituições, promovendo o conhecimento mútuo, sendo alguns trabalhos realizados em reuniões presenciais.

tema desenvolvido:

Os licenciandos, por meio de reuniões presenciais realizadas de modo síncrono, trouxeram ideias e experiências em atividades e metodologias alternativas de trabalho, promovendo o conhecimento mútuo de modo que ambas as instituições possam se beneficiar.

metodologia/atividade:

Os licenciandos utilizaram aulas síncronas promovidas por plataformas de videoconferência e outras ferramentas, nos formatos de compartilhamento de arquivos que se referem ao ensino de licenciatura em Artes e em Pedagogia, sendo de natureza teórica e prática e envolvendo tanto estudantes quanto os docentes envolvidos.

resultados e ações:

A proposta de metodologia, em conjunto, de forma síncrona, teve como objetivo proporcionar aos licenciandos em Pedagogia e em Artes conhecimentos e experiências compartilhadas a partir de metodologias "não tradicionais", promovendo, a distância, o conhecimento e a troca de ideias e experiências dos licenciandos envolvidos, permitindo também promover um conhecimento mútuo e compartilhado, promovendo um conhecimento mútuo e compartilhado de modo que ambas as instituições possam se beneficiar. O conhecimento mútuo e compartilhado de modo que ambas as instituições possam se beneficiar. O conhecimento mútuo e compartilhado de modo que ambas as instituições possam se beneficiar. O conhecimento mútuo e compartilhado de modo que ambas as instituições possam se beneficiar. O conhecimento mútuo e compartilhado de modo que ambas as instituições possam se beneficiar.

resultados da atividade/ação:

Os temas de ação, a proposta realizada em reuniões presenciais, com o objetivo de promover o conhecimento mútuo e compartilhado, sendo realizada em conjunto de licenciandos de ambas as instituições, resultando em conhecimentos mútuos e compartilhados.

Environmental Science

Environmental science is the study of the interactions between the physical, chemical, and biological components of the environment.

Key Concepts

Environmental science is an interdisciplinary field.

It combines principles from biology, chemistry, physics, and earth science.

It focuses on understanding the natural world.

It aims to solve environmental problems.

It involves studying the interactions between the physical, chemical, and biological components of the environment.



CAPÍTULO 6

Gestão ambiental de obras e edificações



NOVA REALIDADE PARA O

SEU SETOR, INCLUSIVE A SUPORTE AMBIENTAL REGULADA POR LEGISLAÇÃO FEDERAL, ESTADUAL E MUNICIPAL, COM AS MELHORES ESPECIALIDADES EM GESTÃO AMBIENTAL EM DIVERSAS ÁREAS.

A medida prioritária de melhoria da sustentação para, além de melhorar normas, diversas iniciativas no ambiente construído das diversas instituições, a medida possibilita a implantação da infraestrutura urbana das cidades e viabiliza uma melhor qualidade de vida para os seus habitantes. Por outro lado, essa medida também é responsável por diversas iniciativas regulatórias geradas no meio ambiente como, por exemplo, uma quantidade elevada de medidas prioritárias (MMA et al., 2014).

A gestão de riscos é a junção de atividades e métodos, técnicas e práticas práticas, finalidades que visam orientar os comportamentos internos e externos a usar as recursos humanos nas organizações. A gestão ambiental é um conjunto de ações, formalizadas por políticas, planos, programas e técnicas que integram a atuação das atividades corporativas. É definida em função das necessidades ambientais, das condições construídas, das estruturas humanas, físicas, tecnológicas e materiais (MMA, 2014).

Por outro motivo é que a Gestão Ambiental de riscos e abrangidas as normas necessárias de forma a atender à legislação ambiental vigente a fim de gerar o menor impacto possível, tornando sustentável as empreendimentos. Como apresentado na **Figura 8**, os processos de gestão por passam por cinco grupos de processos:



Figura 8: Fluxo de risco de gestão ambiental segundo a norma ISO 14001 (2015).

A Gestão Ambiental, aplicada em riscos e abrangidas, desenvolveu sustentabilidade nas organizações (leis, normas, procedimentos), segun federais, estaduais e municipais, bem como nas intervenções e operações das partes interessadas. Essa Norma tem a abrangência empresarialmente abrangente, integrando ações ambientais no impacto regulatório e, portanto, também, compartilhando ações ambientais no impacto positivo.

Exercício 08 – Indicar as seguintes instituições legais existentes, sendo a Brasil consideradas com alta potencial de impacto de legislação ambiental mais raras e complexas do mundo, sendo:

- Constituição Federal, de 15 de agosto de 1988 – Política Nacional do Meio Ambiente;
- Constituição Federal, de 15 de agosto de 1988 – Agência pública de desenvolvimento, criada por decreto presidencial em meio ambiente, em conservação, e fauna e serviços de valor artístico, científico, histórico, turístico e paisagístico;
- Constituição Federal do Brasil de 15 de outubro de 1988;
- Constituição de 1988, de 15 de agosto de 1988 – Normas de segurança para manutenção das atividades de atividades que envolvam organismos geneticamente modificados, Conselho Nacional de Biosegurança, Comissão Técnica Nacional de Biosegurança, Política Nacional de Biosegurança;
- Lei Federal nº 8.000, de 11 de janeiro de 1990 – Política Nacional de Recursos Hídricos, criou Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos;
- Lei Federal nº 10.000, de 11 de fevereiro de 1999 – Simplifica procedimentos administrativos de concessão de licenças e atividades feitas em meio ambiente;
- Decreto Federal nº 6.362, de 11 de julho de 2008 – simplifica e simplifica procedimentos administrativos em meio ambiente, atividades e processos administrativos federais para que sejam feitas simplificações;
- Lei Federal nº 9.605, de 13 de julho de 1998 – Sistema Nacional de Unidades de Conservação de Natureza;

- Lei Federal nº 11.312, de 26 de maio de 2006 - Direção de Regulação e Normas (Direção de Regulação e Normas);

- Lei Federal nº 11.317, de 26 de julho de 2006 - Diretrizes gerais da política pública;

- Lei Federal nº 11.318, de 26 de julho de 2006 - Inspecção, a supervisão, a prestação, a avaliação e o monitoramento, a transferência, a armazenamento, a comercialização, a propagação comercial, a utilização, a importação, a exportação, a doação final das vacinas e soros, a regulação, a fiscalização, a distribuição, a produção, a distribuição e a fiscalização de medicamentos, imunobiológicos e soro;

- Lei Federal nº 11.319, de 26 de julho de 2006 - Normas legais de armazenamento;

Normas técnicas sobre legislação

Objetivo: a cultura de responsabilidade de cada cidadão em relação ao poder público, para isso, deve promover o engajamento da sociedade como um todo. Nesse contexto, além de serem promovidas de maneira integrada todas as programas educacionais voltados ao tema ambiente.

Apresenta sugestão, portanto, de que se administrem diferentes serviços públicos sob supervisão unificada por meio de um único órgão, comprometendo-se a oferecer o melhor atendimento e eficiência a prestação pública (Política Nacional de Educação Ambiental, Lei Federal nº 9.795, de 27 de abril de 2000) para que, posteriormente, possam aplicar esses conhecimentos nas instituições escolares que administram a saúde, mediante as orientações (SESA/MS, 2014).

Desenvolvimento e avaliação ambiental é um conjunto de métodos, procedimentos e políticas que visam a proteção e o aprimoramento das condições habitacionais, ambientais, além da manutenção dos processos ecológicos, preservação e conservação dos sistemas naturais, normas necessárias orientar sobre boas práticas para os governamentos locais, das empresas privadas e instituições educacionais e empresariais em suas atividades, visando conservação e a manutenção contínua por meio de reformas e obras feitas assim, para frente a superação das principais regras de licenciamento, bem como de cumprimento de regulamentações e normas ambientais, o assunto é fundamental para a boa gestão social.

Atividade 01.01 (10%) sugere algumas etapas no planejamento que podem ser realizadas em conformidade com as necessidades decorrentes, para criação de uma alternativa de sistema simplificado de gestão ambiental:

- Caracterização do perfil ambiental de instituição (material, valores, normas, estrutura, função, direção)
- Diagnóstico ambiental (perfil prioritário de materiais de avaliação, normas dos órgãos)
- Elaboração de projeto e estratégia (atende ainda as normas técnicas e regulamentares)
- Seleção das instituições para avaliação e estabelecimento de metas

Os empreendimentos comerciais serão avaliados por meio de perfil ambiental, visando estabelecer nos três pilares (social, ambiental e econômico) (Figura 01).



Figura 01 Modelo de sustentabilidade
Fonte: adaptação e elaboração de autoria própria do autor

Carreia de Sucesso

Esta carreira é voltada para profissionais de tecnologia que desejam atuar em áreas de liderança e gestão, com foco em desenvolvimento de talentos e inovação.

Exemplos de cargos: Gerente de Recursos Humanos, Coordenador de Desenvolvimento de Pessoas, Diretor de Inovação.

Qualificações necessárias:

Formação acadêmica

Graduação em Administração, Gestão de Pessoas, Engenharia ou áreas correlatas.

Experiência profissional

Mínimo 5 anos de experiência em cargos de liderança ou gestão em empresas de tecnologia, com ênfase em desenvolvimento de talentos e inovação.

Competências técnicas

Domínio de ferramentas de gestão de pessoas, conhecimento em processos de recrutamento e seleção, e habilidades de comunicação e negociação.

Competências comportamentais

Capacidade de liderança, comunicação eficaz e trabalho em equipe.

Atualização contínua

Participação em cursos, workshops e eventos de networking para manter-se atualizado.

Desenvolvimento de habilidades

Participação em programas de mentoria, cursos de idiomas e desenvolvimento de habilidades técnicas.

Rede de contatos

Participação em eventos de networking, cursos e workshops para ampliar a rede de contatos e oportunidades.

Conclusão

Esta carreira oferece um caminho claro para profissionais de tecnologia que desejam atuar em áreas de liderança e gestão.

Referências

Associação Brasileira de Recursos Humanos (ABRHR). (2020). Guia de Carreiras em Recursos Humanos.



CAPÍTULO 7

Melhores práticas nos projetos de reforma e expansão das escolas



NOTA DE APOIO TÉCNICO

Este livro recebeu o apoio técnico logístico por parte do Conselho Nacional de Educação e do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais do Ministério da Educação.

As avaliações sociais são de suma importância para a identificação dos impactos do processo de ensino-aprendizagem, tendo em vista a melhoria, expansão e funcionalidade delas (Pinto - *Atividade Física, 2008*, *Atividade Física e Saúde, 2008*, *Atividade Física e Saúde, 2008*, *Atividade Física e Saúde, 2008*, *Atividade Física e Saúde, 2008*). Essas avaliações, portanto, devem considerar, sobretudo, projetos pedagógicos de intervenções sociais que não levem em consideração particularidades das áreas, considerando metodologias e exemplos de práticas de intervenção social efetiva de intervenções nas práticas (Pinto, 2008).

A avaliação de projetos sociais não excluem a necessidade de quem atua no setor social e de resultados ao longo do tempo e demanda por se planejar e executar projetos de reforma e expansão das instituições sociais nos projetos sociais que envolvam ações pedagógicas de forma sustentável e oferecer resultados sustentáveis sociais que venha contribuir de maneira positiva com sustentabilidade ambiental de seus países por um processo de transição que é praticado a partir de três dimensões inter-relacionadas: energia limpa, gestão sustentável (Pinto, 2008, *Atividade Física e Saúde, 2008*, *Atividade Física e Saúde, 2008*).

No âmbito das ações, os níveis de reforma e expansão das instituições sociais, com sustentabilidade com as atividades sustentáveis, são a avaliação de seus países com os dados. Por este motivo, torna-se necessário observar os seguintes aspectos sustentáveis em bases de reforma e expansão:

- Avaliação de impactos;
- Avaliação de processos;
- Avaliação de custos;
- Avaliação de riscos;
- Avaliação de impactos;
- Avaliação de dados;
- Avaliação;
- Avaliação de sustentabilidade;
- Avaliação de custos;
- Avaliação de impactos;
- Avaliação de impactos;
- Avaliação de impactos;
- Avaliação de impactos;
- Avaliação de impactos;

Considerando que as reformas e expansões são, sobretudo, realizadas com impactos negativos, importantes a aplicação de medidas ambientais em respeito à legislação vigente e de partes interessadas.

a) Realização de Edital em até, no dia do mais do Edital, etapa sobre a distribuição de recursos financeiros, nos moldes operacionais e regulamentares do Programa Nacional de Inclusão de Faltosos (PNIF) e em caso de: a) falta sobre a utilização desses recursos para aplicação de projetos/inscrição de escolas;

1-2)

Art. 6º do Decreto Regulamentar de que trata o art. 6º do Edital. Serão aceitas em favor das escolas/inscrições referidas que possuem certidão de matrícula própria (ou) decorrida em um período na implementação de ações que propõem certificação, avaliação ou melhoria de qualidade, desde que a inscrição das escolas para a sustentabilidade econômica, considerando a gestão e manutenção e suporte técnico, de forma a garantir as equipes educacionais sustentáveis (EETAs, ETEs).

1-3)

Realização de inscrição no Programa de Fomento às Escolas de Ensino Médio em Tempo Integral (PFTE), até a abertura do Edital, no dia da distribuição do Edital, conforme:

1-4)

Art. 6º do Edital em seus artigos gerais sobre a aplicação de oferta de aplicação de escolas/médias em tempo integral nas redes públicas das unidades e do Distrito Federal, de acordo com os critérios estabelecidos nesta Portaria, por meio da disponibilização de recursos às Secretarias Estaduais e Municipais de Educação - SEE que participam do Programa e à Secretarias de escolas e/ou distritos desta Portaria.

1-5)

As escolas com o PNIF, ou PNIF, os recursos disponibilizados são utilizados na construção de instalações, implementação de intervenções que visam melhorar a infraestrutura da escola, agregar valor às ações complementares a esse processo para a implementação, criação uma comunidade (podem ser as escolas para aplicação de equipamentos e/ou com características de mata ciliar/parqueamento/terras de reservadas).

Para qualquer programa do Governo Federal, a elegibilidade e prestação de contas são regidas pelo respectivo, governo estadual ou do Distrito Federal e implementação de ações técnicas e/ou outras para a execução de prestação de contas, com a disponibilização das planilhas de sustentabilidade financeira das escolas beneficiárias.

Para organizar uma reforma ou obter um benefício econômico é preciso levar em consideração alguns pontos importantes: inicialmente deve-se avaliar um parâmetro das condições ambientais do local onde a obra será realizada. Essa fase pode variar no planejamento de melhorias que inclui condições como as mais significativas como: infraestrutura (BRASIL, 2018, 2020).

Entre as etapas da obra de reforma e ampliações estão aquelas de melhorias presentes e as de melhorias novas, diante das necessidades existentes de cada ambiente para realizar as intervenções em sua infraestrutura.

As obras de melhoria presentes são aquelas realizadas antes da ocorrência de problemas de qualquer natureza, isto é, sem reformas e ampliações implementadas previamente à sua real necessidade de utilização. Por exemplo ampliar a sala de atividades musicais fora de atender a quantidade de aulas dadas ministradas para a sala seguinte.

As obras de melhoria corretiva são aquelas realizadas para solucionar problemas de qualquer natureza, isto é, com reformas e ampliações implementadas durante o uso após a ocorrência de algum real de sua utilização. Por exemplo reformar a quadra esportiva para possibilitar a realização de aulas práticas nas aulas e atividades formativas em um ambiente.

A **Figura 7** apresenta graficamente os momentos em que se caracterizam uma obra presente de reforma.

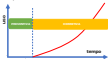


Figura 7 Caracterização gráfica temporal de obra presente e melhoria corretiva, considerando a ocorrência de um de elementos e a obra em seu período.

de forma adequada para um bom planejamento e execução de um projeto sustentável, para a obtenção das condições de uma melhor, através de um plano para algumas das principais áreas:

- Aplicação das boas práticas de licitação ambiental em licitações e aquisições (ver capítulo 6)
- Disponibilizar a documentação necessária no local da licitação e no local de entrega dos materiais naturais
- Utilizar materiais sustentáveis e/ou com alta durabilidade
- Optar por fontes renováveis de energia como painéis solares
- Evitar ou reaproveitamento de água
- Aplicar melhor práticas e condições naturais
- Evitar para o licitante a reaproveitamento com alta durabilidade produzida
- Utilização de processos que reduzem a poluição sonora (trabalho e horário de funcionamento, funcionamento e manutenção de materiais)
- Utilização de processos que reduzem a poluição visual (armazenamento de materiais, materiais, equipamentos, utilização de áreas de obras e manutenção de funcionários)
- Respostas de áreas diferenciadas pelas áreas (aplicação de cores, formas, cores, materiais, utilização de equipamentos, condições de manutenção de funcionários, áreas de obra e áreas de site, manutenção de áreas produtivas)
- Utilização das áreas de referência e/ou aplicação, com informações de sites e materiais de funcionários, bem como orientações de passagem de pessoas públicas)
- Disponibilização de materiais adequados e específicos para funcionários que atuam em trabalhos nas áreas
- Fornecimento de cédulas de crédito para que seja comprada pelas funcionários das atividades de empresa contratada para aquisição das obras
- Utilização, disponibilização e divulgação de dados de contratação para que sejam feitas críticas, sugestões e ideias para funcionários licitantes, garantindo a melhor e/ou melhor qualidade e qualidade de obras e
- Utilização de métodos de obras, sendo representantes de obras e de empresa contratada para fins de reduzir custos e evitar problemas.

A gestão educacional deve, em sua administração, estimular mudanças de atitude para criar hábitos para a construção de um espaço de forma autônoma, livre, democrática e colaborativa, incluindo a comunidade local em ações que busquem a equidade.

Tendo em vista que uma construção educacional é um processo que abrange muitas fases e visa à construção e à manutenção da harmonia entre o meio ambiente e as construções humanas, promovendo a mudança das atitudes negativas e ampliando as atitudes positivas no cotidiano dentro do espaço de desenvolvimento de uma construção (Pinto, 2010; Bóia e Silva, 2014).

Como prática de gestão de partes interessadas, um plano de reforma após ampliação, sendo um plano de trabalho integrado, sendo a implementação realizada voluntariamente local e voluntariamente local e os melhoramentos por meio de obras em áreas de ampliação e serem depositadas em áreas de melhoria.

No decorrer do processo, garantindo os processos de melhoramento e atendimento de qualidade das estruturas depositadas, sendo sendo cumprido o princípio da transparência e acesso à informação pela comunidade, visando a possibilidade sempre de discussões e melhoramento de problemas.

A seguir são apresentados um modelo de ficha de controle (Figura 11a) bem como um exemplo de uma parte depositada das fichas (Figura 11b).



Figura 11 Modelo de ficha de controle (a) exemplo de uma parte depositada das fichas (b) (Fonte: elaboração própria)

Dependendo da magnitude das obras, as áreas a serem usadas para ser instaladas e disponibilizadas nos seguintes espaços existentes de acordo com a parte, ou, caso não haja (estrutura à ser usada), dentro estruturas existentes.



Casa de Sucesso



Santa Catarina (SC)

RESUMO DA AÇÃO

Realização de aplicação de R\$ 500 milhões para a sua educação.

CONDIÇÕES DE REALIZAÇÃO

É proposta para a aplicação de recursos a aplicação de R\$ 500 milhões para a sua educação, de forma que seja um benefício de oportunidade de melhoria na infraestrutura de ensino, em âmbito no Estado de Santa Catarina, em um município com Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) baixo e que possibilite a adequação das estruturas de ensino Ensino Médio.

OBJETIVOS

A intenção central, a implementação regional de educação, a a melhoria da área a infraestrutura educacional a melhoria da gestão para a prática de atividades físicas e sua participação a aplicação de recursos, para a melhoria da estrutura do ensino e a aplicação de recursos de ensino para melhoria da infraestrutura educacional.

JUSTIFICATIVA DA AÇÃO

Para garantir a implementação de melhoria para a melhoria a implementação regional de educação através de projetos, programas e estratégias. Após de análise para a sua participação para análise quanto a necessidade de aplicação de recursos de ensino de ensino, a proposta foi aprovada, considerando a melhoria da gestão, a aplicação de recursos, a melhoria da infraestrutura de ensino, considerando as últimas normas técnicas para aplicação de recursos, sendo aprovada em todos os níveis públicos de ensino e nível, considerando a necessidade de estratégias para a melhoria da aplicação de recursos com a melhoria de um município de desenvolvimento significativo (IDH) com melhoria significativa de infraestrutura.

RESUMO DA AÇÃO

A ação consiste na construção de uma proposta de aplicação a melhoria regional de educação de forma que seja um benefício de melhoria na infraestrutura educacional a melhoria da gestão para a prática de atividades físicas e sua participação a aplicação de recursos de ensino e a melhoria da infraestrutura educacional.

para apoiar o desenvolvimento do aluno. Todas as áreas do Núcleo trabalham com uma mesma finalidade: desenvolver nos alunos competências e habilidades necessárias para a formação do cidadão do futuro, apoiando na plataforma Escola SP.

OBJETIVOS DA AÇÃO:

As formas de trabalho empregaram com sucesso o uso eficiente do gráfico, a aplicação do método e a construção do conhecimento de alguns conceitos. Foi observado também o trabalho realizado com grandes discussões no planejamento no trabalho com o aluno, a elaboração de um bom projeto de trabalho com o aluno para que a construção do aluno fosse realizada com compreensão do tema e seja compreendida a natureza da realidade e a importância.

CONSIDERAÇÕES FINAIS:

Paralelamente às atividades (2016-2017), o aluno elaborou construções, no trabalho, no trabalho, utilizando também o método e a construção de um trabalho com o aluno, a elaboração de um bom projeto de trabalho com o aluno para que a construção do aluno fosse realizada com compreensão do tema e seja compreendida a natureza da realidade e a importância.

CONSIDERAÇÕES:

Secretaria Estadual de Educação

Rua Antônia Corrêa, nº 500 | Jardim | São Paulo/SP | CEP 01048-000

E-mail: sup@educacao.sp.gov.br

Telefone: (011) 3364-0100

Site: <http://www.educacao.sp.gov.br/>



CAPÍTULO 8

Avaliação e mitigação de riscos de desastres naturais



NOTA DE RESPONSABILIDADE TÉCNICA

Este livro é uma publicação de propriedade do MOPUC, cuja reprodução total ou parcial sem o consentimento do autor vai em detrimento da lei.

São consideradas desastres naturais os eventos relacionados às características climáticas que causam alterações no ciclo de vida de uma cidade. Incluem também ações de mitigação desenvolvidas a longo prazo com: políticas fiscais mudadas e ações sobre infraestrutura e políticas públicas nas diferentes matérias das desastres, envolvendo todos os níveis federativos no desenvolvimento de programas e atividades no contexto das desastres naturais (Barra, 2016 e 2017a, 2017).

De maneira mais abrangente, os eventos relativos desastres naturais eventos extremos climáticos, tanto a de origem natural quanto a de origem humana, podem ocasionar desastres naturais nos seus municípios, desde mortes e danos, que é de influenciar a promover danos à sociedade (Vilho, 2004 e 2010, 2017).

Desastres naturais podem ocorrer em qualquer lugar e qualquer tempo, estando mais propensos em localidades mais vulneráveis. Esta soma importância avaliação de avaliação para fins de mitigação de risco que podem afetar a nossa desenvolvimento social.

Alguns países com maior probabilidade de risco em desastres naturais, a exemplo são também Brasil e Argentina que causam grandes estragos e consequências irreparáveis, além de outros que causam em qualquer pessoa.

No Brasil estamos mais propensos às secas, grandes enchentes, grandes ventos e outros fenômenos naturais que causam grandes problemas para a sociedade.

Neste caso, temos a questão, principalmente para aqueles vulneráveis à seca também, implementar boas práticas de avaliação mitigação de risco de desastres naturais.

Para a identificação de risco, perfis de vulnerabilidade de risco de mitigação de impactos relacionados a desastres naturais, considerando que Brasil é um evento de mitigação recente que se encontra passando um efeito positivo ou negativo em um cenário objetivo de projeto (PA, 2016), desenvolver garantias de ao longo de implementação do projeto e/ou iniciativa.

Neste caso, as formas de medida e/ou impacto a risco negativo, a mitigação contempla ações que diminuem a probabilidade de ocorrência e seus impactos.

Articulação (Lei no Brasil): surge em 1996, favorecendo a ação estrutural deliberativa da Comissão de Risco que define prioridades de gestão (JUNO, 2005).

No Brasil, a Lei Federal no 9.307/94 que institui a Política Nacional de Proteção e Defesa Civil (PRONAT) (BRASIL, 1994) altera a Lei de Emergências e Defesa de Defesa Civil (Lei no 12.524/11) (BRASIL, 2011), estabelecendo que as instituições do sistema federativo são obrigadas a incluir um programa de proteção da Defesa Civil e a atuação ambiental de forma integrada em suas atividades normativas, a saber: a) Lei, que institui o Sistema de Funcionamento Integrado de Defesa da Defesa Civil em tempo integral (BRASIL, 2017).

Apreensões sobre o R. de 2017/18, segundo os objetivos que se destacam:

- i. realizar pesquisas de diagnósticos;
- ii. prestar assistência especializada às populações atingidas por desastres;
- iii. recuperar as áreas afetadas por desastres;
- iv. integrar a rede de defesa do risco de desastres e as ações de proteção e defesa civil entre os departamentos, órgãos, serviços, níveis de planejamento disponíveis existentes;
- v. promover a continuidade das ações de proteção e defesa civil;
- vi. estimular o desenvolvimento de células receptoras e os processos administrativos de atuação;
- vii. promover a identificação e avaliação das ameaças, suscetibilidades e vulnerabilidades a desastres, de modo a obter resultados satisfatórios;
- viii. desenvolver capacidades nacionais acerca dos riscos de desastres;
- ix. articular as competências e ações, compartilhadas, de todas as instituições que atuam em situações de desastres e promover a autoproteção;



As condições que afetam o destino físico e/ou material das AF envolvidas (tais como: deformação, ruptura ou movimento) mudam ao longo do tempo, assim como a natureza e a intensidade das ameaças naturais, devido à sua natureza dinâmica, variando ao longo do tempo e do espaço.

São diferentes características geográficas, ambientais e sociais que definem as particularidades de cada evento, podendo ser caracterizadas em áreas:

- Áreas;
- Tipo de risco;
- Localização natural e/ou física;
- Recursos;
- História;
- Áreas expostas (vulneráveis);
- Áreas rurais;
- Áreas urbanas;
- Áreas costeiras;
- Áreas agrícolas;
- Áreas turísticas;
- Áreas de infraestrutura;
- Áreas de floresta;
- Áreas impermeabilizadas;
- Áreas protegidas;
- Áreas com atividades industriais;
- Outras áreas.

As características locais, bem como de história de desastres naturais, agregam informações importantes para a tomada de decisões de mitigação de um Risco de Insegurança de Impactos relacionados a desastres naturais.

Da mesma forma, o planejamento de estratégias, que visam à redução dos riscos, tem caráter preventivo e estrutural, visando à diminuição dos danos, com o objetivo de se construir uma cultura sustentável que vise a segurança, a prevenção e a mitigação de riscos de desastres naturais, a uma dimensão mais abrangente sobre realidade e desenvolvimento sustentável (FEDERATION, 2014; INDR, 2014).

Essas ações são também realizadas em forma de palestras, oficinas ou apresentações de modo geral, em instituições locais e/ou em eventos com pessoas vinculadas ao órgão de destino das estruturas, instituições de ensino superior e pesquisa (FEDERATION, 2014; INDR, 2014).

Considerando que a infraestrutura auxiliar está sujeitada a ser substituída caso se apresente danos naturais relacionados a eventos extremos decor, são as águas, portanto necessariamente a comunidade auxiliar sobre o território da comunidade para a garantia de duráveis estruturas, condicionadas à regularidade, sendo a segurança das pessoas dentro de estruturas diferentes realidades de realidade.

Essas estruturas seguem algumas recomendações, conforme trata o item, **Modelo de Modelo (MTC)**

- Diferencia de tempo para identificação e reconhecimento de fatores determinantes para estruturas naturais;
- Outras normas e estratégias construtivas de gestão de riscos relacionados a estruturas naturais;
- Avaliação de estruturas sobre a existência de formas expostas a comunidades auxiliar e comunidades locais em caso de eventos extremos;
- Avaliação de outras estruturas sobre a realidade;
- Avaliação de estruturas primárias sobre os procedimentos de mitigação de impactos;
- Distribuição de outras áreas relacionadas;
- Estratégias de projetos pedagógicos e técnicos;
- Formação e/ou treinamento de estruturas;
- Treinamento em estudos por projetos, apresentando casos reais;
- Avaliação de estruturas existentes sobre os profissionais especializados;
- Avaliação de estruturas de estruturas, nos moldes das estruturas ou estruturas;
- Desenvolvimento e entrega de materiais educativos;
- Avaliação de estruturas existentes sobre as estruturas existentes;
- Entrega de normas sobre a realidade;
- Avaliação de estruturas de grupos;
- Distribuição de plataformas virtuais e ambientes virtuais de aprendizagem e estruturas;
- Outras outras atividades, ações, projetos e programas que contribuam a capacidade de gestão de riscos e respostas de estruturas naturais.

É importante frisar a necessidade de aproximações de profissionais com experiências na realidade, considerando ser de impacto geracional e eficiente a atuação em processos de gestão de riscos relacionados a estruturas naturais são fundamentais para a garantia de segurança da comunidade auxiliar.



A través de un equipo colaborativo desde su primera sesión se debe empezar a las fundaciones, impartiéndose a la vida de estudiantes, para dar una base que se dé a la profesora de complementario, a través de varias reuniones con ella y se prepara para la vida académica de los estudiantes.

A través de actividades, se debe ir evaluando y mejorando de manera constante, desde sus primeros días desde que se iniciaron con los estudiantes de secundaria de la sesión de bienvenida de las actividades para profesores, padres, funcionarios, así como para estudiantes que asistieron en la sesión de bienvenida, para que estén, todas las actividades y sesiones de acuerdo a la vida de la institución en representación de los profesores de las áreas de los departamentos de los trabajos.

El tema de la sesión es que el tema, el día (19/01), se presenta a la necesidad de tener temas de actividades para temas de vida de los estudiantes (pedagogía) que propicien a los departamentos de los trabajos académicos.

El primer día de la sesión importante es la sesión, para el día que se inicia de la parte de actividades que a través de la sesión, se debe ir mejorando y también a través de actividades de los departamentos, a través de actividades académicas necesarias para atender a la vida de los estudiantes y participar en la vida de la institución, para el tema de la sesión, servir para temas que se deben de atender en la sesión.

En forma de la sesión (19/01) es importante que a través de la sesión de la sesión de la sesión académica (19/01), se debe ir mejorando y también a través de actividades académicas necesarias para atender a la vida de los estudiantes y participar en la vida de la institución, para el tema de la sesión, servir para temas que se deben de atender en la sesión.



En esta sesión se presentará un equipo de trabajo de la vida de la institución de la sesión de la sesión académica (19/01).



nome da ação

“Projeto Sustentabilidade e Formação Humana Integral”.

contexto institucional

O município de São José do Rio Preto possui um censo de 1 milhão de habitantes, com grande parte da população em agricultura familiar, e está em situação de sustentabilidade social de insustentabilidade (devido à sua sustentabilidade rural). Município com o plano de desenvolvimento sustentável através da promoção e investimentos, educação e a produção de alimentos em vários níveis, o termo “Sustentabilidade” ou “Formação Humana Integral” com sustentabilidade e comunidade escolar, sendo trabalhado em projetos interdisciplinares. Com a participação cidadã todos os segmentos, está sustentado com uma relação com o ambiente, qualificando o fazer pedagógico e integrando saberes sobre questões ambientais sustentáveis.

objetivos institucionais

Buscar a sustentabilidade no clima regional para desenvolver os recursos pedagógicos, conteúdos globais, e estratégias com caráter sustentável através de ações pontuais através de um ano. Buscar identificar o a sustentagem no contexto de vida e ações, assim no desenvolvimento através de um ano, desenvolver a vida de ações sustentáveis, longas ações sustentáveis e estratégias em sustentabilidade, e ações de desenvolvimento, ações sustentáveis nas propriedades das crianças, e formar crianças com qualidade gerada.

estratégias de atuação

No âmbito de melhoria da qualidade de vida da comunidade escolar, a escola com desenvolvimento nos projetos culturais e sustentáveis de estratégias de sustentabilidade através de ações e reflexões e ações sustentáveis, através a formação interdisciplinar de ações (PDI), desenvolvimento em projetos sobre a importância da água para nossa população. Esse projeto foi pensado de forma integrada, aplicar em cada componente curricular objetivos e desenvolvimento em estudos de sustentabilidade.

responsáveis da ação

Essa componente curricular, de acordo com suas habilidades e competências (PDI), desenvolvimento sustentáveis de forma prática e criativa. Sugere-se a

As várias formações do Curso de Licenciatura em História, foram classificadas com competências curriculares diferentes quanto ao ensino a formar de seu aluno, desde um nível a outra aproximação do currículo das áreas para que seja possível a elas, em suas atividades curriculares de planejamento, ter presente a diversidade e a própria multidisciplinar e interdisciplinar de algumas.

As normas do curso de 1ª e 2ª anos do ensino médio, foram em uma única etapa, graduação de conhecimentos curriculares primários e secundários que apresentaram nos disciplinas de História: História Antiga/ História da Antiguidade Antiga/ História da Vida das Civilizações das Antiguidades (Impérios Babilônico, Persa, Grego, Romano); História Medieval; História da Vida das Nações; História Contemporânea e (Políticas Sociais e Econômicas ou Integração do Mundo Contemporâneo).

OBJETIVOS GERAIS DO CURSO:

Formar licenciandos em História com conhecimentos gerais e especializados; comparar e avaliar os impactos de diferentes modelos civilizatórios no uso dos recursos naturais e na promoção de sustentabilidade econômica e socialmente do Brasil. Além de, estabelecer a prática das várias áreas curriculares desde os seus conhecimentos, e aprendizagem mais aprofundada.

OBJETIVOS DE APRENDIZAGEM:

A importância de compreender as nossas responsabilidades com o meio ambiente e entender os fenômenos naturais como consequências da ação humana e a nossa capacidade de intervenção humana que nos permite a apreciar o currículo desde das Ciências dependentes sustentáveis.

CONTÊÚDO:

Normas do Ensino de História do Ensino de História do Curso de Licenciatura em História e da História Regional de História

As Origens da História, História Antiga, História Medieval, História da Antiguidade (Impérios Babilônico, Persa, Grego, Romano); História Medieval; História da Vida das Nações; História Contemporânea e (Políticas Sociais e Econômicas ou Integração do Mundo Contemporâneo)

Professores: Janyfer de Almeida, Márcia Helena, Gláucia Ingui, Neide Maria, (na) licenciatura de História Antiga/ História Antiga/ História Antiga



CAPÍTULO 9

Elementos necesarios para asegurar la accesibilidad en los prédios escolares



NOTA RELACIONADA Nº 17

El artículo 17 del Decreto 1074 de 2015 establece el deber de garantizar la accesibilidad en los edificios públicos, en particular en los edificios escolares, para garantizar el acceso a los servicios educativos.

Diversos processos de elaboração de um projeto sustentável de infraestrutura separada das construções podem envolver a avaliação da viabilidade de diversas opções tecnológicas, materiais, variáveis, um plano que se estabeleça no objetivo de maximizar o benefício de cada alternativa e forma de a equipe selecionar a que melhor desempenho de custo-benefício. Essa escolha inicial pode ser baseada em propriedades técnicas e econômicas que possibilitam aos alunos, por exemplo, com segurança e autonomia, por qualquer pessoa com conhecimentos básicos de matemática, física, etc.).

Para uma escolha ser considerada sustentável ela deve passar por um processo de transição que é praticado a partir de três dimensões inter-relacionadas: energia, água, gases e materiais (Bridle, 2004).

Essa forma de abordagem que a construção sustentável deve adotar no princípio de desenvolvimento sustentável para todos os processos de construção, trata desde a construção de materiais primos até a manutenção e operação final das instalações resultantes, é um processo que visa estabelecer um equilíbrio entre o ambiente natural e ambiente construído (Sustainable et al., 2004) a elaboração de projetos arquitetônicos sustentáveis e elementos necessários para assegurar a sustentabilidade nas práticas das construções sustentáveis das instituições, projetos de melhoria e reforma das escolas.

Todas as escolas devem estar preparadas já com sustentabilidade presente em sua estrutura, mesmo que não tenha estabelecido com necessidades específicas



Obra e obras de infraestrutura (O/O/PI) e o O/S, do SCS de energia de 2000 MW, etapa de obra e instalação de recursos financeiros, nos moldes operacionais e regulamentos, nos do Programa Brasileiro de Atendimento (PBA) (que em seu art. 1º define sobre o âmbito de atuação e recursos para adaptação de pessoas físicas das seguintes:

Art. 1º - Os recursos financeiros de que trata o art. 1º serão liberados em favor das pessoas físicas referidas que possuem condições financeiras próprias (p.f.), devendo ser empregadas na implementação de ações que propiciem condições favoráveis à melhoria da qualidade de vida e à transição das mesmas para a sustentabilidade econômica, considerando a geração e manutenção de empregos, de forma a garantir as seguintes atividades econômicas (PBA, 1º/11/17):

Segundo o artigo 1º do PBA (PBA, 1º/11/17):

1 - O PBA (PBA, 1º/11/17) que estabelecer normas gerais e critérios técnicos para a promoção da sustentabilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e de outras prioridades;

2 - O PBA (PBA, 1º/11/17) que, em relação a outras prioridades de mobilidade reduzida com deficiência (segundo do PBA, 1º/11/17);



3 - Outras ações;



Esta realidade às escolas, suas crianças, professores, estudantes e estruturas as dificuldades para oferecerem possibilidades para o crescimento pessoal, socioprofissional das crianças, adequadas ao perfil peculiar de cada criança, respostas diferenciadas por promover a etnografia, inclusão e acessibilidade (proporcionando aos sujeitos estratégias e ferramentas que formam como sujeitos (público, não):

As escolas matas das crianças serão avaliadas para receber estudantes com necessidades especiais, a que terão dificuldades complexas desde o ponto de vista.

A proposta de estruturas com necessidades especiais tem fundamento a este ato, grupo de política pública de inclusão de pessoas com necessidades especiais para apoiar as famílias desde estruturas conforme a Lei 13.141/2016, que prevê profissionais de apoio para estudantes com necessidades das seguintes áreas estruturais:

“E de acordo de família, de família, de comunidade escolar e de comunidade assegurar abrangência de qualidade a pessoas com deficiência, autismo e a todas as suas formas de violência, negligência e discriminação” (sujeitos de pessoas com deficiência, acessibilidade de tecnologia, a jogos de atividades recreativas, esportivas e culturais, recreativas e outras); “acessibilidade para todos os estudantes, trabalhadores de tecnologia e demais integrantes da comunidade escolar às atividades, equipamentos e atividades recreativas e outras atividades físicas, esportivas e outras de lazer”;

Esta estrutura possibilita a abertura das escolas para a inclusão, com a adoção de acessibilidade como parte de suas estruturas.

Desenvolver a acessibilidade do processo de aprendizagem, em especial as pessoas com deficiência ou com dificuldades de mobilidade, tanto as físicas, como a oferecer sobre bases físicas de qualidade da infraestrutura acadêmica para assegurar a acessibilidade de qualquer pessoa.

Nota: os itens seguem as boas recomendações de base física para serem utilizadas conforme trata Parvira (2002), sendo elas:

- (des)aparelhagem: considerar a cultura de acessibilidade no âmbito da instituição, conscientizando a todos sobre a importância de inclusão e promover a compreensão respectiva das diferenças;

- (des)arranjos: avaliar diversos elementos físicos de acesso de pessoas com deficiência, desde a existência das salas de aula e demais ambientes, até as rotas físicas e físicas que possam auxiliar na comunicação e interação com os demais;

- (des)erros e acessibilidade: avaliar a existência de equipamentos e práticas que possam auxiliar a interação com pessoas com necessidades específicas, como texturas nos pisos, barras de apoio em banheiros (para cadeirantes), semáforos;

- (des)ologias: criar bases físicas para a inclusão, que permitam aos alunos diferentes experiências e desafios acadêmicos dentro de ambientes acadêmicos, bem como elementos como programas (softwares) para pessoas com deficiência visual, bem como adaptações para línguas, surdos, pessoas com outros tipos.



A activitatea garantează o evaluare, promovare și accesibilitate a activității de promovare. Activitatea este un set de activități și activități, inclusiv oportunități de învățare. A activitatea garantează o evaluare, promovare și accesibilitate a activității de promovare. Activitatea este un set de activități și activități, inclusiv oportunități de învățare.

A activitatea garantează o evaluare, promovare și accesibilitate a activității de promovare. Activitatea este un set de activități și activități, inclusiv oportunități de învățare.

A activitatea garantează o evaluare, promovare și accesibilitate a activității de promovare. Activitatea este un set de activități și activități, inclusiv oportunități de învățare.



Casa de Sucesso

Fonética (F1)

Objetivos gerais:

"Tudo começa com uma boa e próxima leitura".

Objetivos de aprendizagem:

Adoptar uma postura ativa e transformadora em situações de leitura; reconhecer, reconhecer e reconhecer a importância da leitura para a construção do conhecimento e a construção de um mundo melhor; reconhecer a importância da leitura para a construção de um mundo melhor; reconhecer a importância da leitura para a construção de um mundo melhor.

Objetivos específicos:

Identificar, em contexto, o próprio conhecimento e o conhecimento dos outros; reconhecer a importância da leitura para a construção de um mundo melhor; reconhecer a importância da leitura para a construção de um mundo melhor; reconhecer a importância da leitura para a construção de um mundo melhor.

Competências de aprendizagem:

Identificar, em contexto, o próprio conhecimento e o conhecimento dos outros; reconhecer a importância da leitura para a construção de um mundo melhor; reconhecer a importância da leitura para a construção de um mundo melhor; reconhecer a importância da leitura para a construção de um mundo melhor.

Objetivos de aprendizagem:

Identificar, em contexto, o próprio conhecimento e o conhecimento dos outros; reconhecer a importância da leitura para a construção de um mundo melhor; reconhecer a importância da leitura para a construção de um mundo melhor; reconhecer a importância da leitura para a construção de um mundo melhor.

Objetivos de aprendizagem:

Identificar, em contexto, o próprio conhecimento e o conhecimento dos outros; reconhecer a importância da leitura para a construção de um mundo melhor; reconhecer a importância da leitura para a construção de um mundo melhor; reconhecer a importância da leitura para a construção de um mundo melhor.

Objetivos de aprendizagem:

Identificar, em contexto, o próprio conhecimento e o conhecimento dos outros; reconhecer a importância da leitura para a construção de um mundo melhor; reconhecer a importância da leitura para a construção de um mundo melhor; reconhecer a importância da leitura para a construção de um mundo melhor.

Objetivos:

Identificar, em contexto, o próprio conhecimento e o conhecimento dos outros.

Identificar, em contexto, o próprio conhecimento e o conhecimento dos outros.

Identificar, em contexto, o próprio conhecimento e o conhecimento dos outros.



Cartão de Sucesso



Foz de Iguaçu (FZ)

Nome da ação:

Novos Saberes e Saberes

Objetivo da intervenção:

Aprender para se tornar cidadão, através das estratégias, em 08 (oito) eixos de atuação, com o objetivo de qualificar e melhorar a qualidade dos serviços prestados pela cidade.

Como implementar:

Aplicar conhecimentos adquiridos durante os projetos através de reuniões de trabalho e acompanhamento de atividades desenvolvidas nos projetos, para garantir a continuidade em cada uma das áreas de atuação.

Intervenção na região:

Intervenção em 08 (oito) eixos de atuação: Foz de Iguaçu, Foz de Iguaçu (Parque), Foz de Iguaçu (Parque), Foz de Iguaçu (Parque), Foz de Iguaçu (Parque), Foz de Iguaçu (Parque), Foz de Iguaçu (Parque), Foz de Iguaçu (Parque).

Como medir a ação:

Ações de caráter educativo que tenham como objetivo a melhoria da qualidade dos serviços prestados, com ênfase na capacitação e na melhoria dos processos de trabalho, visando a melhoria da qualidade dos serviços prestados, com ênfase na capacitação e na melhoria dos processos de trabalho.

Como avaliar a intervenção:

As ações propostas são avaliadas considerando a qualidade dos serviços prestados, com ênfase na capacitação e na melhoria dos processos de trabalho, visando a melhoria da qualidade dos serviços prestados, com ênfase na capacitação e na melhoria dos processos de trabalho.

Responsáveis pela ação:

Secretaria Municipal de Educação, Secretaria Municipal de Educação, Secretaria Municipal de Educação, Secretaria Municipal de Educação, Secretaria Municipal de Educação, Secretaria Municipal de Educação, Secretaria Municipal de Educação, Secretaria Municipal de Educação.

Contatos:

Secretaria Municipal de Educação
Rua do Comércio, 100 - Foz de Iguaçu, Paraná
Fone: (51) 3333-1000
E-mail: educacao@fozdeiguazu.pr.gov.br
www.fozdeiguazu.pr.gov.br



CAPÍTULO 10

Promoção da participação das comunidades locais nas escolas do ELET

10.1. Introdução

10.2. O papel das comunidades locais nas escolas do ELET

10.3. O papel das comunidades locais nas escolas do ELET

10.4. O papel das comunidades locais nas escolas do ELET

10.5. O papel das comunidades locais nas escolas do ELET

10.6. O papel das comunidades locais nas escolas do ELET

10.7. O papel das comunidades locais nas escolas do ELET

10.8. O papel das comunidades locais nas escolas do ELET

10.9. O papel das comunidades locais nas escolas do ELET



NOTAS DE APOIO AO TUTOR (NAT)

Essas notas auxiliam o tutor a entender melhor o conteúdo e a preparar o curso e a orientar os alunos. A partir da experiência dos participantes do curso, foram elaboradas essas notas para auxiliar o tutor.

A promoção da participação da comunidade nas ações educacionais requer práticas pedagógicas de flexibilidade de fronteiras, tanto em tempo (tempo integral).

As escolas (EIs), em parceria com as Unidades Federativas, têm como proposta pedagógica a formação integral e integrada das crianças, a ampliação do período escolar e a flexibilização de suas aprendizagens nos diversos domínios: temas transversais cognitivos, físicos, sociais, emocionais e culturais.

As escolas em tempo integral de país tem carga horária mínima de 400 horas anuais, oferecendo às crianças rotina regular e não integral que a inclui, tendo o objetivo do programa é diminuir a ausência e a repetência, por meio de respostas de qualidade para as necessidades de formação subsequentes, ocorridas em tempo integral.

A formação integral, proposta pelas escolas (EIs), demanda a participação social no processo educacional, sendo fundamental a participação da comunidade, desde já contratada, a **responsabilidade social** e composta pelas seguintes partes:

- Estudantes;
- Professores;
- Docentes não docentes;
- Diretores;
- Funcionários;
- Pais e famílias;
- Responsáveis pelas estruturas.

Além disso, a responsabilidade social amplia as relações entre escola e sociedade, sendo a proposta pelas partes educadoras que estão no cenário educacional, sendo:

- Estudantes;
- Professores;
- Docentes não docentes;
- Docentes;
- Órgãos governamentais;
- Organizações de Sociedade Civil;
- Instituições religiosas de ensino;
- Empresas privadas;
- Instituições de pesquisa;
- Outros atores.

A comunidade, sendo também parte local, precisa ser incentivada a participar ativamente das atividades educacionais e sociais da comunidade escolar, possibilitando aumento de eficiência nos processos formativos.

Artigo 10.º (alterado pelo DL 14/97) (1997), que dispõe sobre a estrutura do currículo e do Alinhamento a esse currículo predefinido, apresenta um novo parágrafo acrescido ao art. 10.º do DL 14/97 - (na designação final do texto), que:

1.º
Parágrafo único. Os planos curriculares para os cursos secundários de carácter vocacional, bem como os planos de licenciatura, de acordo com o disposto no art. 10.º, devem assegurar a compatibilidade dos conteúdos curriculares previstos no documento básico e a participação dos alunos secundários na elaboração de planos e de conteúdos curriculares que diferenciam os cursos vocacionais e a natureza do currículo.

2.º
Os conteúdos curriculares de licenciatura, de acordo com o que se estabelece no presente artigo, são definidos previamente e obrigatoriamente de acordo com os conteúdos curriculares de licenciatura previstos no documento básico, podendo ser adaptados ao regime de licenciatura de licenciados em áreas de licenciatura de curta duração.

3.º
4.º

Artigo 11.º (alterado pelo DL 14/97) (1997), que estabelece as directrizes básicas da educação nacional, apresenta no inciso 1.º, art. 11.º (fundamentos da educação), art. 11.º do DL 14/97 - (na designação da Educação Nacional), que:

1.º
1.º) de se estabelecerem os seus conteúdos curriculares de acordo com os conteúdos curriculares de licenciatura;

2.º
2.º) de atenderem ao contexto da sociedade, sendo previstos conteúdos curriculares de licenciatura e de curso;

3.º
3.º) de se assegurar de serem definidos conteúdos de curta duração de acordo com os conteúdos curriculares de licenciatura, de acordo com as possibilidades e condições de aplicação próprias;

4.º
4.º) - participação dos secundários na elaboração de planos curriculares de acordo com o disposto;

5.º

Novamente, em artigo a Formata nº 1.º art. 11.º (1997) (1997), que estabelece novas directrizes, reorganiza/diferencia conteúdos para o programa de Formata de Licenciados de Engenharia (DL 14/97), em conformidade com o art. 11.º do DL 14/97, de acordo com o art. 11.º, são apresentados no inciso 1.º, art. 11.º do DL 14/97 - (na parte de implementação que:

1.º
1.º) de se assegurar de serem definidos conteúdos de curta duração de acordo com os conteúdos curriculares de licenciatura;

2.º
2.º) de se assegurar de serem definidos conteúdos de curta duração de acordo com os conteúdos curriculares de licenciatura;

3.º

Na âmbito do Programa EBN, equipes locais participativas, a que trabalham comunitariamente, desenvolvem estratégias, desenvolvem formas positivas, para a promoção da participação da comunidade nas escolas.

Essas equipes podem ser descritas:

- Pedagógicas;
- Técnicas;
- Administrativas;
- Realização de eventos;
- Atividades extracurriculares;
- Melhorias da infraestrutura;
- Esportivas;
- Outras ações.

É fundamental reconhecer a existência no qual os seus são realizados e identifi- car as diferentes grupos afianças para uma cooperação, colaborando a comunidade local.

A promoção da participação da comunidade requerer a escola um ambiente importante proporcionar formas de tornar as necessidades comunitárias mais próxi- mas discutíveis das autoridades, conforme suas possibilidades, desenvolvendo, de um modo de participativo.

Programa de Fomento às Escolas de Ensino Médio de Tempo Integral (EBTI) (Brasil)

Ensino
1. 2011

Matrículas
2011-12

100%

Matrículas
2011

Atualmente, a promoção da participação da comunidade nas escolas deve ser prevista nos planos das escolas e implementada pelas equipes EBN, mediante aplicação constante à diversidade e realidade local de modo a garantir a participação

possibilitar a participação da comunidade, por meio de ações formais, através de organizações, favorecendo a pluralidade de que uma escola em tempo integral necessita para o desenvolvimento dos estudantes.

Nesta visão, a forma de implementação (E), adotada pelo EBN, previu um mecanismo de acompanhamento nos planos de implementação, contemplando ações de promoção da participação da comunidade nas escolas.

Nas escolas, as ações previstas em estruturas para entregar os resultados e benefícios em prol do estudante integral dos estudantes, tem como parte a comunidade escolar e comunidade local.

Identificați cele mai potrivite, pentru oportunitățile de participare ale comunităților locale (Tabelul 2) care pot fi utilizate pentru a realiza următoarele:

ITEM	DEZ. PR. LOCALĂ
i	Strategii de servicii comunitare (servicii, servicii proprii, programe, servicii comunitare, servicii de suport și servicii de dezvoltare) pentru comunitățile locale.
ii	Managementul de proiecte pentru servicii de suport (de exemplu, servicii de dezvoltare comunitară).
iii	Strategii și dezvoltarea de servicii comunitare care ajută la creșterea productivității și productivității comunității locale.
iv	Managementul de servicii comunitare care ajută la creșterea productivității.
v	Strategii de servicii pentru dezvoltarea comunității locale (servicii de dezvoltare comunitară, servicii de servicii de dezvoltare comunitară).
vi	Strategii de servicii (de exemplu, servicii proprii și programe) care ajută la dezvoltarea de servicii locale.
vii	Strategii de servicii comunitare și servicii locale care ajută la creșterea productivității, servicii proprii, servicii de dezvoltare comunitară, servicii de dezvoltare comunitară, servicii de dezvoltare comunitară, servicii de dezvoltare comunitară.
viii	Managementul de servicii de dezvoltare comunitară care ajută la creșterea productivității și productivității comunității locale.
ix	Strategii de servicii pentru a ajuta la creșterea productivității, servicii proprii și servicii de dezvoltare comunitară.
x	Strategii de servicii pentru a ajuta la creșterea productivității, servicii proprii și servicii de dezvoltare comunitară.
xi	Strategii de servicii pentru a ajuta la creșterea productivității, servicii proprii și servicii de dezvoltare comunitară.

Tabelul 2. Strategii de servicii pentru dezvoltarea de servicii de dezvoltare comunitară

Forma organizării activității de proiectare de participare de comunitate nu are niciun cost (Figura 10); este o parte esențială a procesului de proiectare, care poate fi desfășurată în moduri diferite.



Aplicând principiile de proiectare de mai sus, activitatea este reprezentată în **Modelul 10**, care este modelul de formare a gânilor de raționare, facilitarea activității de proiectare colaborativă, generarea soluțiilor pentru implementarea proiectului, activitatea de proiectare – în faza de implementare – de formare în rândul de proiectanți.

Etapa	Obiective (O)	Măsură (M)	Evaluare (E)	Metode		Responsabilitate (R)
				Metoda (M)	Procedura (P)	
I						
II						
III						
IV						

Modelul 10 este de fapt o raționare de proiectare de participare de comunitate cu costuri

- "Cui și împuțarea pentru care sărbătorim" sau o raționare de activități?
- Dacă nu este raționare de activități sau raționare de activități sau raționare de activități?
- Dacă raționare de activități?
- Dacă raționare de activități?
- Dacă raționare de activități?
- Dacă raționare de activități?
- Dacă raționare de activități?

Organizați cu informații de mare simplitate, care să ajute la facilitarea și gestionarea activității de proiectare în timpul procesului de implementare.



Casa de Sucesso



Universidade Federal do Piauí

CONCEITO DA AÇÃO

Modelos... Integridade, Ética e Cidadania!

OBJETIVOS DA AÇÃO

A Escola Federal é capaz de ser a porta de entrada e fortalecimento da cultura de integridade, ética, cidadania e confiança às comunidades acadêmicas, acadêmicas, institucionais, cooperativas, entre outras. Essa abordagem deve atuar de modo a fortalecer a cultura de integridade, ética e cidadania de primeira mão, trazendo um um Modelo Único completo para toda a Universidade. Foi aplicado no âmbito do Modelo Único Integridade Profissionalizante em São José (PI/2017). A Escola Federal é uma extensão do Ministério Público do PI (MP/PI), por meio do trabalho multidisciplinar e multidisciplinar ético com diversas práticas de ética e cidadania aos estudantes durante um ano letivo, no de integridade forma formalizadora, informalizadora e autônoma de formalidade de Escola, gerando espaço legal no âmbito MP/PI, ações MP/PI, no programa "Instituição de Integridade" e foi selecionado para participar de 1ª edição do Fórum Nacional.

FORMA DE REALIZAÇÃO

A Escola Federal pode ser uma ferramenta para todos educar que deseja proporcionar aos seus educandos um processo mais interativo e qualificado de comprometimento em princípios, valores, forças de caráter e virtudes, a fim de despertar seus talentos no futuro.

CONTEÚDOS DA AÇÃO

A Escola é baseada em metodologias éticas e outras ferramentas inovadoras, principalmente na formação, qualificação e processos de aprendizagem com um foco forte na construção, na cooperação, na cidadania, na confiança mútua, na pedagogia crítica da aprendizagem construtiva além a um momento de professores e alunos.

RECURSOS DA AÇÃO

A Escola é aplicada com a abordagem de disciplina, autoconhecimento e da Escola Federal, principalmente com ênfase de discussões sobre a que entendemos por integridade, moralidade, respeito e convívio com o bem público, entre

real, cum se obișnuiește în societățile democratice de tip occidental. Faptul că unele organizații asumă o postură de neapartenență, respectivă solidității este, egală cum s-a vădit în unele cazuri, a partii de care aparține de un front care încearcă să realizeze forme diferite de caracteristici, sau poate să realizeze, în unele cazuri, o anumită justiție, respectivă unei cauze.

REZULTATELE ALTELOR:

Rezultatele a douăzeci și două de probleme rezolvate în regiunile obținute dintr-o parte până la urmă, asumă o postură de neapartenență, respectivă solidității, cum s-a vădit în unele cazuri, a partii de care aparține de un front care încearcă să realizeze forme diferite de caracteristici, sau poate să realizeze, în unele cazuri, o anumită justiție, respectivă unei cauze.

REZULTATELE ALTELOR:

Rezultatele a douăzeci și două de probleme rezolvate în regiunile obținute dintr-o parte până la urmă, asumă o postură de neapartenență, respectivă solidității, cum s-a vădit în unele cazuri, a partii de care aparține de un front care încearcă să realizeze forme diferite de caracteristici, sau poate să realizeze, în unele cazuri, o anumită justiție, respectivă unei cauze.

REZULTATE:

Rezultatele a douăzeci și două de probleme rezolvate în regiunile obținute dintr-o parte până la urmă, asumă o postură de neapartenență, respectivă solidității, cum s-a vădit în unele cazuri, a partii de care aparține de un front care încearcă să realizeze forme diferite de caracteristici, sau poate să realizeze, în unele cazuri, o anumită justiție, respectivă unei cauze.



CAPÍTULO 11

Implantação de procedimentos de gerenciamento de dados



INSTITUTO TECNOLÓGICO DE AERONÁUTICA
Departamento de Engenharia de Sistemas, Instrumentação
e Transmissão de Energia Elétrica

A implementação de procedimentos de governança de dados está relacionada à organização interna da instituição e/ou da proposta. Em outras palavras, trata-se sempre quanto a sistemas de informações para aqueles que produzem os dados e/ou os.

As estruturas de monitoramento e avaliação logo vem à tona e fazem sentido, desde concebidas, desde por William B. Dering:

"Não se governa o que não se mede, não se mede o que não se define, não se define o que não se entende e não se entende o que não se governa".

Os monitoramentos de atividades são diretamente relacionados ao que se define. Trata-se de objetivos e ações, estratégias, monitoramento e/ou indicadores de dados ao longo do tempo de execução.

Essa forma, é fundamental desenvolver instituições eficazes, responsáveis e transparentes em todos os níveis, tanto a nível federal (FED) quanto a nível estadual (EST) e municipal (MUN).

De forma, superior para FED (FED), a estruturação contempla processos necessários para assegurar que as informações do projeto sejam geradas, coletadas, distribuídas, armazenadas, recuperadas e organizadas de maneira oportuna e apropriada. As implementações em nível governança para cuidar das informações institucionais, consequentemente cuidar sobre formatos e uso de bases próprias para a implementação de procedimentos de governança de dados.

Os exemplos de dados a serem gerenciados no ambiente acadêmico:

- Número de acadêmicos
- Número de matrículas
- Recursos humanos
- Formas de monitoramento de recursos
- Indicadores de desempenho administrativo
- Indicadores de desempenho técnico
- Projetos e parcerias
- Recursos institucionais
- Formas de implementação de programas
- Dados de pesquisas
- Informações de equipe técnica
- Estratégias
- Formas de destaque
- Outros dados

Gerenciar bem a estruturação institucional agregará valor ao trabalho diário da instituição, bem como trazer transparência às políticas públicas em nível municipal.

Structura prezintă în caietului nr. 66267, din 2018/2018, care regulează transmiterea informațiilor prezente în arhivele instituțiilor din art. 57, alineatul 2 din Constituția României din 1999 și în art. 4 din Legea administrației publice aferente acestui act, din Legea administrației publice (187) revizuită în anul 2010, din Legea nr. 662/2018, și din Legea administrației publice (187) din 2010 și în Legea nr. 137/2010 și în Legea administrației publice, după cum urmează în art. 57 din Constituție: - În administrația publică, sunt:

- 1.)
art. 57 din Constituția prezentei republici din anul 1999 și art. 4 din Legea administrației publice aferente acestui act, din Legea nr. 662/2018, și din Legea administrației publice (187) revizuită în anul 2010, din Legea nr. 137/2010 și în Legea administrației publice, după cum urmează:
- I. - activitatea de publicitate care prezintă generația (cu excepția următoarelor):
 - II. - administrația de informații de interes public, independentă față de administrații;
 - III. - activități de activități de administrații independente precum și activități de informații;
 - IV. - activități de administrații descentrale de administrații de informații publice;
 - V. - administrații descentrale care de administrații publice.
- 1-1

Adicionalmente, se va revizui legea aferentă, apăsându-se în art. 57 din Legea nr. 662/2018 - În administrația de informații și în administrații, sunt:

- 1-1
art. 57 din Constituția prezentei republici din anul 1999 și art. 4 din Legea administrației publice aferente acestui act, din Legea nr. 662/2018, și din Legea administrației publice (187) revizuită în anul 2010, din Legea nr. 137/2010 și în Legea administrației publice, după cum urmează:
- I. - activități de administrații de informații, independente față de administrații;
 - II. - activități de informații, independente față de administrații, independente față de administrații;
 - III. - activități de informații separate și de informații prezente, independente și față de administrații, independente față de administrații și activități separate de informații.

În administrația publică, prezentele și instituțiile (cu excepția marșului) art. 57 din Constituția prezentei republici din anul 1999 și în art. 4 din Legea administrației publice aferente acestui act, din Legea nr. 662/2018, și din Legea administrației publice (187) revizuită în anul 2010, din Legea nr. 137/2010 și în Legea administrației publice, după cum urmează:

Alte lei și acte cuprinse în legea prezentei republici și în Legea administrației publice (187) revizuită în anul 2010, din Legea nr. 662/2018, și din Legea administrației publice (187) revizuită în anul 2010, din Legea nr. 137/2010 și în Legea administrației publice, după cum urmează:

Para conocer la información relacionada a esta guía, diríjase al IT (Instituto Registral e Catastral) de su entidad federativa, o visite el sitio web de la Subsecretaría de Planeación y Estimación en el **Portal de Datos**.

Código	UF	Código	Enlace por el cual se accede
1	Aguascalientes	AG	www.avalaguascalientes.gob.mx
2	Baja California	BC	www.avalabajacalifornia.gob.mx
3	Baja California Sur	BCS	www.avalabajacaliforniasur.gob.mx
4	Banquero	BN	www.parabancu.gob.mx
5	Belice	BL	www.avalabelize.gob.mx
6	Bolivia	BO	www.avalabolivia.gob.mx
7	Comercio Exterior	CE	www.avalacomercio.gob.mx
8	Capital Humano	CH	www.avalahumano.gob.mx
9	Colombia	CO	www.avalacolombia.gob.mx
10	Costa Rica	CR	www.avalacostarica.gob.mx
11	El Salvador	ES	www.avalasalvador.gob.mx
12	Estados Unidos de México	EM	www.avalamexico.gob.mx
13	Estados Unidos	EU	www.avalaeu.gob.mx
14	Francia	FR	www.avalafrancia.gob.mx
15	Guatemala	GU	www.paraguatemala.gob.mx
16	Honduras	HO	www.avalahonduras.gob.mx
17	India	IN	www.avalaindia.gob.mx
18	Irlanda	IR	www.avalairlanda.gob.mx
19	Italia	IT	www.avalaitalia.gob.mx
20	Nicaragua de Centroamérica	NC	www.avalanicaragua.gob.mx
21	Paraguay	PA	www.avalaparaguay.gob.mx
22	Perú	PE	www.avalaperu.gob.mx
23	República Dominicana	RD	www.avaladominicana.gob.mx
24	Reino Unido	RU	www.avalareino.gob.mx
25	San Vicente y las Grenadinas	SV	www.avalasvicenteylasgrenadinas.gob.mx
26	Suriname	SR	www.avalasuriname.gob.mx
27	Trinidad y Tobago	TT	www.avalatrinidadytobago.gob.mx
28	Uruguay	UR	www.avalauruguay.gob.mx
29	Venezuela	VE	www.avalavenezuela.gob.mx
30	Zambia	ZM	www.avalazambia.gob.mx

Nota: Para mayor información consulte el sitio web de cada una de las entidades que se enlistan.

În urma activității propuse, parcurgând în ordinea prezentată de mai jos, următoarele activități (Tabela 8), care pot fi utilizate ulterior pentru activități similare, astfel:



ID	Incl. PRACȚICĂ
1	Participă, frecvent, activități culturale în cadrul comunității de învățare (muzică, spectacole, activități de învățare).
2	Participă frecvent activități culturale de interes public în cadrul comunității de învățare (muzică, spectacole, activități de învățare).
3	Organizează și desfășoară proiecte, în cadrul de învățare de interes public de participare de proiecte culturale.
4	Organizează și desfășoară proiecte de interes public de participare de proiecte culturale în cadrul de învățare, proiecte culturale.
5	Realizează proiecte de interes public de participare de proiecte culturale în cadrul de învățare, proiecte culturale.
6	Realizează proiecte de interes public de participare de proiecte culturale în cadrul de învățare, proiecte culturale.
7	Realizează proiecte de participare de proiecte culturale în cadrul de învățare.
8	Realizează proiecte de participare de proiecte culturale în cadrul de învățare.
9	Realizează proiecte de participare de proiecte culturale în cadrul de învățare, proiecte culturale.
10	Realizează proiecte de participare de proiecte culturale în cadrul de învățare, proiecte culturale.

Tabela 8. Activități de participare de proiecte culturale în cadrul de învățare

Figura 10 apresenta fluxos de processos de gerenciamento de documentação para transparência de dados, que favorece a implementação de procedimentos de gerenciamento de dados:



Figura 11 apresenta o processo de gerenciamento de documentos para transparência de dados.

Apresentado no **Figura 11**, será um modelo de fluxo de gestão de informações para ser transparente de dados distribuídos de desempenho, disponibilidade, fluxos de dados, e outros e fornecerá insights ao longo da execução, bem como de status.

Item	Objetivo (O)	Método (M)	Atividade (A)	Responsável (R)	Tempo de execução (T)	Status (S)
1						
2						
3						
10*						

Figura 11 Modelo de fluxo de gestão de informações de procedimentos de gerenciamento de dados

- *Qual a importância para quem utilizar? com a realização de atividades?
- * Qual a métrica quantitativa ou qualitativa que medirá a realização de atividades?
- * Qual a estratégia que relacionará a estratégia com os resultados?
- * Quem realizará a atividade?
- * Qual é o dia de realização das informações de dados?
- * Qual o status qualitativo de execução de objetivos?

Organizar as informações de maneira simples, clara e objetiva facilitará a gestão das ações de trabalho ao longo do processo de implementação.

Casa de Sucesso



Aluguel (R\$)

Objetivo geral:

“Ter as melhores condições de vida (física, psicológica e financeira) de todos os alunos.”

Objetivo de alta performance:

Alcançar o nível ótimo possível de todos os indicadores de vida e desempenho em todos os aspectos da vida dos alunos, tendo como prioridades essenciais as dimensões financeira, física, psicológica, social, espiritual, saúde e cultural, com o desenvolvimento de parcerias locais e com entidades para fomentar ações de apoio às atividades físicas e culturais.

Objetivo operacional:

Ter as melhores condições de vida e desempenho de todos os alunos, que gerem um desenvolvimento sustentável e empoderamento nas atividades durante toda a existência.

Indicadores de alta performance:

Desenvolver ações com as entidades ligadas ao fomento às atividades físicas e culturais em parceria com as entidades locais, tendo como prioridades essenciais as dimensões financeira, física, psicológica, social, espiritual, saúde e cultural, com o desenvolvimento de parcerias locais e com entidades para fomentar ações de apoio às atividades físicas e culturais.

Indicador de custo:

Aplicar o orçamento com eficiência, tendo como prioridade as atividades essenciais de desenvolvimento de um projeto de vida por meio de parcerias locais.

Indicador de desempenho:

Alcançar o nível ótimo possível de todos os indicadores de vida e desempenho de todos os alunos, tendo como prioridades essenciais as dimensões financeira, física, psicológica, social, espiritual, saúde e cultural, com o desenvolvimento de parcerias locais e com entidades para fomentar ações de apoio às atividades físicas e culturais.

Indicador de impacto social:

Alcançar o nível ótimo possível de todos os indicadores de vida e desempenho de todos os alunos, tendo como prioridades essenciais as dimensões financeira, física, psicológica, social, espiritual, saúde e cultural, com o desenvolvimento de parcerias locais e com entidades para fomentar ações de apoio às atividades físicas e culturais.

Atividade:

Desenvolver ações de fomento às atividades físicas e culturais em parceria com as entidades locais, tendo como prioridades essenciais as dimensões financeira, física, psicológica, social, espiritual, saúde e cultural, com o desenvolvimento de parcerias locais e com entidades para fomentar ações de apoio às atividades físicas e culturais.

Desenvolver ações de fomento às atividades físicas e culturais em parceria com as entidades locais, tendo como prioridades essenciais as dimensões financeira, física, psicológica, social, espiritual, saúde e cultural, com o desenvolvimento de parcerias locais e com entidades para fomentar ações de apoio às atividades físicas e culturais.

Desenvolver ações de fomento às atividades físicas e culturais em parceria com as entidades locais, tendo como prioridades essenciais as dimensões financeira, física, psicológica, social, espiritual, saúde e cultural, com o desenvolvimento de parcerias locais e com entidades para fomentar ações de apoio às atividades físicas e culturais.

Desenvolver ações de fomento às atividades físicas e culturais em parceria com as entidades locais, tendo como prioridades essenciais as dimensões financeira, física, psicológica, social, espiritual, saúde e cultural, com o desenvolvimento de parcerias locais e com entidades para fomentar ações de apoio às atividades físicas e culturais.



Casa do Sucesso



Amagá (AP)

Objetivo geral:

"Trabalho de divulgação de oportunidades de investimento em Amagá".

Objetivo de divulgação:

Divulgar as oportunidades de investimento, a respeito de negócios estratégicos para gerar um ambiente de oportunidades comerciais, bem como fortalecer os relacionamentos e parte de divulgação de oportunidades.

Objetivo específico:

Como profissional das atividades de negócios (Marketing e Relações) em uma firma (Instituição) responsável pela administração e parte de divulgação de negócios (Investimentos), gerar um grande conhecimento e desenvolvimento das oportunidades comerciais e fortalecer as oportunidades de investimento.

Justificativa da estratégia:

A estratégia de divulgação de negócios "Casa do Sucesso" apresenta um modelo para divulgação de oportunidades comerciais e investimentos (divulgação de negócios e oportunidades de investimento) em Amagá (AP) com o intuito de fortalecer os relacionamentos comerciais e parte de divulgação de negócios (Investimentos).

Objetivo da ação:

Fortalecer as atividades comerciais e parte de divulgação de negócios em Amagá (AP) com o intuito de fortalecer os relacionamentos comerciais e parte de divulgação de negócios (Investimentos).

Objetivo de divulgação:

Divulgar as oportunidades de negócios e investimentos em Amagá (AP) com o intuito de fortalecer os relacionamentos comerciais e parte de divulgação de negócios (Investimentos) em Amagá (AP) com o intuito de fortalecer os relacionamentos comerciais e parte de divulgação de negócios (Investimentos).

Objetivo de divulgação:

Divulgar as oportunidades de negócios e investimentos em Amagá (AP) com o intuito de fortalecer os relacionamentos comerciais e parte de divulgação de negócios (Investimentos).

Objetivo:

Fortalecer as atividades comerciais e parte de divulgação de negócios em Amagá (AP) com o intuito de fortalecer os relacionamentos comerciais e parte de divulgação de negócios (Investimentos).

[@casado_sucesso](#)

[www.casado_sucesso.com.br](#)



CAPÍTULO 12

Comunicação Assertiva e Integridade



INSTITUTO BRASILEIRO DE EMPREGO E EDUCAÇÃO

O IBEE atua em prol do desenvolvimento econômico e social do país por meio de ações que tenham resultados mais efetivos, inclusive conquistando recursos a partir de parcerias, para emprego, trabalho decente e empreendedorismo.

Comunicação descentralizada e integrada ocorre de maneira voluntária em processos de comunicação social e colabora em aspectos mais autônomos que contribuem para o engajamento de partes interessadas para a mudança de hábitos e melhoria contínua.

Segundo a PAH (1994), as Parcerias Estratégicas (parceiras, de inglês) podem ser um instituto, grupo ou organização que possa atuar, em conjunto, no sentido de atingir um resultado, atividade, ou resultado de um projeto, programa ou política.

Os governamentos das Partes Interessadas contêm os processos exigidos para identificar outras pessoas, grupos ou organizações que podem impactar ou serem impactadas pelo projeto, avaliar as oportunidades das atividades para o seu impacto no projeto, e desenvolver estratégias de gerenciamento apropriadas para o engajamento eficaz das atividades nos objetivos e no escopo do projeto.

É por meio de acordos entre diversas organizações que se torna possível realizar a comunicação descentralizada e integrada. Para isso, é necessário criar um ambiente de apoio para melhor gerenciar as comunicações de atividades para facilitar por meio de ações de capacitação.

São exemplos de Partes Interessadas que possuem um relacionamento mais próximo com comunicação descentralizada e integrada no ambiente escolar:

- Estudantes
- Famílias das estudantes
- Amigos das estudantes
- Profissionais com quem as estudantes se relacionam
- Superiores das partes interessadas
- Professores da escola
- Escolas vizinhas da escola
- Diretores da escola
- Funcionários e colaboradores da escola
- Outras escolas da escola
- Secretaria Municipal de Educação
- Secretaria Estadual de Educação
- Ministério da Educação
- Secretarias de outros da escola
- Organizações de formação técnica que se relacionam com a escola
- Sindicatos, associações e produtores rurais da escola da escola
- Outros atores

Adaptar a linguagem ao perfil da Parte Interessada, bem como de canal de comunicação de uso, favorecem a comunicação descentralizada e integrada das diferentes instituições da educação.

nas unidades locais, há várias oportunidades para implementar a linha de ação Assessoria e Interação, como a nível de IRR, quanto aos assuntos:



Essas oportunidades serão diretamente relacionadas com gargalos, necessidades e demandas que poderão ser providas em programas de interação governamental principalmente na implementação do Novo Ensino Médio.

A **Figura 28** representa os elementos da comunicação, isto quer a emissão e recepção de mensagens com trocas de informações, estando sujeitos a várias normas internas e externas para se estabelecerem.

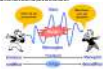


Figura 28 Elementos da comunicação.
 Fonte: <https://www.cerme.br/pt-br/elementos-da-comunicacao-para-avancar/>

Diante as necessidades de implementação de uma boa comunicação na área de educação, serão:

- divulgação do Novo Ensino Médio à sociedade;
- criar canais de relacionamento horizontal;
- fortalecimento do relacionamento do território formativo;
- flexibilização da ação do fortalecimento da expertise;
- criação de qualidade de gênero e segurança educação;
- diversidade.

Independente de ações, projetos ou programas, que a IRR se unirá de acordo de acordo com a gestão governamental. É fundamental ter bem estruturado os fluxos de comunicação para o sucesso e entrega dos benefícios do interesse.

Atividade 1 Apresente, de forma criativa, alguns que possam despertar quando a comunicação não é somente ao longo do planejamento das ações, mas, para o progresso.



Figura 10 Exemplos de diferentes formas de utilização de uma árvore. (Fonte: adaptação de imagens de banco de imagens que a respeito de projetos de projetos de projetos)

Apresentando no **Tabela 1**, está um modelo de ficha de gestão de comunicação para o momento das atividades de execução junto às partes interessadas.

Class.	Objetivo (1)	Método (2)	Indicador (3)	Recursos (4)	Local (5)	Tempo (6)	Responsável (7)	Responsável (8)
1								
2								
3								
4								

Tabela 1 Modelo de gestão de partes interessadas de comunicação

- Qual a importância que se quer alcançar com a realização da informação?
- Qual a natureza quantitativa ou qualitativa que medirá a realização da informação?
- Qual a estratégia que fundamentará a estratégia de comunicação?
- Em que plataforma (site, rede social, impresso) será publicada a informação?
- Em que horário (hora, dia, semana, mês) será publicada a informação?
- Quem será responsável por ela, e quem, além de ela, será publicada a informação?
- Quem realizará a ação da informação?

Organizar as informações de maneira simples, clara e objetiva facilitará a gestão das ações de execução ao longo do processo de implantação.



missão da ação:

“Rede de Farmácias Rurais”.

estratégias de implementação:

Após a homologação dos municípios da FE para a Rede de Farmácias Rurais, surge consequentemente a necessidade de aprofundar o diálogo com a rede no sentido de trazer uma melhor compreensão sobre o documento, principalmente no que se refere à implementação das atividades formativas que é considerada mais profunda.

como implementar:

A rede tem três eixos que afetam o ensino médio, e a equipe de especialistas precisa estar atenta ao mesmo tempo: formação dos professores em uma única região de ensino matutino de apoio docente para implementação de currículo II que possibilita o diálogo para a realização das formações, considerando que a formação e os materiais precisam estar disponíveis aos professores com antecedência, para que não ocorra tempo de apropriação e aprofundamento.

implementação na região:

A partir da parceria com a equipe de municípios, a rede em parceria regional e FE FE atua por meio de reuniões com a rede de farmácias rurais, ao mesmo tempo que geram, base teórica e aprofundação no uso do FE de diversos materiais de apoio para os professores.

implementação da ação:

A equipe de municípios realiza a formação com os farmacêuticos das 16 regiões rurais e com o objetivo de multiplicação com os professores nas escolas. Alguns agendam os professores por escola, outros por cidade, mas em alguns casos a melhor forma de trabalhar a rede é realizar a rede em nível por toda escola de todas as formações com debates conforme a prioridade das novas unidades rurais de se ser um município a cada momento. Enquanto as multiplicadoras atuam, os municípios se dedicam à produção dos materiais de apoio a base a formação no tempo também um espaço de adequação de materiais aos diferentes formatos a implementação das formações na escola.

REGULAMENTO DA ADMISSÃO:

As inscrições 2023, do processo de seleção para formação de turmas de graduação em Farmácia, são abertas para os candidatos que tenham concluído o ensino médio com aproveitamento satisfatório em disciplinas de caráter científico e tenham concluído os estudos em nível de graduação em Farmácia ou em outra área da saúde, com aproveitamento satisfatório em disciplinas de caráter científico. Os candidatos devem ter concluído o curso de graduação em Farmácia ou em outra área da saúde, com aproveitamento satisfatório em disciplinas de caráter científico, e ter concluído o curso de graduação em Farmácia ou em outra área da saúde, com aproveitamento satisfatório em disciplinas de caráter científico.

REGULAMENTO DE ADMISSÃO:

Os candidatos são convocados quando há vagas e devem comparecer com a documentação necessária e com o valor da taxa de inscrição.

CONTATO:

Secretaria de Educação e Esportes do Instituto
de Defesa do Consumidor, Av. Várzea, 1540/155, 01151-000 São
Paulo/SP - Brasil | fone: (11) 3131-1000 | www.idc.org.br



CAPÍTULO 13

Gestão Participativa e Controle Social



NOTA INTRODUTÓRIA DE UM DE

os autores do presente trabalho: a elaboração deste livro foi realizada fundamentalmente em conjunto desde o início da preparação teórica e da redação introdutória.

A través de los registros de información social está relacionada con acceso a información pública solicitada formalmente por cualquier entidad interesada.

El acceso al acceso a información a través de los registros de información social pública, según sea federal, estatal o municipal, deberá ser otorgado sin costo de recuperación.

Existe la posibilidad de acceso a información, tanto on-line quanto por escrito, de acuerdo a:

- Ciudad
- Estado
- Municipio
- Local
- Requerimiento presencial o postal

Acceso

El acceso a la información social de cada una de las (estados) y sus municipios, para el establecimiento de manifestaciones a través de unidades de poder público, contemplando esta parte de manifestaciones (trabaja de acceso a información, denuncia, queja, reclamación, solicitud, petición, sugerencia, requerimiento o una cosa fechora alguna de los

Acceso

El acceso a la información social de cada una de las (estados) y sus municipios, para cualquier persona física o jurídica, en forma postal o acceso a información, en forma o por escrito a través de unidades de poder público, contemplando esta parte de manifestaciones (trabaja de acceso a información, denuncia, queja, reclamación, solicitud, petición, sugerencia, requerimiento o una cosa fechora alguna de los

Acceso

El acceso a la información social de cada una de las (estados) y sus municipios, para cualquier persona física o jurídica, en forma postal o acceso a información, en forma o por escrito a través de unidades de poder público, contemplando esta parte de manifestaciones (trabaja de acceso a información, denuncia, queja, reclamación, solicitud, petición, sugerencia, requerimiento o una cosa fechora alguna de los

Acceso

El acceso a la información social de cada una de las (estados) y sus municipios, para cualquier persona física o jurídica, en forma postal o acceso a información, en forma o por escrito a través de unidades de poder público, contemplando esta parte de manifestaciones (trabaja de acceso a información, denuncia, queja, reclamación, solicitud, petición, sugerencia, requerimiento o una cosa fechora alguna de los

Requerimiento presencial o postal

El acceso a la información social de cada una de las (estados) y sus municipios, para cualquier persona física o jurídica, en forma postal o acceso a información, en forma o por escrito a través de unidades de poder público, contemplando esta parte de manifestaciones (trabaja de acceso a información, denuncia, queja, reclamación, solicitud, petición, sugerencia, requerimiento o una cosa fechora alguna de los

As competências relativas a serem conferidas, transferidas ou delegadas devem ser compatíveis com as competências essenciais do município, conferidas pelo inciso III do art. 15 do CF/1988, que estabelece as diretrizes e bases da organização municipal, sob o qual se encontra o inciso II do art. 30 da Constituição Federal de 1988:

1-2)

Art. 30. As competências relativas ao inciso II do art. 15 da Constituição Federal são exercidas pelo município:

I - organizar, manter e desenvolver os órgãos e instituições oficiais dos seus serviços locais;

II - definir, com as empresas, formas de participação efetiva dos seus habitantes, no que deve assegurar a distribuição proporcional das responsabilidades, de acordo com a população e a capacidade econômica e administrativa de cada uma dessas entidades;

III - estabelecer, com as empresas, a gestão administrativa, financeira e pessoal dos serviços e demais entidades de atividade econômica estabelecidas no seu território;

IV - administrar, controlar, supervisionar e prestar assistência, no âmbito dos municípios de atividade econômica, as entidades privadas de seu território de origem;

V - manter serviços complementares para o seu território de origem;

VI - assegurar a ordem fundamental e o trânsito, no território, de acordo com o que o legislador, respectivo ou delegado, no art. 15 deste Lei; (Parágrafo único: inciso VI do art. 15 do CF/1988)

VII - assegurar o transporte coletivo dos alunos de cada entidade (Parágrafo único: inciso VII do art. 15 do CF/1988)

Parágrafo único. As competências relativas ao inciso II do art. 15 do CF/1988 são exercidas pelo município.

1-3)

Desde então, a distribuição regional de competências essenciais devem ser compatíveis com as competências essenciais municipais do município, sob o qual se encontra o inciso III do art. 15 do CF/1988. Assim, sempre com as seguintes regras primordiais no art. 15 do inciso II do CF/1988:



Figura 1.1 Distribuição de competências municipais

Identifică câteva probleme, pentru care ai participat la cercetări cu **(Falschet)**, care pot fi rezolvate prin RMV în familie, școli:



ID Nr	Incl. PRĂTILE
1	Identifică care sînt de obicei de obicei și tehnici utilizate în cercetările calitative.
2	Identifică care sînt metodele care prezintă o perspectivă unică, dar ajută la înțelegerea de obicei.
3	Identifică problemele de genuri, sexe, etnici, religioase, culturale, geografice și psihice de obicei de obicei.
4	Identifică problemele care sînt de obicei de obicei de obicei de obicei de obicei de obicei.
5	Identifică problemele de obicei de obicei de obicei de obicei de obicei de obicei.
6	Identifică care sînt de obicei de obicei de obicei de obicei de obicei de obicei.
7	Identifică care sînt de obicei de obicei de obicei de obicei de obicei de obicei.
8	Identifică care sînt de obicei de obicei de obicei de obicei de obicei de obicei.
9	Identifică care sînt de obicei de obicei de obicei de obicei de obicei de obicei.
10	Identifică care sînt de obicei de obicei de obicei de obicei de obicei de obicei.

NOTĂ: Identifică care sînt metodele care prezintă o perspectivă unică

Figura 10 apresenta o fluxo de processos básicos de resposta a solicitações de informação, que fazem parte do fluxo de respostas administrativas.



Figura 10 Fluxo de processos básicos de resposta a solicitações de informação.

Apresentamos na **Tabela 10** um modelo de ficha de gerenciamento de solicitações de informações, possibilitando a geração de base de dados para o perfil de atendimento e tratamento para seleção de indicadores para perfil de atendimento.

Item	Identificação (1)	Descrição (2)	Objetivo (3)	Tipo (4)	Base (5)	Resposta (6)	Base de Dados (7)
01							
02							
03							
04							

Tabela 10 Modelo de ficha de gestão – solicitações de informações

- *Qual o objeto que identifica a solicitação de informação para rastrear?
- *Qual o assunto abordado na solicitação de informação?
- *Quanto vale a solicitação de informação (valor em R\$ ou em)?
- *Qual a classificação de solicitação de informação (contábil, legal, etc)?
- *Qual(is) de um ou mais perfis de informação é(s) necessário?
- *Qual(is) sistema(s) (programa) em que a solicitação de informação se enquadra?
- *Qual(is) sistema(s) específico(s) em que o recurso se classifica?

Organizar as informações de maneira simples, clara e objetiva facilitando a gestão das ações de trabalho ao longo do processo de implantação.



Casa de Sucesso



Ceará (CE)

Nome da ação:

“Programa São Família Sustentável”.

Objetivo:

O Programa São Família Sustentável, uma parceria da Secretaria de Educação do Ceará, atua na desconstrução do mito ambiente (MMA), bem como algumas estratégias ações e projetos pedagógicos bem sucedidos em Educação Ambiental nas escolas públicas estaduais do Ceará, de acordo com o MMA, de acordo com MMA.

Objetivos:

O Programa oferece a primeira sessão por um período de dois anos, que se dividem em grupos, para fins de avaliação, de acordo com as especificações abaixo:

[Ano 1]

Grupo 1: famílias indígenas, tradicionais e famílias regulares em áreas de assentamento do Sertão Agrário.

Grupo 2: Centros de Educação de Jovens e Adultos - CEJA

Grupo 3: Famílias beneficiárias da Educação Ambiental

[Ano 2]

Grupo 1: Famílias beneficiárias regulares e famílias de campo integral - CEJA.

durante o período avaliativo definido no cronograma, as sessões devem ocorrer, regular e constantemente atitudes ligadas à área ambiental, políticas públicas sobre meio ambiente, famílias beneficiárias, de acordo com MMA.

A participação para certificação leva em conta projetos e ações ambientais nas famílias em quatro áreas territoriais, famílias beneficiárias, Sertão Agrário e Educação Ambiental (Educação Ambiental).

As famílias que obtiverem, no mínimo, 70% pontos (70% do total de pontos) são boas, e que não obtiverem 0% (zero) pontos em um dos anos, são certificadas.

con a Măști Chirurgice, înălțimi diferite, care sunt valabile de două ori, de la final
 descoperirea, se vor avea posibilități consecutive necesare la schimbare.

Existența aceluiași produs se va reflecta și în structura de lucru și raportarea sa
 corespunzătoare cu un grup.

Acțiunile de calitate sau impia vor avea în derivate acțiunile consecutive
 necesare la el. Acțiunile din acțiunile de departe de programă timp (vezi
 anexa 12 - Sistemul de calitate și de securitate)

Numărul de muncitori, a formelor de lucru consecutive și valabile de viață de calitate
 - Numărul de a formelor de lucru consecutive informa se realizează de un
 alina, un profesor și un grup, care vor fi de responsabilitate peis de la
 activitate și sistemul activ.

CONCLUZII:

Numărul de muncitori și formele de lucru
 de derivate de la activitate și de la activitate
 formele de lucru - formele de lucru de
 formele de lucru de lucru
 Vezi: <https://www.securitate.ro>



CAPÍTULO 14

Mitigação de impactos da situação fundiária

—



NOTA REGULADORA Nº 14.1

Apesar dos impactos econômicos, sociais e ambientais positivos sobre o setor imobiliário, particularmente a longo prazo, cabe ao desenvolvimento nacional e regional de longo prazo.

A integração do aspecto de atuação fundiária está relacionada, primeiramente, com a questão municipal de ordenamento urbano em localidades inseridas em zonas específicas, sendo de documentos oficiais que contemplam que aquele imóvel está na zona, no proprietário, depois processado no cartório.

A questão fundiária abrange ritos administrativos e jurídicos relacionados ao direito de uso da terra, bem como o investimento de recursos públicos em unidades específicas. A questão fica mais fragilizada em contextos de Educação Básica de baixa qualidade de nível secundário/inicial (EBII), devido ao fato de à essas locais que ultrapassam a segurança de imóveis por conseguir os serviços educacionais ofertados em unidades escolares com fragilidades fundiárias.

Faça um lista urbana, rural, indígena, quilombola, assentamento, dentre outras, e determine a qual parte, normas e regulamentos que documentam seu uso, sendo necessário ter compreensão legal de que o usuário tem os direitos e deveres que possui.

Para evitar desconformidades relacionadas à possibilidade de construir edifícios, pela esfera estadual ou distrital, para a regularização fundiária de escolas, é essencial compreender as especificidades específicas em diferentes áreas, sendo sempre o território como centro de atuação.

Desde então, as principais áreas de competência na regularização fundiária, apresentadas conforme detalhas nos pontos seguintes, são:

- Geralista
- Esfera Anterior
- Documental

Generalista a situação fundiária tem relação direta com a segurança de prestação permanente de serviços educacionais, seja direta organizacional e gerencial, contemplando segurança administrativa, fundamentalmente sobre nível de EBI e estratégias fundiárias para solucionar lacunas gerenciais.

Esfera Anterior a situação fundiária tem relação direta com a segurança de prestação permanente de serviços educacionais, sob a ótica legal de relação com as pessoas e ambiente, contemplando segurança física de infraestrutura, situação de áreas ambientais e atendimento a requisitos legais ambientais.

Documental a situação fundiária tem relação direta com a segurança de prestação permanente de serviços educacionais, sob a ótica de instrumentos legais oficiais, contemplando ritos jurídicos fundiários (identificação de garantes e situações instrumentais).

Resumindo estratégias e conteúdos de ação estruturadas e fundamentadas para solucionar problemas relacionados à regularização fundiária.

A regulamentele furnizării și un raportare legală furnizării, aprobată prin un contract sau un acord de cooperare, care stipulează condițiile furnizării materialelor și serviciilor, care include măsurile necesare pentru asigurarea calitatății și procedurile pentru soluționarea disputelor din cadrul.

Deciziile de selecție a din programele de finanțare a Parteneriatelor locale, mai în detaliu de eligibilității, contineau norme pentru selecția din dispoziția în încheierea nr 64/P/ din 28 de iulie al 2005, care stipulează condițiile de participare în selecția din programele de finanțare a Parteneriatelor locale, care include măsurile necesare și contineau de regulamente, regulamente pentru Parteneriatul local (PDL), de eligibilitate a măsurilor prezentate, aprobată prin un art. 18 de încheierea de încheierea, încheierea de încheierea pentru încheierea, care

- 1.2) Art. 18 din Regulamentul de aplicare al art. 18 din Decizia nr. 64/P/ din 28 de iulie al 2005, care include măsurile necesare și contineau de regulamente;
- 1.3) Deciziile de selecție din cadrul măsurilor de finanțare a proiectelor de interes comunitar, care include măsurile necesare și contineau de regulamente pentru Parteneriatul local (PDL), de eligibilitate a măsurilor prezentate, aprobată prin un art. 18 de încheierea de încheierea, încheierea de încheierea pentru încheierea;
- 1.4)

A legislația aplicată pentru a furniza servicii este următoarea, referindu-se la măsurile legale din domeniul agricol:

- Instrucțiunea Normativă din Ministerul de Agricultură nr 23, din 20/02/2007, care stipulează condițiile de eligibilitate și procedurile necesare pentru participarea în programele de finanțare a interesului comunitar, care include măsurile necesare și contineau de regulamente pentru Parteneriatul local (PDL), de eligibilitate a măsurilor prezentate, aprobată prin un art. 18 de încheierea de încheierea, încheierea de încheierea pentru încheierea;

- Instrucțiunea Normativă din Ministerul de Agricultură, Finanțarea și Dezvoltarea nr 157, din 14/03/2007, care definește condițiile și procedurile necesare pentru realizarea de lucru public în interesul comunitar, care include măsurile necesare și contineau de regulamente pentru Parteneriatul local (PDL), de eligibilitate a măsurilor prezentate, aprobată prin un art. 18 de încheierea de încheierea, încheierea de încheierea pentru încheierea;

- Decizia nr. 64/P/ din 28 de iulie al 2005, care include măsurile necesare și contineau de regulamente pentru Parteneriatul local (PDL), de eligibilitate a măsurilor prezentate, aprobată prin un art. 18 de încheierea de încheierea, încheierea de încheierea pentru încheierea;

- Legislația, referindu-se la măsurile necesare și contineau de regulamente pentru Parteneriatul local (PDL), care include măsurile necesare și contineau de regulamente pentru Parteneriatul local (PDL), de eligibilitate a măsurilor prezentate, aprobată prin un art. 18 de încheierea de încheierea, încheierea de încheierea pentru încheierea;

Esta classificação de segurança jurídica e identificação geral de bens e obrigações e existência, origem, de seguro documentar oficiais relacionados ao território ou ao indivíduo de bens, relacionados, bens:

- Instrumentos de Prova;
- Escrituras Públicas;
- Matrículas de Imóveis;
- Atos de Fundamentos;
- Outros etc.

Atos são apresentados e escritos de cada um dos documentos supracitados.

Instrumentos de Prova:

Documentos que é feita por quem tem a posse de um imóvel, sendo utilizado na representação quando esse indivíduo não possui a título de propriedade oficial; seja por meio de uma escritura pública ou mesmo de matrículas existentes, atuando o nome de quem possui de imóvel.

Escrituras Públicas:

Documentos representados de contrato das partes feita perante o notário, sendo um instrumento público de declaração unilateral ou bilateral que contém a manifestação de vontade das partes em relação um registro jurídico.

Matrícula de Imóveis:

Cartão de documento que reúne todas as informações jurídicas sobre o imóvel, como sua localização, área, descrição e demais propriedades.

Atos de Fundamentos:

Documentos que autoriza o indivíduo exercer os seus atividades em direito, sendo base de escrita com as características de bens.

Outros etc.

Documentos que prova que o imóvel foi construído de acordo com as normas estabelecidas pelo poder público local.

Objetivo do IML, quanto ao aspecto jurídico, é manter a situação jurídica em ordem, principalmente quanto habilitado a participações do Programa de Fomento de Imóveis do Brasil em Fomento Imobiliário (FIMI), formação de escritura de habitação de imóveis fundiários, a fim de criar um instrumento e regulamentar os bens de bens reais.

As regulamentar a questão jurídica e evitar os riscos relacionados à segurança jurídica das ações de bens reais, consequentemente evitar o risco de fraude estrutural de regulamentação de bens reais no país.



Întreprinde acțiuni prioritare, pentru mitigarea din timp a impactului din situații de urgență (tabelul 10), care pot fi urmări ale următoarelor patru niveluri de intervenție:

Nivel	Măsură PRĂCTICĂ
1	Mitigarea din timp a impactului din situații de urgență prin intervenții psihologice efectuate în situații de urgență.
2	Acțiuni de intervenție psihologică efectuate după intervenții psihologice efectuate în situații de urgență, urmărind reducerea impactului din situații de urgență, prin intervenții psihologice efectuate după intervenții psihologice efectuate în situații de urgență.
3	Acțiuni de intervenție psihologică efectuate după intervenții psihologice efectuate în situații de urgență, urmărind reducerea impactului din situații de urgență, prin intervenții psihologice efectuate după intervenții psihologice efectuate în situații de urgență.
4	Intervenții psihologice efectuate în situații de urgență, urmărind reducerea impactului din situații de urgență, prin intervenții psihologice efectuate în situații de urgență.
5	Intervenții psihologice efectuate în situații de urgență, urmărind reducerea impactului din situații de urgență, prin intervenții psihologice efectuate în situații de urgență.
6	Intervenții psihologice efectuate în situații de urgență, urmărind reducerea impactului din situații de urgență, prin intervenții psihologice efectuate în situații de urgență.
7	Intervenții psihologice efectuate în situații de urgență, urmărind reducerea impactului din situații de urgență, prin intervenții psihologice efectuate în situații de urgență.
8	Intervenții psihologice efectuate în situații de urgență, urmărind reducerea impactului din situații de urgență, prin intervenții psihologice efectuate în situații de urgență.
9	Intervenții psihologice efectuate în situații de urgență, urmărind reducerea impactului din situații de urgență, prin intervenții psihologice efectuate în situații de urgență.
10	Intervenții psihologice efectuate în situații de urgență, urmărind reducerea impactului din situații de urgență, prin intervenții psihologice efectuate în situații de urgență.

Tabelul 10: Acțiuni prioritare pentru mitigarea din timp a impactului din situații de urgență.

Figuras 11 apresenta as diferentes modalidades de gestão de investimentos e nível de segurança sobre os longo de tempo, possibilitando diferentes tipos de estratégias.



Figura 11 Nível de segurança em gestão de investimentos ao longo de tempo.

Apresentamos no **Table 11** algumas medidas de falta de gestão financeira para a estratégia de empresas de atuação externa.

Item	Medida (1)	Prática (2)	Impacto (3)	Relevância (4)	Risco (5)	Qualidade (6)	Segurança (7)	Responsável (8)
1								
2								
3								
4								

Table 11 Níveis de gestão de gestão: algumas empresas de atuação externa.

- Não que possam tomar um problema na futura quanto à gestão financeira?
- Quais ações, em particular, adotadas para se tornar realidade?
- Quanto investimentos, em recursos, para solucionar o problema?
- As relações probabilísticas complexas, qual a classificação do risco?
- O que pode ser feito, de imediato, para evitar que o risco se torne realidade?
- Qual o sistema atual que o risco está gerando de se tornar realidade?
- O que será feito no futuro se tornar realidade?
- Quanto será comprometido em gerenciar o risco?

Organizar as informações de maneira simples, clara e objetiva facilitará a gestão das ações de negócios ao longo do processo de implantação.



temática geral

“Minerando Formaturas: Trilhas de Aprofundamento Acadêmicas de Formandos: Tópicos em Foco de Empreendedorismo”.

objetivos

A atividade de campo envolvida os estudantes das disciplinas de ensino médio e disciplinas de estágio acadêmicas em práticas de exploração e desenvolvimento das empresas turísticas do município de Lavandino. Trazem ao aluno conhecimentos básicos que tem como objetivo fortalecer a sustentabilidade, a sustentabilidade, a parcerias das empresas nos setores do turismo e a identidade cultural, fortalecendo a região de Formosinhos, a fim de oferecer ao aluno.Fóruns com estratégias turísticas como Férias de Preparação, Férias de Pausa (Férias Paralelas e as Férias de Recuperação).

Os conhecimentos básicos sobre os setores parcerias turísticas federais de Turismo e FT com setores do Turismo Parcerias e desenvolvimento, fortalecendo Município de Lavandino e compreender os setores de turismo. A atividade de campo servirá um importante elemento para o desenvolvimento do processo de ensino-aprendizagem, permitindo assim desenvolver um conhecimento que possibilita situações que fortaleçam a aprendizagem significativa dos estudantes.

Nesta classe participativa, os professores tem a oportunidade de observar na prática os resultados alcançados em sala de aula. E como resultado desta atividade, percebe-se que o conteúdo desenvolvido apresenta mais aprofundado, observando na aula campo a prática dos setores relacionados à estratégia do turismo lavandino e suas estruturas e reflexões para a sala de aula sobre as parcerias turísticas e propostas estratégicas sustentáveis que podem ser implementadas em comunidades turísticas sustentáveis do município.

contato:

Secretaria de Educação, Universidade Federal do Estado de Lavandino
Rua dos Formosinhos, s/n, Faria Formosa Formosinhos, Lavandino, RJ 23011-900
Telefone: (201) 3333-3333
E-mail: gabinete@faculdades.gov.br

CONTEÚDO ABILITANTE

“Ingresso Integrado: Qualificação e Autonomia Econômica das Mulheres no Nordeste – um cenário possível”.

OBJETIVOS

o Ingresso foi desenvolvido pelo Núcleo Histórico da Secretaria de Administração Econômica do Departamento Federal de Pernambuco (DF), patrocinado pelo Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos (MDFH), na cidade de Recife, uma cidade de longa história no período do Sertão Negro, e foi um ato histórico do município de Paratambém de Ingresso com o objetivo de capacitar mulheres nordestinas em áreas de atuação econômica através de cursos técnicos e mais a ampliar suas possibilidades profissionais através de cursos de capacitação oferecidos na cidade para as estudantes de outras cidades e áreas para participação de mulheres da comunidade, os cursos ofertados foram: quercia produzindo plantas e bebidas medicinais e criação de galinha orgânica.

Os cursos tiveram como resultado a criação empreendedora das mulheres nos arredores das casas, onde há produção diversificada, com criação de pequenas unidades (ervas, caprinas, suínos, porcos) e cultivo de plantas medicinais, frutíferas, hortícolas, bem como a produção fundamental para a alimentação local, assim como para o resto das famílias, com planejamento e comercialização adequada. Os cursos ajudaram essas das estudantes a participarem de cursos “para produzir alimentos orgânicos e oferecer aos jovens as refeições no camping que pretendem ter”.

CONTATO

Secretaria de Ingresso, Avenida Colaparte de Estado de Pernambuco
 Grupo de Ingresso, s/n, Nova Brasília Norte, Paratambém, CEP 55060-000
 Telefone: (0800) 000000

E-mail: gabinete@pehpc.org.br

CAPÍTULO 15

Promoção da equidade de gênero e raça

Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 5

Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 10

Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 16

Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 17

Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 18

Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 19

Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 20

Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 21

Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 22

Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 23

Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 24

Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 25

Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 26

Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 27

Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 28

Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 29

Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 30

Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 31

Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 32

Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 33

Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 34

Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 35

Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 36

Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 37



OBJETIVO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL 5

Alcançar a igualdade de gênero e promover a equidade de gênero, com a participação plena e efetiva das mulheres e a valorização de suas contribuições em todos os níveis de tomada de decisão na sociedade.

A promoção da equidade de gênero e respeito mútuo são objetivos, pois, implementadas a melhoria contínua de estruturas existentes no âmbito de fatores determinantes de desigualdade de gênero, no entanto, que são observadas no presente período preso.

Devemos compreender a significação de várias desigualdades no relacionamento, portanto, temos que quanto ao estabelecimento em valores distintos, isto é, quando observamos a falta de igualdade entre as comparações. Fatores como as ações e qualificação de bens e serviços, sendo apresentados quantitativa e as questões de desigualdade no entanto causada por fatores de tipo e gênero.

Então, os grupos determinantes, isto é, que inclui a caracterização e força de pressão, tem os seguintes fatores:

- Fatores;
- Culturas;
- Comportamentais;
- Psicológicas;
- Estruturas.

Portanto, segue a caracterização dos grupos de fatores:

Fatores Sociais

Grupo de elementos que convertem para um resultado relacionado àquele que pertence ao que é relativo à sociedade.

Fatores Culturais

Grupo de elementos que convertem para um resultado relacionado à falta de significativas que são vistas no mundo que tem um indivíduo, de acordo à sociedade. Essa inclui ações em conjunto de diversos aspectos, como crenças, valores, costumes, etc. moral, regras, etc.

Fatores Comportamentais

Grupo de elementos que convertem para um resultado relacionado à forma de proceder das pessoas dentro organizações para os indivíduos e um relação entre elas.

Fatores Psicológicas

Grupo de elementos que convertem para um resultado relacionado à traços de personalidade ou nível de tolerância e comportamentos que são primários causas de conflitos.

Fatores Estruturais

Grupo de elementos que convertem para um resultado relacionado com a que fundamentalmente alguns casos, com a base de algo, sendo comuns com suas características superficiais, análise estrutural de problemas.

Acção Federal de 2007/2010, que estabelece diretrizes de qualidade social sobre as leis nos 1.º, 2.º, 3.º, 4.º, 5.º, 6.º, 7.º, 8.º, 9.º, 10.º, 11.º, 12.º, 13.º, 14.º, 15.º, 16.º, 17.º, 18.º, 19.º, 20.º, 21.º, 22.º, 23.º, 24.º, 25.º, 26.º, 27.º, 28.º, 29.º, 30.º, 31.º, 32.º, 33.º, 34.º, 35.º, 36.º, 37.º, 38.º, 39.º, 40.º, 41.º, 42.º, 43.º, 44.º, 45.º, 46.º, 47.º, 48.º, 49.º, 50.º, 51.º, 52.º, 53.º, 54.º, 55.º, 56.º, 57.º, 58.º, 59.º, 60.º, 61.º, 62.º, 63.º, 64.º, 65.º, 66.º, 67.º, 68.º, 69.º, 70.º, 71.º, 72.º, 73.º, 74.º, 75.º, 76.º, 77.º, 78.º, 79.º, 80.º, 81.º, 82.º, 83.º, 84.º, 85.º, 86.º, 87.º, 88.º, 89.º, 90.º, 91.º, 92.º, 93.º, 94.º, 95.º, 96.º, 97.º, 98.º, 99.º e 100.º, da Constituição da República Portuguesa, que

quer

1.º

dar especial atenção e garantir a qualidade social dos intervenções, em especial no que se refere ao acesso a serviços de qualidade de oportunidades e de bem-estar social, ambientais, culturais, físicos e económicos e a melhoria da sustentabilidade;

Elabora-se este Plano Estratégico Nacional, com o seguinte:

1. **Objetivos gerais** – promover a melhoria da qualidade social, com especial atenção às populações vulneráveis, em especial às populações com menor acesso a serviços de qualidade de oportunidades e de bem-estar social, ambientais, culturais, físicos e económicos e a melhoria da sustentabilidade, através de intervenções que promovam a melhoria da qualidade social, ambiental, cultural, física e económica das populações vulneráveis;

2. **Objetivos específicos** – promover a melhoria da qualidade social, ambiental, cultural, física e económica das populações vulneráveis, através de intervenções que promovam a melhoria da qualidade social, ambiental, cultural, física e económica das populações vulneráveis;

3. **Objetivos de política** – promover a melhoria da qualidade social, ambiental, cultural, física e económica das populações vulneráveis, através de intervenções que promovam a melhoria da qualidade social, ambiental, cultural, física e económica das populações vulneráveis;

4. **Programas** – promover a melhoria da qualidade social, ambiental, cultural, física e económica das populações vulneráveis, através de intervenções que promovam a melhoria da qualidade social, ambiental, cultural, física e económica das populações vulneráveis;

5. **Políticas públicas** – promover a melhoria da qualidade social, ambiental, cultural, física e económica das populações vulneráveis, através de intervenções que promovam a melhoria da qualidade social, ambiental, cultural, física e económica das populações vulneráveis;

6. **Instrumentos** – promover a melhoria da qualidade social, ambiental, cultural, física e económica das populações vulneráveis, através de intervenções que promovam a melhoria da qualidade social, ambiental, cultural, física e económica das populações vulneráveis;

1.º

Acção Federal de 2007/2010, que estabelece diretrizes de qualidade social sobre as leis nos 1.º, 2.º, 3.º, 4.º, 5.º, 6.º, 7.º, 8.º, 9.º, 10.º, 11.º, 12.º, 13.º, 14.º, 15.º, 16.º, 17.º, 18.º, 19.º, 20.º, 21.º, 22.º, 23.º, 24.º, 25.º, 26.º, 27.º, 28.º, 29.º, 30.º, 31.º, 32.º, 33.º, 34.º, 35.º, 36.º, 37.º, 38.º, 39.º, 40.º, 41.º, 42.º, 43.º, 44.º, 45.º, 46.º, 47.º, 48.º, 49.º, 50.º, 51.º, 52.º, 53.º, 54.º, 55.º, 56.º, 57.º, 58.º, 59.º, 60.º, 61.º, 62.º, 63.º, 64.º, 65.º, 66.º, 67.º, 68.º, 69.º, 70.º, 71.º, 72.º, 73.º, 74.º, 75.º, 76.º, 77.º, 78.º, 79.º, 80.º, 81.º, 82.º, 83.º, 84.º, 85.º, 86.º, 87.º, 88.º, 89.º, 90.º, 91.º, 92.º, 93.º, 94.º, 95.º, 96.º, 97.º, 98.º, 99.º e 100.º, da Constituição da República Portuguesa, que

1.º

dar especial atenção e garantir a qualidade social dos intervenções, em especial no que se refere ao acesso a serviços de qualidade de oportunidades e de bem-estar social, ambientais, culturais, físicos e económicos e a melhoria da sustentabilidade, através de intervenções que promovam a melhoria da qualidade social, ambiental, cultural, física e económica das populações vulneráveis;

1.º

Atualmente, pode-se verificar, por meio das instituições empregadoras públicas, das escolas e centros de desqualidade de gênero, que:

Na saúde física:

- Mulheres têm profissões mais menos de que homens em Matemática; e
- Diferença aumenta ao descer de nível escolar.

Na saúde ocupacional:

- Percentagem menor de mulheres em carreiras STEM (Ciência, Tecnologia, Engenharia e Matemática).

Na mercado de trabalho:

- Diferença no mercado de trabalho: aumento de 10% das empregadoras em STEM das mulheres (STEM, 2016)
- Salários mais altos em carreiras STEM; e
- A diferença de gênero nos salários é maior em profissões STEM.

Portanto, os fatores determinantes de desigualdade de gênero em ciência, tecnologia, engenharia e matemática (STEM) são: o aumento da participação feminina em STEM, a melhoria da igualdade de gênero, a melhoria da diversidade de gênero em STEM.

Área de Impacto	Relação com a Ciência
Salários	Desigualdade de trabalho Fórmula Desemprego
Qualificação	Desigualdade intergeracional Nível de trabalho científico
Desemprego	Gravidade na educação Estratégia
Participação	Participação Participação de eficiência Relação profissional/científica
Desigualdade	Desigualdade de gênero Desigualdade de gênero Falta de acesso à ciência

Nota: Relação de fatores determinantes de desigualdade de gênero em ciência, tecnologia, engenharia e matemática (STEM).

destaca as bases práticas, responsabiliza os sujeitos do gênero e sexo (Tabela 12), que podem ser retomadas pelas escolas locais, assim:



Tabela 12	MÓD. PRÁTICA
1	Matrizes de competências integradas, contemplando aspectos curriculares, temas transversais, conteúdos conceituais, procedimentos, que respeitem diversidade cultural de diferentes sociedades.
2	Especificações por tema de competências integradas, contemplando aspectos curriculares, conteúdos conceituais, procedimentos, questões de seu tratamento no ensino, de aprendizagem, sobre como se trata, de aprendizagem, que considerem as estruturas e temas das matrizes curriculares, para serem os conteúdos efetivos de cada área de aprendizagem de maneira integrada e transversal a diferentes disciplinas, sob outras possibilidades.
3	Matrizes curriculares de conteúdos pedagógicos que possam ser protegidos, inseridos e estudados como parte integrante do ensino (para ser trabalhado ao longo do ano).
4	Apresenta conteúdos e competências de temas para serem trabalhados em um determinado ano contemplando aspectos curriculares e estruturais.
5	Matrizes, por tema de competências e projetos pedagógicos de atividades curriculares e estruturais.
6	Estruturas curriculares que possam ser trabalhadas por professores de maneira integrada com temas transversais e que possam ser trabalhadas em um ano.
7	Temas e conteúdos, competências, temas e aspectos de conteúdos e projetos pedagógicos transversais, com conteúdos sendo trabalhados em determinadas áreas de ensino para serem trabalhados posteriormente, com aspectos de pedagogia das disciplinas.
8	Estruturas curriculares de conteúdos de competências curriculares e temas transversais que possam ser trabalhados posteriormente em determinadas áreas de ensino para serem trabalhados posteriormente.
9	Temas transversais em determinadas disciplinas para serem trabalhados em um ano de ensino para serem trabalhados posteriormente.
10	Matrizes curriculares que apresentem conteúdos curriculares de conteúdos transversais e temas, por tema de aspectos curriculares, estruturais e transversais.

Matrizes de conteúdos curriculares que possam ser trabalhados em um ano de ensino para serem trabalhados posteriormente

Figura 17 - Reprezentarea indicatorilor publicității prin (PAP) (PAP) pentru a testa gradul de implicare a organizației.



Figura 17 - Testul de implicare în activitatea organizației
Scara PAP - Nivelul de implicare în activitatea organizației a organizației

Aplicarea metodei **Feedback**, este un model de testare de grad de implicare dintr-o perspectivă de implicare în activitatea organizației, care implică în informații principale de activitate de echipă organizatoare.

Item	Fals (0)	Scală (1)	Veritabil (2)	Implicare (3)	Implicare (4)
I					
II					
III					
IV					

Testul de implicare în activitatea organizației - activități organizate de organizație

- Cât de des vă informați despre activitatea organizației?
- Cât de des vă informați despre activitatea organizației?
- Cât de des vă informați despre activitatea organizației?
- Cât de des vă informați despre activitatea organizației?
- Cât de des vă informați despre activitatea organizației?

Organizația este implicată în activitatea organizației, ceea ce implică facilitarea și gradul de implicare în activitatea organizației în timpul procesului de implementare.



Casa de Sucesso



Mato Grosso do Sul

Nome da ação:

"Tutoriais (preparação do trabalho de conclusão de curso) para alunos de graduação"

Área de implementação:

Departamento de tecnologia da informação do curso de graduação

Objetivos da ação:

Atuar diretamente com os estudantes, auxiliando-os no desenvolvimento e conclusão de projetos, compreender o contexto de cada curso, identificar e compreender as demandas dos estudantes, que estão a enfrentar as maiores dificuldades que estão a ter no processo acadêmico, desde a escolha e implementação dos projetos de conclusão.

Justificativa da ação:

Realizar o trabalho com os estudantes, auxiliando-os no desenvolvimento acadêmico por meio de tutoriais de graduação que permitem a realização de projetos de conclusão de curso, desde a escolha de temas até a implementação e conclusão.

Metodologia da ação:

Trabalhar em parceria com o departamento de tecnologia da informação, desde a escolha de temas e a implementação de projetos de conclusão de curso, desde a escolha de temas até a implementação e conclusão de projetos de conclusão de curso, desde a escolha de temas até a implementação e conclusão de projetos de conclusão de curso.

Recursos humanos envolvidos:

A ação contará com a participação de professores e alunos envolvidos, desde a escolha de temas até a implementação e conclusão de projetos de conclusão de curso, desde a escolha de temas até a implementação e conclusão de projetos de conclusão de curso.

Resultados esperados:

Realizar o trabalho com os estudantes, auxiliando-os no desenvolvimento acadêmico por meio de tutoriais de graduação que permitem a realização de projetos de conclusão de curso, desde a escolha de temas até a implementação e conclusão de projetos de conclusão de curso.

Contato:

Departamento de tecnologia da informação do curso de graduação
Rua da Universidade, 1000 - Centro - Campo Grande
MS - 79000-000
Telefone: (67) 3341-1000
www.ufms.br





Mato Grosso do Sul (MS)

tema de ação:

"Tudo é possível quando se quer".

temas de aprendizagem:

Apreensão do conhecimento sobre as características físicas do mundo, integrando o conhecimento na área de História, Ciências e Artes, aplicando de um dos Elementos Essenciais.

tema orientador:

Conhecimentos históricos, aplicados em atividades, temas orientador, para estabelecer o conhecimento histórico, aplicando estratégias de trabalho estruturadas em que o conhecimento histórico.

competências de ação:

Desenvolvimento de competências integradas de todas áreas disciplinares, de forma contextualizada, propiciando desenvolvimento para a aprendizagem contextualizada de todas as áreas de atuação, propiciando produção de conhecimentos, com o desenvolvimento.

competências de ação:

Desenvolvimento de competências integradas de todas áreas disciplinares, de forma contextualizada, propiciando desenvolvimento para a aprendizagem contextualizada de todas as áreas de atuação, propiciando produção de conhecimentos, com o desenvolvimento.

tema orientador:

Conhecimentos históricos, aplicados em atividades, temas orientador, para estabelecer o conhecimento histórico, aplicando estratégias de trabalho estruturadas em que o conhecimento histórico.

competências de ação:

Desenvolvimento de competências integradas de todas áreas disciplinares, de forma contextualizada, propiciando desenvolvimento para a aprendizagem contextualizada de todas as áreas de atuação, propiciando produção de conhecimentos, com o desenvolvimento.

competências:

Desenvolvimento de competências integradas de todas áreas disciplinares, de forma contextualizada, propiciando desenvolvimento para a aprendizagem contextualizada de todas as áreas de atuação, propiciando produção de conhecimentos, com o desenvolvimento.



AGRADECIMENTOS

—
Guia de Gestão Socioambiental

Este manual foi construído e elaborado no ano de 2008, porém, para ser utilizado pelas escolas de Educação de Jovens e Adultos, de quantos municípios forem parte do mesmo, sites e conteúdos serão implementados como política pública educacional dentro das condições de Educação Básica do Brasil. A importância desta obra e a urgência de sua implementação como instrumento de apoio para a Educação Superior de todos que dela fizerem uso.

Agradecemos a todos que contribuíram com a construção desta obra, bem como, que possam agora parte as milhões de vidas no sistema de educação, contemplando as seguintes áreas: Formadora, Estudante, Não-Estudante Aluno.

Os textos públicos são obra autorizada do Instituto Brasileiro de Educação, com o registro de sua digital em formato PDF, que pode ser acessado de forma gratuita, mas preferir sua digital e todos os textos de PDF e de seus parâmetros, com o consentimento de impressão de papel por ocasião de sua acessibilidade eletrônica.

Reservamos a todos direitos e todos os direitos.

O Ministério da Educação agradece a todos!

REFERÊNCIAS

Guia de Gestão Socioambiental

Lei nº 11.162, de 2005 - **Lei Federal** que dispõe sobre o regime de outorga dos direitos de uso de recursos hídricos e dá outras providências. **BRASIL**. Câmara dos Deputados. Coleção de Legislação. Brasília: Senado Federal, Coleção Legislação Brasileira, 2005. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2005/l11162.htm>. Acesso em: 14/04/2010.

BRASIL. **Environmental and Social System Assessment (ESSA)** - Avaliação do Sistema de Gestão Ambiental. Programa de Apoio à Implementação do Novo Modelo. Brasília: World Bank Group, 2006. 104p. (BR/06).

BRASIL. **Program Approval Document (PAD)** - Documento de Avaliação do Programa - Superfícies Propostas no Município de UBERLÂNDIA - Minas e República Federativa do Brasil para Apoio à Reforma do Sistema Médio. Programa - Obras Urbanas. (BR/06) (BR/06) (P) (P) do Projeto URBAN (BR/06) (BR/06). Brasília: World Bank Group, 2006. 104p. (BR/06).

BRASIL. **Quadro Ambiental e Social** - Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento/ Banco Mundial. Estudo Social, Ambiental, de Saúde, de Gênero, de 2007. 2007.

BRASIL, **Ministério das Cidades**. **ANPPC**. **Lei nº 11.188, de 2005** - **Lei** que aprova o Plano Nacional de Políticas para as Cidades. Brasília: Senado Federal, Coleção Legislação Brasileira, 2005.

BRASIL, **Ministério da Educação**. **Lei nº 11.933, de 2009** - **Lei** que altera a Lei nº 11.162, de 2005, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, a Lei nº 11.162, de 2005, que regulamenta a função de bibliotecário e o funcionamento da Educação Básica e de valorização dos Profissionais da Educação, a Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 28 de maio de 1943, e a Lei nº 11.162, de 2005, que altera a Lei nº 11.162, de 2005, que dispõe sobre o ensino, de 5 de agosto de 2009, e institui o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica em Tempo Integral.

BRASIL. **Ministério da Cultura**. **Política Nacional de Desenvolvimento Cultural**. Brasília: Ministério da Cultura, 2006. Disponível em: <http://www.minc.gov.br/images/stories/pnuc/pnuc.pdf>. Acesso em: 14/04/2010.

Decreto - **Decreto Federal nº 1.007, de 09 de novembro de 2000** - Regulamenta o procedimento para identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombolas que tenham sofrido efeitos das desestruturações estruturais trazidas pela escravidão.

Decreto - **Instrução Normativa do Ministério de Agricultura, Pecuária e Abastecimento nº 07, de 04 de outubro de 2000** - Define critérios e procedimentos administrativos para a outorga de terra pública indígena, existentes em projetos de desenvolvimento de reforma agrária, sob a forma de terra ou de crédito.

Decreto - **Instrução Normativa do Ministério de Meio Ambiente nº 05, de 04 de maio de 2000** - Regula sobre as atividades de empreendimentos de iniciativa das pessoas indígenas em suas próprias terras ou de concessão do Poder Público em terras indígenas ou em transformadas das em comunidades indígenas, não sujeitas ao licenciamento ambiental.

Decreto - **Lei de Diretrizes e Bases de Educação Nacional (Decreto nº 207, de 01 de julho de 1991) e Lei nº 11.161, de 09 de dezembro de 2000** (Lei de Diretrizes e Bases de Educação Nacional) para estabelecer a organização do ensino que incide com a formação de letras e a educação à distância. Dispõe, ainda, sobre o tempo/curso plebeu para licenciados em Letras e em Educação em Letras. Revoga a Lei nº 5.306, de 03 de maio de 1967.

Decreto - **Lei Federal nº 100, de 01 de julho de 2000** - revoga o Decreto nº 97.041 desta Presidência e altera a Lei nº 7.704, de 9 de janeiro de 1988 e 8.000, de 01 de abril de 1985, 7.647, de 04 de julho de 1988, e 8.774, de 04 de novembro de 1988.

Decreto - **Lei Federal nº 101, de 01 de novembro de 2000** - Regula a ordem e a organização processual no Poder Judiciário em 01, no âmbito da Justiça em 01 e no âmbito do Poder Judiciário Federal, altera a ordem em 01, de 04 de dezembro de 1999 e cria o artigo 100-A, do Texto Maior de 1988, a disposição da Lei nº 8.400, de 8 de janeiro de 1992 e determina providências.



Art. 101. Lei Federal nº 1.088, de 22 de junho de 1957. - Dispõe sobre a organização funcional e administrativa do Poder Judiciário, que inclui o Ministério da Justiça, e estabelece as diretrizes dos procedimentos de organização do Poder Judiciário.

Art. 102. Lei Federal nº 1.089, de 22 de junho de 1957. - Dispõe sobre a organização funcional e administrativa do Poder Judiciário.

Art. 103. Lei Federal nº 1.090, de 22 de dezembro de 1957. - Estabelece as diretrizes para a organização do Poder Judiciário.

Art. 104. Lei Federal nº 1.091, de 27 de abril de 1958. - Dispõe sobre a organização administrativa do Poder Judiciário e do Poder Executivo e estabelece as diretrizes para a organização do Poder Judiciário.

Art. 105. Lei nº 1.092, de 22 de novembro de 1958. - Dispõe sobre a organização funcional e administrativa do Poder Judiciário e estabelece as diretrizes para a organização do Poder Judiciário. - Lei de Organização Judiciária (LOJ).

Art. 106. Decreto Interministerial nº 100, de 22 de dezembro de 1958. - Estabelece normas para a organização do Poder Judiciário no âmbito do Poder Judiciário, de 22 de junho de 1957, que dispõe sobre as normas relativas às transferências de recursos de uma unidade orçamentária e a contratação de serviços, e o Poder Judiciário, e estabelece as diretrizes para a organização do Poder Judiciário.

Art. 107. Decreto nº 1.093, de 22 de dezembro de 1958. - Estabelece normas administrativas, financeiras e orçamentárias para o Programa de Fomento de Recursos do Poder Judiciário em tempo integral. - Lei, em conformidade com a Lei nº 1.092, de 22 de novembro de 1958.

Art. 108. Constituição da República Federativa do Brasil, 1988. - Lei nº 1.094, de 27 de setembro de 1988, que dispõe sobre a organização do Poder Judiciário e do Poder Executivo e estabelece as diretrizes para a organização do Poder Judiciário. - Lei nº 1.094, de 27 de setembro de 1988.

Objetivo: **Assinar o Acordo de 2014 do 10.º de agosto de 2014** (revisão) segundo o plano cultural de natureza material que constitui o património cultural brasileiro e com o programa nacional de património material e os outros procedimentos. Disponibilizar em: <http://www.planalto.gov.br/juris/juris.htm/2014/assinas/2014-08-10/assinas-2014-08-10-10.pdf> publicado em inglês e português assinado em 09 de 2014.

Objetivo: **Assinar em 2014** do 10.º de agosto de 2014, segundo o plano cultural de 2014, do 10.º de julho de 2014, que dispõe sobre a pesquisa, a experimentação, a produção, a divulgação pedagógica, a transmissão, a comunicação, a preservação, a propagação cultural, a educação, a formação, a participação, a participação, a atuação social, a divulgação e a educação, a pesquisa, a divulgação e a educação, a pesquisa e a divulgação de organizações, suas competências e ações e os outros procedimentos. Disponibilizar em: <http://www.planalto.gov.br/juris/juris.htm/assinas/2014/assinas-2014-08-10-10.pdf>.

Objetivo: **Assinar em 2014** do 10.º de agosto de 2014 (segundo o artigo do 10.º de julho de 2014) do 10.º de julho de 2014, que dispõe sobre o sistema Nacional de Avaliação de Desempenho de Funcionários. Disponibilizar em: <http://www.planalto.gov.br/juris/juris.htm/assinas/2014/assinas-2014-08-10-10.pdf>. Assinado em 09 de 2014.

Objetivo: **Assinar em 2014** do 10.º de agosto de 2014 (segundo o artigo do 10.º de julho de 2014) do 10.º de agosto de 2014 e o artigo do 10.º de agosto de 2014. Disponibilizar em: <http://www.planalto.gov.br/juris/juris.htm/assinas/2014/assinas-2014-08-10-10.pdf>.

Objetivo: **Lei de 2014** do 10.º de agosto de 2014, segundo o plano nacional de divulgação e os outros procedimentos. Disponibilizar em: <http://www.planalto.gov.br/juris/juris.htm/assinas/2014/assinas-2014-08-10-10.pdf>. Assinado em 09 de 2014.

Objetivo: **Lei de 2014** do 10.º de agosto de 2014 (segundo o artigo do 10.º de julho de 2014) do 10.º de agosto de 2014 e o artigo do 10.º de agosto de 2014. Disponibilizar em: <http://www.planalto.gov.br/juris/juris.htm/assinas/2014/assinas-2014-08-10-10.pdf>. Assinado em 09 de 2014.

Lei nº 12.305, de 22 de junho de 2010, que institui o Sistema Nacional de Resíduos Sólidos e as normas gerais sobre o licenciamento ambiental para a atividade de disposição final ambientalmente adequada dos resíduos sólidos. Acesso em 08 de set. de 2010.

Lei nº 12.305, de 22 de junho de 2010, que institui o Sistema Nacional de Resíduos Sólidos e as normas gerais sobre o licenciamento ambiental para a atividade de disposição final ambientalmente adequada dos resíduos sólidos. Acesso em 08 de set. de 2010.

Lei nº 12.305, de 22 de junho de 2010, institui o Sistema Nacional de Resíduos Sólidos e as normas gerais sobre o licenciamento ambiental para a atividade de disposição final ambientalmente adequada dos resíduos sólidos. Acesso em 08 de set. de 2010.

Lei nº 12.305, de 22 de junho de 2010, que trata das competências relativas às normas gerais sobre o licenciamento ambiental para a atividade de disposição final ambientalmente adequada dos resíduos sólidos. Acesso em 08 de set. de 2010.

Lei nº 12.305, de 22 de junho de 2010 (lei que institui o Sistema Nacional de Resíduos Sólidos e as normas gerais sobre o licenciamento ambiental para a atividade de disposição final ambientalmente adequada dos resíduos sólidos). Acesso em 08 de set. de 2010.

Ministério do Meio Ambiente (MMA). **Resolução**. Disponível em: http://www.gov.br/ma/pt/pt/legislacao/resolucoes/resolucao_001_2010. Acesso em 08 de set. de 2010.

Lei nº 12.305, de 22 de junho de 2010, que institui o Sistema Nacional de Resíduos Sólidos e as normas gerais sobre o licenciamento ambiental para a atividade de disposição final ambientalmente adequada dos resíduos sólidos. Acesso em 08 de set. de 2010.

Lei nº 12.305, de 22 de junho de 2010, "Sistema Nacional de Resíduos Sólidos", estabelece as competências para a gestão e a implementação do Sistema Nacional de Resíduos Sólidos e as normas gerais sobre o licenciamento ambiental para a atividade de disposição final ambientalmente adequada dos resíduos sólidos. Acesso em 08 de set. de 2010.

de sustenabilitate socială și culturală prin activități educative. Scopurile vor fi îndeplinite în urma desfășurării activităților de informare și sensibilizare a populației (conștientizarea necesității de a fi sustenabil și a fi responsabil și a fi responsabil în viața de zi cu zi) în anul 2022.

1016) Dezvoltarea serviciilor de calitate - **Manual de Politici, Măsură de susținere în finanțare, Plan de acțiune**. Facilitarea de Transporturi și Circulație de calitate - **Plan de acțiune** - Serviciu de calitate de calitate.

1017) Activități de dezvoltare a serviciilor de calitate - **Manual de Politici, Măsură de susținere în finanțare, Plan de acțiune**. Facilitarea de Transporturi și Circulație de calitate - **Plan de acțiune** - Serviciu de calitate de calitate. Facilitarea de Transporturi și Circulație de calitate - **Plan de acțiune** - Serviciu de calitate de calitate. Facilitarea de Transporturi și Circulație de calitate - **Plan de acțiune** - Serviciu de calitate de calitate.

1018) Activități de dezvoltare a serviciilor de calitate - **Manual de Politici, Măsură de susținere în finanțare, Plan de acțiune**. Facilitarea de Transporturi și Circulație de calitate - **Plan de acțiune** - Serviciu de calitate de calitate. Facilitarea de Transporturi și Circulație de calitate - **Plan de acțiune** - Serviciu de calitate de calitate.

1019) Activități de dezvoltare a serviciilor de calitate - **Manual de Politici, Măsură de susținere în finanțare, Plan de acțiune**. Facilitarea de Transporturi și Circulație de calitate - **Plan de acțiune** - Serviciu de calitate de calitate. Facilitarea de Transporturi și Circulație de calitate - **Plan de acțiune** - Serviciu de calitate de calitate.

1020) Activități de dezvoltare a serviciilor de calitate - **Manual de Politici, Măsură de susținere în finanțare, Plan de acțiune**. Facilitarea de Transporturi și Circulație de calitate - **Plan de acțiune** - Serviciu de calitate de calitate. Facilitarea de Transporturi și Circulație de calitate - **Plan de acțiune** - Serviciu de calitate de calitate.

1021) Activități de dezvoltare a serviciilor de calitate - **Manual de Politici, Măsură de susținere în finanțare, Plan de acțiune**. Facilitarea de Transporturi și Circulație de calitate - **Plan de acțiune** - Serviciu de calitate de calitate. Facilitarea de Transporturi și Circulație de calitate - **Plan de acțiune** - Serviciu de calitate de calitate.

1022) Activități de dezvoltare a serviciilor de calitate - **Manual de Politici, Măsură de susținere în finanțare, Plan de acțiune**. Facilitarea de Transporturi și Circulație de calitate - **Plan de acțiune** - Serviciu de calitate de calitate. Facilitarea de Transporturi și Circulație de calitate - **Plan de acțiune** - Serviciu de calitate de calitate.

1023) Activități de dezvoltare a serviciilor de calitate - **Manual de Politici, Măsură de susținere în finanțare, Plan de acțiune**. Facilitarea de Transporturi și Circulație de calitate - **Plan de acțiune** - Serviciu de calitate de calitate. Facilitarea de Transporturi și Circulație de calitate - **Plan de acțiune** - Serviciu de calitate de calitate.

Wang, H. *et al.* / *Journal of Applied Mathematics* 10 (2018) 1-10. **Mathematical model of the spread of dengue fever in a city.** *Journal of Applied Mathematics* 10 (2018) 1-10. <https://doi.org/10.58987/jam.v10i1.01>.

Wang, H. *et al.* / *Journal of Applied Mathematics* 10 (2018) 1-10. **Mathematical model of the spread of dengue fever in a city.** *Journal of Applied Mathematics* 10 (2018) 1-10. <https://doi.org/10.58987/jam.v10i1.01>.

Wang, H. *et al.* / *Journal of Applied Mathematics* 10 (2018) 1-10. **Mathematical model of the spread of dengue fever in a city.** *Journal of Applied Mathematics* 10 (2018) 1-10. <https://doi.org/10.58987/jam.v10i1.01>.

Wang, H. *et al.* / *Journal of Applied Mathematics* 10 (2018) 1-10. **Mathematical model of the spread of dengue fever in a city.** *Journal of Applied Mathematics* 10 (2018) 1-10. <https://doi.org/10.58987/jam.v10i1.01>.

Wang, H. *et al.* / *Journal of Applied Mathematics* 10 (2018) 1-10. **Mathematical model of the spread of dengue fever in a city.** *Journal of Applied Mathematics* 10 (2018) 1-10. <https://doi.org/10.58987/jam.v10i1.01>.

Wang, H. *et al.* / *Journal of Applied Mathematics* 10 (2018) 1-10. **Mathematical model of the spread of dengue fever in a city.** *Journal of Applied Mathematics* 10 (2018) 1-10. <https://doi.org/10.58987/jam.v10i1.01>.

Wang, H. *et al.* / *Journal of Applied Mathematics* 10 (2018) 1-10. **Mathematical model of the spread of dengue fever in a city.** *Journal of Applied Mathematics* 10 (2018) 1-10. <https://doi.org/10.58987/jam.v10i1.01>.

Wang, H. *et al.* / *Journal of Applied Mathematics* 10 (2018) 1-10. **Mathematical model of the spread of dengue fever in a city.** *Journal of Applied Mathematics* 10 (2018) 1-10. <https://doi.org/10.58987/jam.v10i1.01>.

Wang, H. *et al.* / *Journal of Applied Mathematics* 10 (2018) 1-10. **Mathematical model of the spread of dengue fever in a city.** *Journal of Applied Mathematics* 10 (2018) 1-10. <https://doi.org/10.58987/jam.v10i1.01>.

RESOLUÇÃO Nº 01/2013, de 15 de maio de 2013, do Conselho Superior de Administração e Gestão (CSAG), e o Regulamento, de 20 de maio de 2013, do CSAG, que aprovam o plano estratégico de sustentabilidade da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (UNESP) e o plano de sustentabilidade, de 20 de maio de 2013, do CSAG, que aprovam o plano estratégico de sustentabilidade da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (UNESP).

RESOLUÇÃO Nº 02/2013, de 20 de maio de 2013, do Conselho Superior de Administração e Gestão (CSAG) que aprova o plano estratégico de sustentabilidade da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (UNESP).

RESOLUÇÃO Nº 03/2013, de 20 de maio de 2013, do Conselho Superior de Administração e Gestão (CSAG) que aprova o plano estratégico de sustentabilidade da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (UNESP).

RESOLUÇÃO Nº 04/2013, de 20 de maio de 2013, do Conselho Superior de Administração e Gestão (CSAG) que aprova o plano estratégico de sustentabilidade da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (UNESP).

RESOLUÇÃO Nº 05/2013, de 20 de maio de 2013, do Conselho Superior de Administração e Gestão (CSAG) que aprova o plano estratégico de sustentabilidade da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (UNESP).

RESOLUÇÃO Nº 06/2013, de 20 de maio de 2013, do Conselho Superior de Administração e Gestão (CSAG) que aprova o plano estratégico de sustentabilidade da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (UNESP).

RESOLUÇÃO Nº 07/2013, de 20 de maio de 2013, do Conselho Superior de Administração e Gestão (CSAG) que aprova o plano estratégico de sustentabilidade da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (UNESP).

RESOLUÇÃO Nº 08/2013, de 20 de maio de 2013, do Conselho Superior de Administração e Gestão (CSAG) que aprova o plano estratégico de sustentabilidade da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (UNESP).

PROTEÇÃO, implementação de um programa de ações orientadas visando gestão do conhecimento e gestão de tecnologia (Instituído em 08 de novembro de 2016. Foi sendo desenvolvido em 07 de agosto de 2017) <https://www.gov.br/educacao-superior/assuntos/2017/08/08>

PROTEÇÃO, A. B. (coordenador) e Dr. ROBERTO DE F. S. OLIVEIRA, Jr. Edital de convocação pública de aula de formação pública livre (Educação) no âmbito do mesmo estabelecimento de ensino de formação pública livre. Brasília, 2016.

PROTEÇÃO, A.; OLIVEIRA, A.; OLIVEIRA, R. S. Avaliação de Impacto Ambiental de uma Edificação. Brasília, 2016; v. 1, n. 1, p. 10-16, 14 jul. 2016.

PROTEÇÃO, R. F. et al. Monitoramento de atividades grupais em presença realizada em ambiente protegido no Distrito Federal (DF). Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Engenharia) – Universidade de Brasília, Brasília, 2016.

PROTEÇÃO, R. S. (coordenador) et. al. Aplicações e análise humana: contribuição das profissionais de segurança pública. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Engenharia) – Universidade de Brasília, Brasília, 2016.

PROTEÇÃO, R. S. F. Otimização de métodos de análise de materiais compostos na dissipação acústica. Dissertação de Mestrado. Faculdade de Engenharia, Universidade de Brasília, Brasília, 2016.

PROTEÇÃO, R. S. de. Métodos e fundamentos aplicados a análise de modo ambiente. Revista Brasileira de Geografia, v. 69, n. 1, p. 104-120, 2016.

PROTEÇÃO, R. S.; OLIVEIRA, A.; OLIVEIRA, R. S. Mecânica ambiental. São Paulo: São Paulo: Edições, 2016.

PROTEÇÃO, R. S. F. (coordenador) et al. Trabalho de Conclusão de Curso no Brasil (Graduação em Engenharia) https://pt.wikipedia.org/wiki/Trabalho_de Conclusão_de_Curso_no_Brasil. Artigo em Rede. Acesso em: 08 maio 2016.

**Assessoria legal em microempresas e parcerias da
farmacologia da Onda da Ciência Biocientífica!**



Ensino Médio



SECRETARIA DE EDUCAÇÃO
BRASIL

